



Revista Brasileira de
**História
Militar**



**Ano X - Nº 25
Maio 2019**



IMAGEM NESTA PÁGINA:

Esta fotografia – um dos poucos instantâneos de combate da Guerra Civil de 1932 - foi publicada no livro *Tudo pelo Brasil*, de Armando Brussole, com a seguinte legenda: “Aspecto de um avanço da infantaria constitucionalista, num dos setores do Setor Sul”.

O avião que aparece na foto é provavelmente um dos Waco CSO-90 utilizados pelas forças federais, apelidados de “Vermelhinho” e, apesar do título otimista dado a imagem, uma análise mais atenta indica que os soldados em primeiro plano não estão avançando contra o inimigo e sim correndo na direção oposta ao aparente ataque da aeronave.

(De PAULA, Jeziel. 1932: *Imagens Construindo a História*. Campinas/Piracicaba: Ed. Unicamp/Ed. Unimep, 1998 (p.42 e 43)

Editorial

Abre essa edição um artigo de autoria do professor Fernando Velôzo Gomes Pedrosa, da Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), que se debruça sobre a natureza da História Militar, seu escopo e a ampliação de seus campos de interesse e de abordagens, advindas da chamada “Nova História Militar”.

Em seguida, apresentamos três trabalhos que, embora com recortes temporais e espaciais bem diversos, têm em comum o fato de lidarem com o fenômeno da Guerra Civil. Nessa perspectiva, Carlos Roberto Carvalho Daróz, professor do PPGHM da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), analisa o emprego da aviação por parte do Governo Federal contra os revoltos paulistas nos combates de 1932, sob o comando do General Góes Monteiro. Na sequência, a pesquisadora Gisele Christini de Sousa Lobato, do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), aborda o envolvimento de brasileiros com a FNLA nos conflitos pela independência de Angola, em 1975; e, por fim, publica-se o estudo do professor Claudio Hernández Burgos, da Universidade de Granada, sobre o impacto que a carência de suprimentos básicos provocou em combatentes e civis durante a Guerra Civil Espanhola.

A partir dessa edição, abriremos espaço para a publicação de um artigo produzido no âmbito do Ensino Médio, como forma de estimular o interesse e a pesquisa da História Militar entre os jovens estudantes brasileiros. Para começar, apresentamos um artigo sobre a Missão Militar Francesa no Brasil escrito por José Luiz Vargas de Mendonça, aluno do 3º ano do Ensino Médio do Colégio Militar de Manaus, orientado por Francisco Celso Lourido Barreto Júnior e Márcio Camillo da Silva, professores da mesma instituição.

A todos que generosamente contribuíram para mais esta edição da Revista Brasileira de História Militar, o nosso muito obrigado!

Cesar Machado Domingues

Editor Associado



Revista Brasileira de

História Militar

Expediente

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos.

Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.

ISSN

2176-6452

Editor Responsável

Cesar Machado Domingues

Editor Associado

Marcello José Gomes Loureiro

Administração e Redação

Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.470-050

editor@historiamilitar.com.br

Conselho Consultivo

Paulo André Leira Parente (UNIRIO)
Marcos Guimarães Sanches (UNIRIO)
Aureliano Pinto de Moura (IGHMB)
Luiz C. Carneiro de Paula (IGHMB)
Cesar Campiani Maximiano (USP)
Maria Teresa Toribio B. Lemos (UERJ)
Adriana Barreto de Souza (UFRRJ)
Cláudia Beltrão da Rosa (UNIRIO)
Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

Conselho Editorial

Leonardo Costa Ferreira (Escola Naval)
Marcello José Gomes Loureiro (Escola Naval)
Wellington Amorim (Escola Naval)
Ricardo Pereira Cabral (Escola de Guerra Naval)
Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras (UFF)
Dennison de Oliveira (UFPR)
Fernando Velôzo Gomes Pedrosa (IMM/ ECEME)
Carlos Roberto Carvalho Daróz (UNISUL)



Índice

Por Uma História Militar Global: da História Militar tradicional à Nova História Militar6

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa

Góes Monteiro e o emprego do poder aéreo durante a guerra civil de 1932.....27

Carlos Roberto Carvalho Daróz

O Brasil e a FNLA no processo de descolonização de Angola (1975)46

Gisele Christini de Sousa Lobato

La Batalla del Hambre: Movilización Militar, condiciones de vida y experiencias de miseria durante la Guerra Civil Española. (1936-1939)72

Claudio Hernández Burgos

A atuação da Missão Militar Francesa na formação da doutrina militar do Exército Brasileiro: sistematização do ensino equestre, desenvolvimento histórico das academias militares e aperfeiçoamento do Serviço de Saúde do Exército.....92

José Luiz Vargas de Mendonça, Francisco Celso Lourido Barreto Júnior, Márcio Camillo da Silva

Livro em Destaque.....99

Por Uma História Militar Global: da História Militar tradicional à Nova História Militar¹

Fernando Velôzo Gomes Pedrosa²

O historiador militar ainda pode manter o foco em seu interesse operacional tradicional, mas, para entender e explicar o que aconteceu durante aquelas operações, ele tem que estender seus interesses de forma tão ampla que signifique virtualmente a proposta de escrita de uma história global. Michael Howard³

RESUMO

Este trabalho discute a natureza da História Militar, seu escopo e a ampliação de seus campos de interesse e de abordagens com o advento da Nova História Militar no pós Segunda Guerra Mundial. Propõe uma tipologia da História Militar tradicional em três categorias: História Militar patriótica, profissional crítica e acadêmica. Examina o surgimento da Nova História Militar, seus principais objetos de estudo e suas contribuições para a produção historiográfica. Conclui que existe um conflito de concepções entre historiadores acadêmicos e historiadores militares tradicionais sobre o significado da História e suas funções. Os profissionais militares, têm uma perspectiva utilitária da História Militar, enquanto os historiadores acadêmicos a veem como uma ferramenta para compreender as instituições militares em tempo de paz ou de guerra. Finalmente, reconhece que a Nova História Militar trouxe aportes teóricos e metodológicos importantes aos estudos históricos sobre a guerra e as instituições militares.

Palavras-chave: história da guerra; conduta da guerra; historiografia militar; instituições militares; forças armadas.

¹ Uma versão preliminar deste artigo foi publicada nos Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH, São Paulo, julho 2011.

² Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) (1994) e em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2018). Leciona História Militar na ECEME.

³ HOWARD, Michael. What is Military History? **History Today**, Volume: 34 Issue: 12 . December 1984.

ABSTRACT

This paper discusses the nature of Military History, its scope and the expansion of its fields of interest and approaches with the advent of New Military History in the post-World War II. It proposes a typology of traditional Military History in three categories: Patriotic Military History, Critical Professional and Academic. It examines the emergence of the New Military History, its main objects of study and its contributions to historiographical production. It concludes that there is a conflict of conceptions between academic historians and traditional military historians about the meaning of History and its functions. Military professionals have a utilitarian perspective on Military History, while academic historians see it as a tool for understanding military institutions in times of peace or war. Finally, it is acknowledged that the New Military History has brought important theoretical and methodological contributions to historical studies on warfare and military institutions.

Keywords: history of war; warfare; military historiography; military institutions; armed forces.

1. UMA ANTIGA TRADIÇÃO

A História Militar é a mais antiga forma de História. Na verdade, a História começou como História Militar. A própria etimologia da palavra história remete a Heródoto (485-420 a.C.), autor das *Histórias*, relato minucioso das guerras entre gregos e persas entre os séculos IV e V a.C. Todos os demais textos históricos mais antigos que chegaram aos nossos dias são histórias de guerras. Como exemplos, temos a *História da Guerra do Peloponeso*, de Tucídides (460-400 a.C.); ou a *Anábase*, de Xenofonte (c. 430-355 a.C.), uma história da expedição do exército mercenário grego a serviço de Ciro, o Jovem, contra seu irmão Artaxerxes, imperador da Pérsia; ou as *Histórias*, de Políbios (203-120 a.C.), relatando a história das Guerras Púnicas, entre Roma e Cartago (264-146 a.C.).

Antes desses historiadores, já havia relatos históricos, mas estes pouco se distinguiram das narrativas míticas, nas quais os humanos conviviam e entravam em disputa com os deuses e seres mitológicos. Esses relatos históricos também eram, invariavelmente, descrições de episódios militares, como a *Epopeia de Gilgamesh* (c. Século XII a.C.) ou a *Iliada*, de Homero (Século VIII a.C.). A onipresença dos fenômenos militares nos primórdios da História apenas reflete a importância que as guerras sempre tiveram para os destinos dos homens. Como observou o coronel professor

Pedro Cordolino, antigo mestre de História Militar da Escola Militar no Realengo,

Sendo a guerra o mais brutal fenômeno que nos apresenta a humanidade no seu lento evoluir, está claro que ela seria a preocupação precípua dos historiadores nos primórdios da vida social. Daí o limitar-se a História, durante muito tempo, às narrativas dessas guerras e revoluções intercaladas com as aventuras dos potentados e as intrigas de suas cortes (AZEVEDO, 1998, p. 21).

Tradicionalmente, a História Militar tem sido a história das guerras, campanhas, batalhas e feitos dos grandes generais, bem como o registro das atividades das forças militares na guerra e na paz. Para historiador militar britânico Michael Howard (1984), “‘História Militar’ pode ser simplesmente definida como a história das forças armadas e da conduta da guerra” (edição eletrônica, grifo no original, tradução livre). Nesta mesma linha, o também britânico John Keegan entende que a História Militar, “tem, em última análise, de tratar da batalha” (KEEGAN, 2000, p. 30).

2. AMPLIAÇÃO CONCEITUAL

Depois da Segunda Guerra Mundial, o conceito de História Militar ampliou-se significativamente, passando de uma história das guerras, para a história das instituições militares, na paz e na guerra e sua relação com a sociedade. Essa evolução não é um fenômeno isolado, mas coincide, e na verdade reflete, a ampliação da dimensão dos fenômenos militares e a democratização das sociedades. O fenômeno da guerra evoluiu de uma dimensão puramente militar, vigente até meados do século XIX, para alcançar uma dimensão total (RAPOSO FILHO, 1990), na qual as operações militares já não se restringem ao espaço limitado do campo de batalha, mas passam a incluir a totalidade dos territórios que estejam ao alcance dos modernos meios de destruição, afetando toda a sociedade e transformando a população civil em alvo de ataques indiscriminados.

Nessa nova e ampliada dimensão da guerra, o cidadão das modernas sociedades democráticas é chamado a pegar em armas, sendo de seu interesse compreender as instituições militares para as quais contribuem por meio de impostos e nas quais são chamados a servir em situação de guerra. Também entendem que o conhecimento dessas instituições armadas é relevante para evitar que elas se transformem em ameaça à própria democracia.

A ampliação do campo da História Militar também é fruto da evolução da História como ciência no decorrer do século XX, passando daquilo que tem sido classificado como uma História tradicional, de caráter predominante descritivo, para uma Nova História, de natureza crítica. A ideia de uma Nova História surgiu no princípio do século XX na Europa e nos Estados Unidos, significando uma abertura da História para o campo sociocultural (JAGUARIBE, 2001, p. 37). A tendência por uma Nova História firmou-se, porém, na França, com a criação da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale* por Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956) em 1929. A proposta da Escola dos *Annales* e de seus seguidores era de uma forte rejeição à História Política e à “história dos acontecimentos”. Para alguns expoentes da Nova História francesa, os acontecimentos não eram mais que “a espuma da história” (DUBY, 1993, p. 14).⁴ Os adeptos da Nova História buscavam a multidisciplinaridade dos estudos históricos, com a utilização de novas fontes de pesquisa, além dos tradicionais documentos escritos, e de novos pontos de vista, como a história vivida e protagonizada pelos estratos inferiores da sociedade, no que ficou conhecido como a “história vista de baixo”. Seu ideal é o de uma História que fosse a “‘Ciência dos homens’ [...] [e] É preciso acrescentar: ‘dos homens no tempo’” (BLOCH, 2002, p. 55). A Nova História buscava um sentido de síntese histórica, de história das mentalidades e de perspectivas do longo prazo. Pretendia, enfim, ser uma “História Total”, rejeitando a divisão em histórias parciais: política, diplomática, econômica, militar, religiosa etc. (GURIÊVITCH, 2003, p. 32).

3. A NATUREZA E A UTILIDADE DA HISTÓRIA MILITAR

Como já foi dito acima, a História Militar está na origem da própria História. Refere-se fundamentalmente às atividades militares, ou seja, às guerras, campanhas e batalhas. Caso contrário não seria uma história verdadeiramente *militar*. Como observou John Keegan, “não é pelo que os exércitos são, mas pelo que os exércitos fazem que as vidas das nações e dos indivíduos se modificam” (KEEGAN, 2000, p. 31).

Do ponto de vista militar, o estudo da História Militar tem caráter fundamentalmente

⁴ Não se pode deixar de registrar que, a despeito das críticas à história dos acontecimentos, alguns dos principais representantes na Escola dos *Annales* publicaram trabalhos sobre grandes acontecimentos históricos. É o caso de Marc Bloch, com o testemunho sobre a derrocada do Exército Francês em maio de 1940, publicado em 1946 com o título de *A Estranha Derrota* (BLOCH, 2011); George Duby, com o relato da batalha medieval de Bouvines (1214), publicada em 1973, com o título de *O Domingo de Bouvine* (DUBY, 1993); e de Marc Ferro, com *A Grande Guerra 1914-1918* (FERRO, [s.d.]) e *La Révolution de 1917* (FERRO, 1997 [1967]).

utilitário. É uma ferramenta para aprender com o passado, facilitando a compreensão de conceitos militares teóricos por meio de exemplos históricos de sua aplicação. Auxilia a aprendizagem do emprego de forças militares nos níveis estratégico, operacional e tático, bem como a compreensão da evolução da doutrina militar, servindo como uma ponte entre a teoria militar e a aplicação dessa teoria. Como apontou Clausewitz, “os exemplos históricos esclarecem tudo; possuem, além disso, um poder demonstrativo de primeira categoria [...]. Isto verifica-se na arte da guerra mais do que em qualquer outro campo” (CLAUSEWITZ, 1979, p. 191). Entretanto, o general prussiano alertava para a incapacidade da História Militar prover “soluções escolares”. Seu estudo seria mais indicado a “educar as mentes dos comandantes militares para esperar o inesperado” (Apud HOWARD, 2006, p. 13).

O ensino da História Militar tem, pois, uma tradicional função didática na educação de chefes militares, oferecendo valiosas lições práticas sobre a arte da guerra, principalmente nos níveis da estratégia e do emprego tático de grandes efetivos militares, nos quais não existem soluções padronizadas em manuais. À medida que as atividades militares ascendem do nível técnico, como o de como carregar, apontar e disparar um fuzil, para o nível da tática de emprego de forças militares e daí para a estratégia, é cada vez mais difícil encontrar soluções nos manuais militares. Manuais podem prescrever a técnica para calibrar e sintonizar um rádio de campanha, ou para desdobrar no terreno e manobrar um grupo de combate (ou esquadra) de nove homens. Ações técnicas ou de tática elementar têm poucas variáveis e podem ser facilmente descritas, prescritas e ensaiadas. É muito mais difícil estabelecer regras para o emprego de uma brigada de quatro mil homens ou de uma divisão com 15 mil homens e milhares de veículos, manobrando para abordar o inimigo em situação vantajosa, levando em conta a incerteza do combate, as configurações do terreno, as condições atmosféricas, a disponibilidade de suprimentos e de transporte, a rede viária e um sem fim de outras variáveis. Da mesma forma, o adestramento ou ensaio de efetivos dessa magnitude – ou ainda maiores – implica em elevados custos econômicos e na disponibilidade de campos de instrução com enormes espaços de terreno desimpedido de atividades civis. Embora a História Militar não seja capaz de estabelecer regras prescritivas para os comandantes de grandes formações militares e para os decisores estratégicos, o estudo de casos históricos pode oferecer modelos de soluções para casos variados, enriquecendo o seu leque opções. Como observou Napoleão Bonaparte, “o conhecimento das partes superiores da guerra só se adquire pela experiência e pelo estudo da história das guerras e

das batalhas dos grandes capitães” (Apud. AZEVEDO, 1998, p. 23).

Uma segunda função didática da História Militar é servir de fonte de inspiração para os aprendizes da vida militar, sejam recrutas em treinamento para o exercício das funções mais elementares do soldado, sejam jovens cadetes, preparando-se para assumir funções de mando militar como oficiais. O estudo das vidas dos soldados do passado proporciona exemplos de procedimento em situações extremas, quando a sobrevivência pessoal e do grupo estão em jogo. A dureza extrema e a ameaça iminente à própria vida são características inerentes à atividade de combate. Quando um soldado tem que seguir avançando e manter a cabeça erguida para ver e atirar, no cumprimento de seu dever legal e moral, o suporte da crença em valores e virtudes militares, mais do que uma ajuda, é fundamental. É da lembrança de atos de coragem, desprendimento e sacrifício perpetrados por soldados do passado, que o homem se torna capaz de seguir em frente, contrariando seus impulsos naturais de fugir ou se esconder. E é da História que vem essa inspiração. Quase 200 anos antes de Cristo, Políbios já afirmava que “o mais seguro e na realidade o único método de aprender a suportar altivamente as vicissitudes da sorte é recordar as calamidades alheias” (POLÍBIOS, 1996, p. 41).

O desenvolvimento de virtudes cívicas e militares, e a instilação dos valores correspondentes não são frutos de uma visão ingênua e idealista, afastada da brutal realidade da guerra. Não há atividade humana na qual as questões morais sejam tão evidentes e cruciais. Decisões que resultam na matança de pessoas, na destruição de bens particulares e de patrimônios públicos não podem ser tomadas sem forte respaldo da ética. É certo que a História das guerras está recheada de exemplos do uso da mentira e da falsificação. Mas quando os governos usam de hipocrisia para comprovar que suas guerras têm uma causa justa e estão sendo travadas de forma justa, apenas dão prova do quanto as questões morais são relevantes na atividade militar (Ver WALZER, 2003, p. 31). Ademais, mesmo em tempos de paz, soldados e principalmente chefes militares desprovidos de valores morais são um risco para a sociedade que os mantém e neles deposita sua segurança.

O estudo da História Militar também permite a aprendizagem de lições sobre liderança militar, sob duas perspectivas distintas e complementares. A primeira é a compreensão do comportamento do homem e da tropa em combate; de suas reações diante do risco de ser morto ou ferido; e, no caso dos homens em funções de comando, de como eles próprios reagirão diante do desgaste físico e emocional decorrente de suas responsabilidades. A segunda é a obtenção de modelos de liderança e de

tomada de decisão por meio do estudo do desempenho de antigos chefes militares em combate. Esses modelos podem ser tomados como exemplares, mas também como objeto de avaliações críticas, em busca de soluções mais adequadas. Ambas as perspectivas são de grande valia na educação de oficiais, apurando suas percepções nos níveis interpessoal e intrapessoal. Do ponto de vista interpessoal, permitir-lhe-á uma melhor avaliação das expectativas, motivações e temores de seus subordinados. Do ponto de vista intrapessoal permitir-lhe-á levar em conta seu próprio estado emocional ao tomar decisões e fazer julgamentos a respeito de pessoas e situações.

Tradicionalmente, a História Militar também tem desempenhado a função de ferramenta de simulação de combate, por meio da vivência e análise de experiências militares passadas. Essa função tem sido substituída, em grande parte, pelos “jogos de guerra”, introduzidos nas escolas de estado-maior no século XIX, e fortemente expandida com os instrumentos da tecnologia da informação após a Segunda Guerra Mundial. Mas até o surgimento desses jogos de guerra, a leitura de obras de História Militar era o único meio disponível aos comandantes e oficiais de estado-maior para vivenciar, durante os períodos de paz, a experiência de estar em combate.

Finalmente, a História Militar é o repositório da memória das instituições militares, sob a forma de práticas, valores e tradições. As instituições militares são essencialmente realistas e conservadoras, como observou Samuel Huntington (1996, p. 76-97), em *O Soldado e o Estado*. Esse conservadorismo é fruto de uma ética que

ênfatiza a imutabilidade, a irracionalidade, a fraqueza e a maldade da natureza humana... [que] proclama a supremacia da sociedade sobre o indivíduo e a importância da ordem, da hierarquia e da divisão de funções... [que] salienta a continuidade e o valor da história (HUNTINGTON, 1996, p. 96).

A atitude profissional conservadora dos militares não é apenas compreensível, mas desejável em pessoas que são as executoras do monopólio estatal da violência, detentoras de armas e engenhos destruição, e treinadas na sua utilização. O apego às tradições e o culto de valores militares, como a honra pessoal, o cumprimento do dever a todo custo, a lealdade aos comandantes, pares e subordinados, o respeito às leis e à dignidade da pessoa humana, e o amor à pátria são garantias contra a degeneração das instituições militares em bandos armados (VAN CREVELD, 2008).

4. A ESCOLA TRADICIONAL

De uma maneira geral, pode dizer que a História Militar tradicional estuda a atividade militar em sua vertente medular: a conduta da guerra e as forças armadas como instituições guerreiras. Desde o pós Primeira Guerra Mundial, esta escola tem sido desprezada, e vista como o campo dos “militares historiadores”. Segundo este ponto de vista crítico, não sendo o resultado do trabalho de historiadores profissionais, a História Militar tradicional teria pouca acuidade metodológica e seria basicamente uma história descritiva, em busca do ideal “rankeano” de “contar os fatos tal como eles se sucederam” (BARROS, 2011, p. 105). Em função dessas características, ficou conhecida depreciativamente nos Estados Unidos como “história-batalha” ou história de “tambores e clarins” (CITINO, 2007, p. 1079).

Esta visão é, entretanto, muito simplificadora, pois a historiografia militar tradicional é muito mais matizada do que simplesmente arcaica (CHAMBERS, 1991). Em seu vasto campo, podem ser identificadas três grandes vertentes: uma historiografia militar patriótica, uma profissional crítica e uma efetivamente acadêmica.

A historiografia militar patriótica está focada na exaltação de feitos guerreiros e de figuras heroicas. De uma maneira geral, tem pouco rigor teórico e metodológico em relação ao uso de fontes e à interpretação dos fatos, e tende a ser uma historiografia narrativa e pouco profunda. Em geral, seus autores tendem à grandiloquência e ao uso excessivo de adjetivos para enaltecer ou desqualificar pessoas e eventos – como “bravo”, “nobre”, “ilustre”, “cruel”, “impiedoso” ou “covarde” – e adotam, com clareza, uma postura partidária entre os contendores, usando expressões como “os nossos”, “nossas tropas”, “o inimigo”, “os contrários”. Este tipo de historiografia exerce grande apelo emocional para os militares e tem uma importante função na educação militar, como instrumento de instilação de valores profissionais e de modelos de procedimento. Essa modalidade foi tão predominante na historiografia militar brasileira até meados do século XX, que, no final da década de 1950, referindo-se à literatura militar, o general Paula Cidade (1998, p. 15) definiu-a como “parte de atividades intelectuais, em regra, exercida por militares, [...]; e só excepcionalmente por escritores civis, enamorados das glórias militares de sua terra”. Mas o fato é que muitos dos seus autores não são profissionais militares. No caso brasileiro, podemos apontar entre os historiadores civis dessa vertente o padre Joaquim Pinto de Campos, autor da biografia do Duque de Caxias, cujo título – *Vida*

do Grande Cidadão Brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva – já demonstra seu caráter hagiográfico (CAMPOS, 1958) e Gustavo Barroso, com obras como *O Brasil em Face do Prata* (BARROSO, 1952) e uma *História Militar do Brasil* (BARROSO, 2000) focada em aspectos pomposos como uniformes, distintivos e grandes feitos heroicos.

Em função de sua origem “corporativa” e pouco acadêmica, a História Militar patriótica tem clara tendência à criação e ao cultivo de mitos, ao enaltecimento de figuras históricas e a certa condescendência no julgamento dos fatos e protagonistas. Essa tendência é natural e inerente ao “militar historiador”. Como observou Jay Luvaas,

Ao soldado que apanha uma pena para escrever, é muito difícil esquecer-se, por uma carrada de razões, perfeitamente compreensíveis, da possibilidade de que um dia sua mão venha também a empunhar uma espada. Há reputações a proteger, velhas amizades que não podem ser esquecidas, governos que devem ser atendidos (LUIVAAS, 1981, p. 54).

Deve-se registrar, entretanto, que a tendência ao mito é uma consequência da própria ancestralidade da História Militar, que deita raízes nos relatos históricos mitológicos da antiguidade mais remota. É também resultado da forte carga emocional que envolve os eventos militares. Guerras resultam em ódios profundos e ressentimentos, lidam com a questão da própria sobrevivência da nação ou do grupo social, envolvem as reputações de chefes e instituições militares e, com frequência, implicam na necessidade e justificar ações cruéis ou derrotas.

Em geral, termo “mito” é empregado com sentido pejorativo, para se referir às crenças populares, vistas apenas como histórias de um universo puramente maravilhoso. Mas mitos são essencialmente narrativas de caráter simbólico, e constituem uma das substâncias das representações coletivas, no sentido dado por Emile Durkheim (2007, p. 3): “maneiras de agir, pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção”. Para Serge Moscovici (2001, p. 47), as representações coletivas incluem “ciências, religiões, *mitos*, espaço, tempo” (grifo meu). No caso das instituições militares, os mitos têm a fundamental função de estabelecer modelos de comportamento e difundir os valores e tradições que são o sustentáculo emocional para homens em combate, pois, quando o soldado está frente a frente com a morte, a pura razão não é suficiente para sustentar seu estado moral. A esse respeito, Keegan registra que Moltke “considerava ‘um dever de

piedade e patriotismo’ não destruir certos depoimentos tradicionais” que pudessem ser usados com um fim inspirador (KEEGAN, 2000, p. 23). Howard, por sua vez, entende que, embora o soldado possa perceber que as narrativas militares míticas não são completamente verdadeiras, elas “podem sustentá-lo e frequentemente o fazem”, quando ele está despreparado “até para o atrito cumulativo da sujeira com o cansaço”. Para Howard, este uso dos mitos na educação militar – como uma espécie de “história de berçário”⁵ – não caracteriza um abuso da História Militar (HOWARD, 2003, p. 18).

A segunda vertente da historiografia militar – a profissional crítica – normalmente tem sido produzida por militares profissionais, com um sentido fortemente pragmático, em busca de ensinamentos para o desenvolvimento de doutrinas militares e para a formação e o desenvolvimento profissional da oficialidade. Sua perspectiva teórica é positivista e se caracteriza pela racionalidade e objetividade de sua abordagem epistemológica (JACKSON, 2015, p. 65). Uma das críticas acadêmicas à História Militar tradicional é justamente seu utilitarismo. A peculiar função didática da História Militar coloca-a em uma posição que raramente é compartilhada por outros ramos dos estudos históricos, e a faz ser vista com desconfiança por historiadores não afeitos aos temas militares.⁶

Em comparação com a historiografia militar patriótica, e a despeito de sua origem corporativa, a História Militar profissional crítica tem maior rigor metodológico. Na historiografia militar brasileira, são exemplos dessa escola, dentre outros, os generais Tasso Fragoso, com suas obras *História da Guerra Entre a Tríplíce Aliança e o Paraguai* (FRAGOSO, 2010-2014), *A Revolução Farroupilha* (FRAGOSO, 1939) e *A Batalha do Passo do Rosário* (FRAGOSO, 1951); e Tristão de Alencar Araripe, com obras como *Expedições Militares Contra Canudos: Seu Aspecto Marcial* (ARARIPE, 1985) e *Tasso Fragoso: um pouco de História do Nosso Exército* (ARARIPE, 1960).

Finalmente, a História Militar tradicional acadêmica caracteriza-se pela diversidade das abordagens adotadas pelos autores e pelo rigor teórico e metodológico. Convém notar que, quando se faz referência a historiadores acadêmicos, isto não significa que esses autores tenham necessariamente formação acadêmica no campo da História. Vale lembrar que, no Brasil, os primeiros cursos universitários de História foram criados em meados da década de 1930. A maioria dos historiadores acadêmicos no Brasil até a metade do século XX era formada por bacharéis em Direito, religiosos,

⁵ “Nursery history” no original.

⁶ Michael Howard registra que alguns de seus colegas historiadores classificavam as seções de História Militar das livrarias como seções de -pornografia- (HOWARD, 2006, p. 13-14).

jornalistas, diplomatas, políticos e militares. Consideram-se, portanto, historiadores acadêmicos aqueles que dedicaram sérios esforços à pesquisa histórica a partir de universidades ou institutos de pesquisa. Deve-se destacar que, no que concerne à produção histórica dos militares profissionais, o rigor científico do trabalho de alguns deles os coloca simultaneamente na categoria de historiadores acadêmicos. É o caso de nomes como J. F. C. Fuller, com obras como *A Military History of the Western World*, em três volumes (FULLER, 1954-1957) e *A Conduta da Guerra* (FULLER, 1966). No Brasil, estão nesta categoria nomes como os generais Augusto Tasso Fragoso, Francisco de Paula Cidade, autor de *Lutas, ao Sul do Brasil, com os Espanhóis e seus Descendentes* (CIDADE, 1948) e *Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira* (CIDADE, 1959) e Nelson Werneck Sodré, com *História Militar do Brasil* (SODRÉ, 1965).

A produção de História Militar acadêmica na Europa e nos Estados Unidos é vastíssima, com amplo espectro de temas, abordagens e também de qualidade. Nesses países, entretanto, a maioria dos historiadores militares acadêmicos são civis, dos quais alguns tiveram breves experiências no serviço militar de seus países. Dentre os franceses, merecem ser citados André Courvisier, com obras como *A Guerra: Ensaios Históricos* (COURVISIER, 1999) e o *Dictionnaire d'Art et d'Histoire Militaires* (COURVISIER, 1988); e, mais recentemente, Michel Goya, com títulos como *Sob Fogo: A Morte Como Hipótese de Trabalho* (GOYA, 2016) e *A Invenção da Guerra Moderna 1871-1918* (GOYA, 2018), ambos publicados no Brasil pela Biblioteca do Exército. No Reino Unido, os mais destacados historiadores militares acadêmicos da segunda metade do século XX e início do século atual são os já citados John Keegan e Michael Howard, além de nomes – entre muitos outros – como Hew Strachan, com obras como *The First World War* (STRACHAN, 2005) e *Sobre a Guerra de Clausewitz: Uma Biografia* (STRACHAN, 2008); e Alistair Horne, com títulos como *A Savage War of Peace: Algeria 1954-1962* (HORNE, 2006). Dentre os inúmeros autores norte-americanos nesta vertente, merecem ser citados Williamson Murray e Allan Millett, por seus trabalhos sobre eficácia militar (MILLETT; MURRAY, 1988) e inovação em instituições militares (MURRAY; MILLETT, 1998); e Russell Weigley, particularmente por seu trabalho sobre a estratégia e política militar dos Estados Unidos (WEIGLEY, 1977). Também devem ser destacados, na categoria de História Militar acadêmica, os trabalhos dos israelenses Azar Gat, de quem destacamos os volumosos *War in Human Civilization* (2006) e *A History of Military Thought* (2001); e Martin van Creveld, de cuja vasta obra podemos destacar *Command in War* (1985), *Supplying War* (1977) e *The Culture of War* (2008).

Em síntese, do ponto de vista dos militares profissionais, a História Militar tem uma função fundamentalmente utilitária. Segundo esta perspectiva tradicional, a História Militar tem como objetos de estudo as guerras e as instituições militares – estas vistas como organizações guerreiras. Entretanto, durante a segunda metade do século XX, o mundo acadêmico passou a dedicar cada vez maior atenção ao estudo das forças armadas em suas relações com as sociedades às quais servem, numa tendência que passou a ser conhecida como Nova História Militar.

5. UMA NOVA ESCOLA

Após a Segunda Guerra Mundial, surgiu nos Estados Unidos uma corrente historiográfica conhecida como Nova História Militar. A gênese dessa nova tendência historiográfica foi marcada pelo clima de confrontação ideológica da guerra fria e pelo mal-estar vivido no país em função da guerra do Vietnã. Os acadêmicos vinculados à nova escola tinham clara inspiração marxista na ideologia e na metodologia de trabalho, além de demonstrarem desprezo pelos estudos das guerras e pelas instituições militares.

A Nova História Militar sofria clara influência da Nova História Cultural, então em voga nas universidades norte-americanas, concentrando suas atenções em temas como poder, ideologia, classe, identidade cultural, raça, gênero etc. Seu principal objeto de estudo eram as relações entre as instituições militares e a sociedade. Segundo os historiadores dessa nova escola, o Exército, como instituição, refletia e influenciava a cultura nacional, devendo ser considerado como uma força social em tempo de paz (MATALOFF, 1982, p. 423-424). A Nova História Militar dava preferência a temas “de esquerda” – composição social das forças e dos quadros de oficiais, recrutamento e questões culturais, de gênero e de raça nas instituições militares.

Essa tendência pouco “militar” também tinha origem na falta de intimidade da maioria dos historiadores acadêmicos com as experiências da vida militar. Efetivamente, estudar as instituições militares como forças de combate é um grande desafio para pessoas que não dominam em profundidade suas características organizacionais e culturais bastante peculiares, seu jargão profissional e seus conhecimentos técnicos especializados, nem vivenciaram o tipo de experiências profissionais extremas que tendem à formação de forte camaradagem e espírito de corpo. A esse respeito, em 1975, Jay Luvaas, então professor de História do Allegheny College, confessou com franqueza:

Muitos historiadores civis – e eu me incluo entre eles – se ressentem da falta de uma experiência pessoal ou de conhecimentos técnicos para escrever certos detalhes da História militar. Eu posso acompanhar os movimentos das Brigadas e Divisões durante a batalha, porém, como nunca, eu mesmo, tive a oportunidade de empunhar nervosamente uma arma, só posso contar com a ajuda de outros para aquilatar das dimensões psicológicas da batalha (LUVAAAS, 1981, p. 54).

Esta dificuldade peculiar não impede, entretanto, que muitos historiadores civis tenham produzidos trabalhos de grande primor técnico-militar e sensibilidade humana, no estudo das guerras e das experiências dos homens em combate. É o caso de John Keegan, que, na introdução de *A Face da Batalha*, reconhece sua carência de experiências sobre a atividade militar, para logo em seguida apresentar uma obra de História Militar que se tornou modelar, pela minuciosidade da descrição dos combates e do funcionamento das forças militares, e pela sensibilidade em relação às experiências dos soldados imersos no ambiente violento e caótico da batalha (KEEGAN, 2000). No Brasil, também encontramos historiadores civis capazes de produzir obras de grande profundidade em relação às operações militares e às vivências dos homens em combate. Um exemplo dessa categoria é Cesar Campiani Maximiano, cujo livro *Barbudos, Sujos e Fatigados* analisa a experiência humana dos soldados brasileiros na Campanha da Itália na Segunda Guerra Mundial e o impacto dessa experiência no Exército Brasileiro do pós-guerra e nas vidas dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (MAXIMIANO, 2010).

Deve-se observar, portanto, que embora afetada por certos preconceitos ideológicos, conforme reconheceu Peter Paret (1991), a Nova História Militar trouxe grandes aportes metodológicos e de interpretação à história das instituições militares. As novas perspectivas e abordagens ampliaram o campo da História Militar para áreas antes pouco exploradas, mas fundamentais para a compreensão do desempenho dos exércitos em campanha – questões culturais, recrutamento da tropa e do corpo de oficiais, questões organizacionais, tensões internas que refletem aquelas existentes na sociedade onde a força militar foi recrutada e desenvolvimento tecnológico.

No Brasil, a Nova História Militar apareceu a partir do início da década de 1990, coincidindo com o arrefecimento do confronto ideológico após o fim da guerra fria e dos governos militares.

Mas, ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, a nova tendência iniciou uma desmobilização ideológica das tensões criadas nas décadas precedentes, quando as principais correntes historiográficas brasileiras de esquerda dedicaram-se a uma “releitura” da História do Brasil com claras características de propaganda contra as Forças Armadas, vistas como reacionárias e responsáveis pela frustração de seus ideais socialistas. A “revisão do revisionismo”, levada a cabo pelos “novos historiadores militares” brasileiros, foi iniciada por Ricardo Salles, com *Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército*, publicado em 1990. No segundo capítulo do livro, Salles apresenta uma crítica às versões revisionistas sobre o conflito, que explicavam as causas da guerra do Paraguai como uma intervenção imperialista brasileira, incitada pela Inglaterra, contra um suposto modelo de economia autárquico e proto-socialista então vigente no Paraguai. Para Salles, esta versão é simplificadora, contém muitos equívocos na avaliação dos interesses britânicos e não leva em conta as motivações particulares das nações envolvidas no conflito (SALLES, 1990).

Como nas suas versões internacionais, a Nova História Militar brasileira também demonstra clara preferência por temas “politicamente corretos” e não relacionados às operações militares. Sua prioridade tem sido questões como as relações entre as instituições militares e a sociedade, o controle civil das Forças Armadas, o recrutamento de escravos durante a guerra do Paraguai, as questões de gênero e raciais, o homossexualismo nas casernas etc. Embora com essa visão parcial, os historiadores dessa corrente no Brasil têm produzido trabalhos valiosos para a interpretação da evolução das instituições militares brasileiras. Seus principais expoentes são: o já citado Ricardo Salles; Francisco Doratioto, com *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai* (DORATIOTO, 2002); Vitor Izecksohn, com *O Cerne da Discórdia*, sobre as demandas profissionalizantes surgidas no Exército Brasileiro com a guerra do Paraguai (IZECKSOHN, 2002); Celso Castro, que, juntamente com Izecksohn e Hendrik Kraay, organizou o livro *Nova História Militar Brasileira* (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004); Adriana Barreto de Souza, com *O Exército na Consolidação do Império* (SOUZA, 1999), e *Duque de Caxias: O Homem Por Trás do Monumento* (SOUZA, 2008); e o já citado Cesar Campiani Maximiano. Também merecem atenção os *brasilianistas* Frank McCann, com *Soldados da Pátria* (McCANN, 2007); John Schulz, com *O Exército na Política* (SCHULZ, 1994); e Peter M. Beattie, com *Tributo de Sangue* (BEATTIE, 2009).

Por uma questão de justiça, deve ser registrado que a pouca atenção do meio acadêmico brasileiro aos temas ligados à atividade bélica é evidente para os próprios historiadores mais ligados à

Nova História Militar no País. Coincidindo com a opinião expressa por Keegan quanto à prevalência da batalha como objeto da história militar, os organizadores do livro *Nova História Militar Brasileira* reconheceram o descuido da Nova História em relação à atividade essencialmente militar do combate. Na introdução da obra, eles admitiram que “talvez os historiadores sociais das organizações militares, às vezes fascinados com a vida cotidiana, tenham negligenciado a proposta principal da vida militar: travar a batalha com o inimigo” (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004, p. 28).

6. A NOVA HISTÓRIA DA BATALHA

Acoçada pelas tendências da Nova História Militar, a escola tradicional reagiu com o estudo de batalhas sob uma perspectiva metodológica moderna, inaugurando o que ficou conhecido como uma Nova História da Batalha. O seu foco está na ação dos exércitos em combate, não em suas existências como instituições. Afinal, como já observara Keegan, “a história da batalha, ou a história da campanha, merece uma primazia [...] em relação a todos os outros ramos da historiografia militar” (KEEGAN, 2000, p. 30-31).

Entretanto, diferente dos relatos tradicionais de batalha, a nova tendência, inaugurada por Keegan, concentra sua atenção nos protagonistas da batalha: os homens, suas mentalidades e seus sentimentos de camaradagem, medo, excitação, ódio, angústia e sofrimento. Grande atenção também é dedicada ao uso das armas e equipamentos, bem como aos efeitos das armas nos ferimentos sofridos pelos homens, e à execução das manobras e suas dificuldades, diante da realidade do terreno e das condições meteorológicas – lama, poeira, frio, calor, terreno acidentados, vegetação e outros fatores que reduzem ações supostamente heróicas a homens atolados, esgotados, dispersos e desorientados no campo de batalha. A obra paradigmática dessa nova tendência é *A Face da Batalha*, de John Keegan (2000), publicado originalmente em 1976, descrevendo três batalhas em períodos distintos da História Militar, sob o ponto de vista do soldado comum. De uma perspectiva diferente, mas também focando o homem e a batalha, Keegan (1999) publicou *A Máscara do Comando*, analisando as vidas de quatro líderes militares e seus modelos de liderança em combate.

Outro importante autor dessa corrente é Victor Davis Hanson, com títulos como *Carnage And Culture* – publicado no Brasil com o título de *Por Que o Ocidente Venceu* (HANSON, 2002). Nesse trabalho, o autor analisa as batalhas que marcaram a supremacia militar do Ocidente, relacionando-a

aos valores ocidentais de liberdade individual e cidadania. Também merece ser citada a historiadora britânica Juliet Barker, cujo livro *Agincourt* foi publicado no Brasil em 2010. Neste trabalho, a autora apresenta o intrincado jogo político e social por trás das disputas entre a nobreza medieval europeia, bem como a organização dos exércitos medievais e suas imbricações com as relações de suserania e vassalagem e as obrigações militares decorrentes (BARKER, 2010). Embora não se enquadre completamente no que se convencionou chamar de Nova História da Batalha, também convém citar o trabalho inovador de Cecil Woodham Smith em *A Carga da Brigada Ligeira: Anatomia de um Desastre*, publicado originalmente em 1953. Nesse estudo da tragédia militar britânica na batalha de Balaclava, ocorrida durante a guerra da Crimeia em 1854, a autora realiza uma profunda análise sociológica da nobreza e da oficialidade britânica, apontando como causas do desastre o anacrônico sistema de compra de postos militares e comissões de comando vigente nas forças armadas britânicas, bem como as disputas pessoais por questões familiares e de ascendência social, que afetavam diretamente a cadeia de comando do exército inglês (SMITH, C. W., 2005).

7. CONCLUSÕES

O fato que fica evidenciado neste trabalho é que existe efetivamente um conflito de concepções entre os historiadores acadêmicos e os historiadores militares tradicionais sobre o significado da História e suas funções. Embora a História Militar tenha um amplo espectro de interesses, seu escopo é limitado. A ação bélica é o seu tema central, ou não seria uma história verdadeiramente militar. Do ponto de vista dos profissionais militares, a principal função da História Militar é utilitária, voltada para o desenvolvimento doutrinário e para a formação de oficiais e soldados. Do ponto de vista acadêmico, por outro lado, a História Militar é uma ferramenta para compreender as instituições militares como forças sociais de tempo de paz ou de guerra.

Deve-se reconhecer, entretanto, que a Nova História Militar trouxe aportes metodológicos importantes e ampliou o campo de pesquisa e a produção historiográfica. Questões como o recrutamento, as origens sociais das tropas, a composição dos quadros de oficiais e a compreensão de suas mentalidades são fundamentais para uma história das instituições militares e a avaliação de seu desempenho em combate. Neste sentido, a abordagem total e a perspectiva crítica da Nova História oferecem novos instrumentos para o estudo da História Militar e para o desenvolvimento das forças

militares.

REFERÊNCIAS

- ARARIPE, Tristão de Alencar. **Expedições Militares Contra Canudos: Seu Aspecto Marcial**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. **Tasso Fragoso: Um Pouco de História do Nosso Exército**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.
- AZEVEDO, Pedro Cordolino F. de. **História Militar**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- BARKER, Juliet. **Agincourt: O Rei – A Campanha – A Batalha**. Tradução de Mauro Pinheiro. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias: O Homem Por Trás do Monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SOUZA, Adriana Barreto de. **O Exército na Consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**. Vol. II: Os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.
- BARROSO, Gustavo. **O Brasil em Face do Prata**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.
- BEATTIE, Peter M. **Tributo de Sangue: Exército, Honra, Raça e Nação no Brasil, 1864-1945**. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Edusp, 2009.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou o ofício de historiador**. Tradução de André Telles; prefácio de Jacques Le Goff. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BLOCH, Marc. **A Estranha Derrota**. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro, 2011.
- CAMPOS, Joaquim Pinto de. **Vida do Grande Cidadão Brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva**.

Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958 (1878).

- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CHAMBERS II, John Whiteclay. The New Military History: Myth and Reality. (Conference Review Essay). **The Journal of Military History**, n. 55, July 1991, Society for Military History. p. 395-406.
- CIDADE, Francisco de Paula. **Lutas, ao Sul do Brasil, com os Espanhóis e seus Descendentes**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1948.
- CIDADE, Francisco de Paula. **Síntese de Três Séculos de Literatura Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998 (1959).
- CITINO, Robert M. Military Histories Old and New: A Reintroduction. **American Historical Review**. October 2007. p. 1070-1090. Disponível em: <http://ahr.oxfordjournals.org/>. Acesso em 15/06/2016.
- CLAUSEWITZ, Karl von. **Da Guerra**. Tradução de Teresa Barros Pinto Barroso. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- COURVISIER, André. **A Guerra: Ensaio Histórico**. Tradução de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.
- COURVISIER, André. **Dictionnaire d'Art et d'Histoire Militaires**. Paris: Presses Universitaires de France, 1988.
- CREVELD, Martin van. **Command in War**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1985.
- CREVELD, Martin van. **Supplying War: Logistics from Wallenstein to Patton**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1977.
- CREVELD, Martin van. **The Culture of War**. New York: Presidio Press, 2008.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.
- DUBY, Georges. **O Domingo de Bouvines – 27 de julho de 1214**. Tradução de Maria Cristina Frias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico**. 3ª Ed. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FERRO, Marc. **A Grande Guerra 1914-1918**. Tradução de Stella Lourenço. Lisboa: Edições 70, [s.d.] (1969).

- FERRO, Marc. **La Révolution de 1917**. Paris: Aubin Michel, 1997 (1967).
- FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da Guerra Entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. 5 vol. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010-2014 (1934).
- FRAGOSO, Augusto Tasso. **A Batalha do Passo do Rosário**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1951.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. **A Revolução Farroupilha (1835-1845)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1939.
- FULLER, J. F. C. **A Military History of the Western World**. 3 vol. New York, Funk and Wagnalls, 1954-1957.
- FULLER, John Frederick Charles. **A Conduta da Guerra: de 1789 aos nossos dias**. Tradução de Hermann Bergovist. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.
- GOYA, Michel. **A Invenção da Guerra Moderna 1871-1918**. Tradução de Marcelo Oliveira Lopes Serrano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2018.
- GOYA, Michel. **Sob Fogo: A Morte Como Hipótese de Trabalho**. Tradução de Marcelo Oliveira Lopes Serrano. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.
- GURIÊVITCH, Aaron. **A Síntese Histórica e Escola dos Anais**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- HANSON, Victor Davis. **Por Que o Ocidente Venceu: Massacre e Cultura – Da Grécia Antiga ao Vietnã**. Tradução de Fernanda Abreu. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.
- HANSON, Victor Davis. **Uma guerra sem igual: Como atenienses e espartanos lutaram na Guerra do Peloponeso**. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- HANSON, Victor Davis. **The Western Way of War: Infantry Battle in Classical Greece**. 2ª Ed. Berkeley: University Of California Press, 2009.
- HOWARD, Michael. The Use and Abuse of Military History. **The Army Doctrine and Training Bulletin**. Vol. 6, No. 2, Summer 2003.
- HOWARD, Michael. What is Military History? **History Today**, Volume: 34 Issue: 12 . December 1984. Disponível em: <http://www.historytoday.com/michael-howard/what-military-history>. Acesso em 11 Out 2012.
- HOWARD, Michael. Military History and the History of War. In MURRAY, Williamson; SINNREICH, Richard Hart. **The Past as Prologue: The Importance of History to the Military Profession**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2006.
- HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações Entre Civis e Militares**. Tradução de José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- IZECKSOHN, Vitor. **O Cerne da Discórdia: A Guerra do Paraguai e o Núcleo Profissional do Exército**. Rio de Janeiro: E-papers, 2002.
- JACKSON, Aaron P. **The Roots of Military Doctrine: Change and Continuity in Understanding the Practice of Warfare**. Fort Leavenworth, KS: Combat Studies Institute Press, 2015.
- JAGUARIBE, Helio. **Um Estudo Crítico da História (Vol 1)**. Tradução de Sergio Bath. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- KEEGAN, John. **A Face da Batalha**. Tradução de Luiz Paulo Macedo Carvalho. Rio de Janeiro:

Biblioteca do Exército, 2000.

- KEEGAN, John. **A Máscara do Comando**. Tradução de Geraldo Pereira de Almeida Filho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.
- LUVAAS, Jay. A História Militar – O Ponto de Vista de um Historiador Clássico. in WEIGLEY, Russell F. (Org). **Novas Dimensões da História Militar** (Vol 1). Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.
- MATALOFF, Maurice. A Natureza e o Escopo da História Militar. in WEIGLEY, Russell F. (Org). **Novas Dimensões da História Militar** (Vol 2). Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1982.
- MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Barbudos, Sujos e Fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010.
- McCANN, Frank. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889-1937**. Tradução de Laura Teixeira Motta. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2007.
- MILLETT, Allan R.; MURRAY, Williamson (Ed.). **Military Effectiveness**. Vol. I – The First World War. Boston, MA: Unwin Hyman, 1988.
- MOSCOVICI, Serge. Das Representações Coletivas às Representações Sociais. in JODELET, Denise. **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- MURRAY, Williamson; MILLETT, Allan R. (Ed.). **Military Innovation in the Interwar Period**. New York: Cambridge University Press, 1996.
- POLÍBIOS. **História**. 2ª Ed. Seleção, tradução, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora UnB, 1996.
- PARET, Peter. The New Military History. **Parameters**. Autumn, 1991.
- RAPOSO FILHO, Amerino. **Dimensões da Estratégia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.
- SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania na Formação do Exército**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1990.
- SCHULZ, John. **O Exército na Política: Origens da intervenção militar**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.
- SILVA, Norma Lucia da; FERREIRA, Marieta de Moraes. Os Caminhos da Institucionalização do Ensino Superior de História. **História & Ensino**, Londrina, v. 2, n. 17, p. 283-306, jul./dez. 2011.

- SMITH, Cecil Woodham. **A Carga da Brigada Ligeira**: Anatomia de um Desastre. Tradução de Ulisses Lisboa Perazzo Lannes. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.
- STRACHAN, Hew. **The First World War**. New York: Penguin Books, 2005.
- STRACHAN, Hew. **Sobre a Guerra de Clausewitz**: Uma Biografia. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- VAN CREVELD, Martin. **The Culture of War**. New York: Balantine Books, 2008.
- WALZER, Michael. **Guerras Justas e Injustas**: Uma Argumentação Moral Com Exemplos Históricos. Tradução de Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- WEIGLEY, Russell F. **The American Way of War**: A History of United States Military Strategy and Policy. Bloomington, IN: Indiana University Press, 1977.



GÓES MONTEIRO E O EMPREGO DO PODER AÉREO DURANTE A GUERRA CIVIL DE 1932

Carlos Roberto Carvalho Daróz¹

Resumo: Durante a guerra civil de 1932 ocorreu, pela primeira vez no país, o emprego considerável da arma mais temida do período entreguerras (1918-1939): o avião. A aviação federal, na época a Aviação Militar do Exército e a Aviação naval da Marinha, e a Aviação Constitucionalista espalharam o terror nas trincheiras e nas áreas de retaguarda, bombardeando e atacando alvos de interesse militar e apavorando combatentes e civis. Homem de confiança de Getúlio Vargas, o general Pedro Aurélio de Góes Monteiro comandou o Exército Leste e utilizou a aviação como arma estratégica e psicológica no enfrentamento da sedição paulista. A presente pesquisa tem o propósito de analisar o uso da aviação por Góes Monteiro e o debate ocorrido na imprensa acerca dos bombardeios aéreos.

Palavras-chave: Aviação, guerra civil de 1932, poder aéreo

Decorridos mais de 85 anos da guerra de 1932², o movimento político-militar deflagrado em São Paulo ainda suscita discussões historiográficas e interpretações variadas. Uma das novidades introduzidas durante o conflito foi o uso intensivo da aviação, pela primeira vez no país empregada em escala considerável.

O general Pedro Aurélio Góes Monteiro, uma das principais lideranças do movimento revolucionário que levou Getúlio Vargas ao poder em 1930, teve papel de relevo na repressão ao levante ocorrido em São Paulo, que, sob a bandeira da constitucionalização do país, visava a restituir às elites do estado o prestígio e a autonomia perdidos. Coordenando as ações militares e comandando a principal frente de combate, Góes Monteiro utilizou os meios aéreos à sua disposição para subjugar as forças paulistas.

Em sua obra *1932: a guerra civil brasileira*³, o brasilianista Stanley Hilton dedica um capítulo

¹ Doutorando em História Social pela UFF, mestre em História pela UNIVERSO e em Operações Militares pela EsAO. Professor da Universidade do Sul de Santa Catarina.

² A própria denominação atribuída ao movimento de 1932 é passível de discussões e demonstra essa disputa, variando de acordo com a posição historiográfica dos autores e pesquisadores que se dedicam ao tema: Revolução Constitucionalista, rebelião, contrarrevolução ou guerra civil. Embora os paulistas na ocasião e a posteriori optassem por caracterizar o movimento de 1932 como Revolução Constitucionalista, acompanhando a tendência historiográfica contemporânea, tratarei o conflito como uma guerra civil, visto que suas características se enquadram nos pressupostos acima assinalados. Nesse sentido, ao me referir ao movimento político-militar deflagrado em 9 de julho de 1932, o farei na condição de guerra civil, ou, por uma questão estilística e para evitar repetições, como guerra paulista, ou, mais genericamente, como movimento de 1932.

³ HILTON, Stanley. *1932: a guerra civil brasileira*. São Paulo: Nova Fronteira, 1982.

inteiro à guerra no ar, no qual analisa as operações aéreas e a disputa entre os diferentes comandantes federais no sentido de disporem de aeronaves sob seu comando. Hilton observa que “só pela presença dessa nova arma [o avião], a unicidade histórica de 1932 seria garantida.”⁴ Carlos Daróz faz, em *Um céu cinzento: a história da aviação na Revolução de 1932*⁵, um amplo estudo sobre as três forças aéreas presentes no conflito – Militar, Naval e Constitucionalista – destacando sua composição, aeronaves, lideranças e operações aéreas. Depois de realizar diversas entrevistas com o general Góes Monteiro, Lourival Coutinho sintetiza em *O general Góes depõe...*⁶, o pensamento do chefe militar, inclusive dedicando um capítulo inteiro ao movimento de 1932.

Este artigo tem como proposta analisar o emprego da aviação pelo general Góes Monteiro durante a guerra de 1932, à luz da teoria do Poder Aéreo surgida na década posterior à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com destaque para o papel exercido pela imprensa na cobertura desses eventos.

TEORIA DO PODER AÉREO

A criação dos serviços aéreos nos diversos exércitos e marinhas do mundo revelou a necessidade da elaboração de uma doutrina de emprego capaz de permitir a utilização mais adequada dos novos meios de combate. Nesse sentido, surgiram, logo após a Primeira Guerra Mundial, teóricos militares que buscaram estabelecer as bases do emprego da nova aviação de guerra, dando origem à teoria do Poder Aéreo.

A experiência adquirida no conflito provocou um intenso debate sobre a aplicação dos meios aéreos, sendo os principais teóricos Giulio Douhet, na Itália; Hugh Trenchard, na Grã-Bretanha, e William Mitchell, nos EUA. Estes três pensadores contemporâneos eram defensores persistentes da utilização do avião para fins militares, mas, por importarem diretamente para a presente pesquisa, abordaremos apenas os conceitos formulados pelos dois primeiros. O general italiano Giulio Douhet (1869-1930), em especial, o mais incisivo do grupo, desenvolveu uma teoria estratégica baseada no emprego do avião, com privilégio para o bombardeiro: o avião iniciava assim uma estratégia de dissuasão pela sua potencialidade destrutiva.

4 HILTON, op.cit., p.193.

5 DARÓZ, Carlos. *Um céu cinzento: a história da aviação na Revolução de 1932*. Recife: EDUFPE, 2013.

6 COUTINHO, Lourival. *O general Góes depõe...* Rio de Janeiro: Editora Coelho Branco, 1956.

O conceito de Poder Aéreo decorre das ideias de Douhet, que, em seu livro *O Domínio do Ar*, publicado em 1921 e ampliado em 1927, expôs suas ideias revolucionárias sobre a utilização do avião como arma de guerra. O radicalismo de suas posições decorria do fato de que sua teoria – diferente do que aconteceu com os grandes estrategistas que o precederam, como Clausewitz, Jomini e Mahan – não se baseava na experiência histórica do passado, já que os meios aéreos só passaram a existir como emprego militar efetivamente a partir da Primeira Guerra Mundial, não havendo, portanto, experiência prévia que apoiasse suas teorias.

Para Douhet, até o advento do Poder Aéreo, a amplitude da guerra era limitada pelo alcance dos canhões no campo de batalha e a maioria dos cidadãos podia levar, em plena guerra, uma vida tranquila, produzindo os meios necessários para a luta no *front*, onde os soldados lutavam e morriam. O emprego do avião, no entanto, modificou completamente este cenário. De acordo com Douhet, a máxima de Jomini, de que “os métodos mudam, mas os princípios não”, não fazia mais sentido, pois o avião transformara completamente o caráter básico da guerra⁷. Douhet estava convencido de que a Primeira Guerra Mundial demonstrara a primazia da defensiva sobre a ofensiva na guerra terrestre. Assim, devido a essa superioridade, forças inferiores poderiam deter o inimigo em qualquer frente levando a um impasse. No caso da aviação, a situação era diferente: a ofensiva não era apenas a melhor forma de fazer a guerra, mas a única válida. Em consequência, a concepção estratégica preconizada por Douhet era resistir em terra e atacar em massa pelo ar.

Para Douhet todos os recursos da nação deveriam ser concentrados no desenvolvimento do seu Poder Aéreo, que deveria ser estruturado no que ele chamava de força aérea independente, sem que os elementos desse poder fossem dispersos e vinculados ao exército ou à marinha.

As forças aéreas inimigas deveriam ser destruídas onde fossem encontradas mais facilmente, e estivessem mais vulneráveis, ou seja, no solo. O ataque deveria ocorrer nas suas bases tão logo iniciado o conflito, e com força máxima. Douhet sintetiza esse pensamento em seu tratado

A fim de obter o domínio do ar – ou, em outras palavras, ter êxito em impedir que o inimigo voe – é necessário privar o inimigo de todos os seus meios de voar, quer esteja nas bases ou nas fábricas, isto é, onde quer

⁷ HOWARD, Michael. O conceito de Poder Aéreo: uma avaliação histórica. *Airpower Journal*, Edição Brasileira, 4º Trimestre 1996. Disponível em: <<http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/14tri96.htm>>. Acesso em: 15 out. 2008. p.1.

que sejam encontrados ou onde quer que sejam criados. Este trabalho de destruição só pode ser levado a efeito no ar, dentro do território inimigo, uma vez que ele somente pode ser feito pelas armas aéreas. Os meios de combate feitos para a guerra em terra e no mar não podem de maneira alguma participar da ação destrutiva. Portanto, o domínio do ar só pode ser obtido por adequado poderio aéreo.⁸

A população inimiga seria o próximo o alvo. Constituída de civis sem experiência de combate, logo teria seu moral abalado e diminuiria a vontade nacional de prosseguir no conflito

É muito mais importante destruir uma estação ferroviária, uma padaria, uma instalação de guerra ou metralhar uma coluna de suprimentos, trens em movimento ou qualquer outro objetivo atrás das linhas do que metralhar ou bombardear uma trincheira. Os resultados são imensuravelmente maiores para baixar o estado de espírito [...] para espalhar o terror e o pânico.⁹

A tradução da obra de Douhet para o inglês, em 1933, momento em que se formava o Poder Aéreo americano, deu-lhe projeção e, sem dúvida, sua influência na aviação de guerra dos EUA só foi superada pela sua influência na própria Itália.

No processo de formação de uma força aérea independente na Grã-Bretanha, destacou-se o major-general Hugh Trenchard, que concebia a aviação como arma essencialmente ofensiva. Trenchard não era um teórico, pode-se afirmar que era um prático. Aprendeu a voar no posto de major, quando se formou o *Royal Flying Corps*. Em seguida, organizou e comandou a nova arma na França, a Real Força Aérea, liderando-a entre 1915 e 1918 e permanecendo no posto até 1929. Teve, portanto, a oportunidade de estruturá-la de acordo com suas ideias amadurecidas com a experiência de combate.

Trenchard nunca defendeu a tese de que os bombardeios podiam ganhar a guerra sozinhos, mas acreditava que o enfraquecimento do moral do inimigo era uma espécie de pré-requisito para que

⁸ DOUHET, Giulio. *O domínio do ar*. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 1988, p.53.

⁹ WILLMOTT, Hedley Paul. *Primeira guerra mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, p.174.

os exércitos pudessem avançar com uma oposição bem mais fraca. Na guerra, devido à insuficiência de aviões de interceptação, argumentava que a primeira tarefa da aviação era atacar os aeroportos alemães para mantê-los fora de operação e, assim, proporcionar continuidade às operações militares. Enfatizava o bombardeio estratégico em vários níveis – de depósitos de suprimentos e pontes até siderúrgicas e minas de carvão – e considerava que seus efeitos psicológicos eram superiores aos materiais na proporção de vinte para um.

Hugh Trenchard era contra o bombardeio indiscriminado de áreas residenciais, embora admitisse o ataque a áreas industriais ainda que em regiões urbanas. Para ele, os bombardeios deveriam atingir o maior número possível de fábricas, e não necessariamente destruir umas poucas, pois, dessa forma, o pânico se espalharia mais rapidamente entre a população e maximizaria os efeitos estratégicos da ação.¹⁰

GÓES MONTEIRO E A AVIAÇÃO

O papel desempenhado por Góes Monteiro na liderança militar da Revolução de 1930, sua rápida ascensão na hierarquia militar e o prestígio que adquiriu no seio das forças armadas e do regime Vargas são temas bem estudados pela historiografia brasileira. O brigadeiro Nero Moura, que como tenente voou sob o comando de Góes Monteiro em 1932 e durante a 2ª Guerra Mundial comandou o 1º Grupo de Aviação de Caça na Itália, assim traçou o perfil do general, não escondendo sua admiração:

O Góes era um político fino, um homem inteligentíssimo, conhecia a profissão como ninguém, e conhecia também os homens e o país. [...] Tinha ascendência sobre todos os oficiais porque era um dos militares mais honestos que se conhecia. O Exército inteiro o respeitava.¹¹

Sua faceta essencialmente militar, contudo, no comando de tropas em campanha, é pouco conhecida e o episódio de 1932 oferece uma oportunidade para descortinar o perfil de líder combatente

10 DARÓZ, op.cit., p.37-40.

11 MOURA, Nero. *Um voo na história*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.53.

do general, ainda que permaneça relacionado com sua atuação política.

A criação da Escola de Aviação Militar em 1919 e os mais de dez anos de trabalho da missão de aviação francesa, adida à Missão Militar Francesa contratada pelo Exército Brasileiro, levaram os comandantes militares federais e paulistas a considerarem, desde o primeiro momento, a importância e as possibilidades de emprego da aviação.¹²

No princípio de 1927, o Exército reorganizou seu componente aéreo, criando a Diretoria de Aviação Militar, chefiada por um oficial-general e subordinada diretamente ao Estado-Maior do Exército (EME), e elevando a Aviação à condição de arma, que passou a ter o mesmo status da Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia.¹³ O primeiro diretor de Aviação Militar foi o general de brigada Álvaro Guilherme Mariante, que escolheu Góes Monteiro, então major de Cavalaria, para seu chefe de gabinete. Embora não fosse cursado como piloto ou observador, o período em que serviu na Aviação tornou Góes Monteiro um oficial que sabia empregar adequadamente e valorizar os meios aéreos.¹⁴ Fruto dos estudos e do estrito contato travado com os aviadores, por ocasião da guerra de 1932, já como general, utilizou, ainda que de forma adaptada e incompleta, os conceitos teóricos do Poder Aéreo.

Ao irromper o movimento, a Aviação Militar possuía estrutura bastante limitada, contando com apenas doze aeronaves de combate e cerca de vinte que não eram armadas ou adequadas para o emprego militar, mas que poderiam ser utilizadas em missões de observação, reconhecimento ou ligação.¹⁵ Tal insuficiência de meios se agravou quando, na primeira semana do conflito, os paulistas invadiram o Destacamento de Aviação de São Paulo e capturaram quatro aeronaves da Aviação Militar. Mais dois aviões foram perdidos, quando seus pilotos desertaram e voaram para São Paulo com seus aparelhos.¹⁶

Embora a Aviação Naval fosse relativamente bem servida de aeronaves de combate, na maior parte do tempo atuou em proveito do bloqueio ao litoral paulista, particularmente contra o porto de Santos, realizado pela Marinha. Góes Monteiro, no entanto, lançou mão dos meios aeronavais em mais de uma oportunidade.

Góes Monteiro assumiu o comando da Frente do Vale do Paraíba, a principal durante o conflito,

12 HILTON, op.cit., p.193.

13 As reformas na Aviação Militar se processaram por meio da Lei nº 5.168, de 13 de janeiro de 1927.

14 DARÓZ, op.cit., p.58.

15 HILTON, op.cit., p.194.

16 Os dois aviadores militares que fugiram para São Paulo conduzindo suas aeronaves foram o tenente Arthur da Motta Lima e o capitão Adherbal da Costa Oliveira.

responsável por barrar as tropas paulistas que planejavam se deslocar em direção à capital federal ao longo do eixo da rodovia Rio-São Paulo. Para cumprir essa tarefa foi constituído o Destacamento de Exército Leste, constituído pelas 1ª e 4ª Divisões de Infantaria, reforçadas, posteriormente, por tropas federais procedentes das Regiões Norte e Nordeste, e por unidades da Força Pública de Minas Gerais.

EXERCENDO O PODER AÉREO

Até o movimento de 1932, os comandantes militares do Exército Brasileiro ainda não possuíam experiência em conduzir operações contando com meios aéreos organizados. O uso anterior do avião, nos movimentos revolucionários das décadas de 1920 e durante a Revolução de 1930, foi esporádico e isolado, pois o Grupo Misto de Aviação – primeira unidade aérea com capacidade real de combate do Exército – foi criado somente em 1931. Entretanto, mesmo sem a cultura aérea, os principais comandantes legalistas envolvidos na repressão ao movimento não estavam desatentos aos benefícios resultantes do uso do avião, e buscaram prover suas tropas com o devido apoio aéreo.

Nesse contexto destacou-se o General Góes Monteiro, que, apesar de não ser ele próprio um aviador, sua passagem pela Diretoria de Aviação Militar levou-o a conhecer as possibilidades e limitações do avião, bem como a importância do Poder Aéreo. Além disso, tornou-se um entusiasta da aviação, e era conhecido por praticamente todos os aviadores do Exército, que o respeitavam e admiravam.

Com o início da guerra paulista, por comandar a frente que possuía maior quantidade de tropas e por sua ligação pessoal com Getúlio Vargas, o general Góes Monteiro conseguiu centralizar, sob o seu comando, a maioria dos meios pertencentes à Aviação Militar. Já no quarto dia de operações, determinou que um avião permanecesse em alerta no solo, armado com bombas e metralhadoras, para atacar alvos de oportunidade.¹⁷ Não hesitou, também, em utilizar o reconhecimento aéreo para subsidiar os planejamentos de seu estado-maior, o que fez em larga escala durante os três meses de combate.

Góes Monteiro sabia que as operações poderiam ser prolongadas e que as aeronaves existentes no acervo da Aviação Militar eram poucas. Para agravar a situação, muitos aviões estavam

¹⁷ Ordem Particular ao Grupo de Aviação nº 8, de 11 de julho de 1932, do Destacamento de Exército Leste. Acervo Revolução de 1932. Arquivo Histórico do Exército.

no limite da vida útil, desgastados pelo tempo de uso e pelas inúmeras horas de voo. Desde o início do conflito, pressionou o Ministro da Guerra, e o próprio Vargas, para que fossem adquiridos mais aviões de combate no exterior:

[...] Assim, como de 1ª urgência deverão ser iniciadas as negociações para a aquisição do seguinte material:

[...]

3º) DE AVIAÇÃO: 50 aviões de caça.

150 aviões médios, tipo de guerra.

25 aviões pesados de bombardeio.

4000 bombas de 50 a 100 kilos.¹⁸

Com a informação obtida junto a prisioneiros de guerra de que os paulistas tentavam adquirir novos meios aéreos no exterior, Góes Monteiro reiterou as solicitações ao ministro da Guerra e ao presidente da República:

Ministro da Guerra – Rio – Urgentíssimo

Guerra toma aspectos aconselham compra urgente aviões leves e médios [...] Prisioneiros anunciam compra quinze aviões [pelos paulistas] e emprego carros blindados.¹⁹

Exmo Sr. Dr. Getulio Vargas – Palácio Guanabara

195-B Peço a V. Ex. providencias afim de que seja adquirido como imprescindivel vg no momento vg o seguinte material de aviação ptp

6 Boeing vg motor Pratt Whitney (caça) pt 8 Wought vg motor Pratt Whitney (reconhecimento) pt 26 Waco Transição vg modelo CBO motor Wright 240 HP (transição) pt 10 Waco escola vg Tipo F vg motor Warner 110 HP pt

Nota pt Os aviões Boeing e Wought são idênticos aos da primeira

18 Memória nº 4 para o Governo, de 11 de agosto de 1932, do comandante do Destacamento de Exército Leste. Acervo Revolução de 1932. Arquivo Histórico do Exército.

19 Criptograma nº 133 B, de 7 de agosto de 1932, do comandante do Destacamento de Exército Leste. Acervo Revolução de 1932. Arquivo Histórico do Exército.

encomenda pt

Material sobressalente na importância de 20% do preço de aquisição

pt [...] ²⁰

Os repetidos apelos do General Góes Monteiro, e a própria escalada do conflito que, de certa forma, ameaçava a governabilidade do Governo Provisório, levaram Vargas a ordenar a aquisição no exterior de parte do material aeronáutico solicitado. Dessa forma, dentre os contratos negociados, um foi efetivado com a *Waco Aircraft Company*, dos EUA, para a compra de trinta e seis aeronaves *Waco C-90*. Desse montante, somente quinze puderam ser entregues, e apenas dez chegaram a entrar em combate antes do término da revolta.

Mesmo com estrutura reduzida, a Aviação Militar sob as ordens de Góes Monteiro, com base em Resende, cumpriu dezenas de missões de ataque tático e reconhecimento, mas foi o ataque contra objetivos estruturais e à retaguarda das linhas, que deu ares estratégicos ao emprego das aeronaves, consoante com os princípios teóricos do Poder Aéreo.

Além das missões de ataque, em benefício direto das unidades terrestres, a aviação realizou um número menor de missões de caráter estratégico, aprofundando o combate bem além das linhas de frente, com o objetivo de quebrar a infraestrutura e diminuir o poder de combate do inimigo, reduzindo sua vontade de lutar, de acordo com as teorias de Giulio Douhet. Esses ataques foram lançados contra instalações à retaguarda e, principalmente, contra a aviação oponente, incluindo suas aeronaves e campos de aviação.

A Aviação Militar desencadeou diversos ataques a bomba contra as bases da aviação paulistas, no intuito de destruir suas aeronaves ainda no solo, de acordo com os princípios estipulados por Douhet.²¹ Também a aviação da Marinha chegou a lançar bombas sobre alvos estratégicos em Cubatão, na Frente Costeira.

O primeiro ataque a aeródromo paulista foi realizado em 16 de julho, contra o Campo de Marte, com o objetivo de realizar uma demonstração de força sobre São Paulo e destruir o material de aviação constitucionalista. A força atacante, liderada pelo Major Eduardo Gomes, comandante da Aviação Militar no setor do Vale do Paraíba, consistia de um bombardeiro *Amiot*, três *Potez TOE*

²⁰ Telegrama nº 195 B, de 27 de agosto de 1932, do comandante do Destacamento de Exército Leste. Acervo Revolução de 1932. Arquivo Histórico do Exército.

²¹ Coerente com princípio doutrinário defendido por Giulio Douhet, autor da Teoria do Poder Aéreo: destruir a aviação inimiga onde ela estaria mais vulnerável e poderia ser mais facilmente localizada, ou seja, no solo.

e dois *Waco CSO*, além de um *Vought O2U-2A Corsair* da Aviação Naval.²² Em São Paulo foi constatado que não havia nenhum avião constitucionalista estacionado, no entanto, 48 bombas foram lançadas contra o campo, mas não provocaram danos de vulto. Nesse mesmo dia foi bombardeado o campo de Taubaté, sem que nele fossem localizados aviões paulistas, que havia-se retirado para Itapetininga dias antes.

Alguns dias mais tarde, Góes Monteiro emitiu nova ordem particular à aviação determinando outra demonstração de força contra o Campo de Marte e especificando a participação do “maior número de aviões que for possível.”²³ No caso do sobragem bombas, no regresso a força bombardearia os campos de Taubaté, Cachoeira e Cruzeiro. No dia seguinte, 23 de julho, dez aviões, incluindo dois *Corsair* da Aviação Naval, decolaram do Rio de Janeiro e voaram até São Paulo, onde lançaram seis bombas de 55 kg, e 63 bombas de 25 libras. O efeito material do bombardeio foi pequeno, mas a demonstração de força cumpriu sua finalidade, servindo para abalar o moral da população de São Paulo. Os “vermelhinhos” (*Waco CSO*) atingiram a cidade e lançaram bombas sobre o Campo de Marte, centro operacional da Aviação Constitucionalista. Uma das bombas explodiu nas proximidades do Clube Espéria, repleto de mulheres e crianças, provocando consternação e medo entre a população civil.²⁴ Mas, apesar do impacto psicológico, a Aviação Constitucionalista seguiu intacta, passando a operar predominantemente na Frente Sul.

A Aviação Naval também atuou em missões de ataque estratégico. No dia 29 de julho, perto do final da manhã, um avião naval descreveu um arco no céu e mergulhou em direção a Cubatão. O bombardeiro *Savoia-Marchetti S.55A* despejou duas bombas de 68 kg na direção da usina hidrelétrica de Cubatão, buscando cortar o fornecimento de energia da região de Santos. Uma das bombas atingiu a usina e, apesar de ter causado alguns estragos e ferido quatro funcionários, dentre eles um cidadão canadense, não interrompeu o seu funcionamento. Embora os danos tenham sido de pequena monta, o dr. Edgard de Souza, vice-presidente da empresa canadense *São Paulo Tramway Light and Power Company Limited*, proprietária da usina, dirigiu um protesto pelo ataque à justiça paulista:

[...] Ontem, 29 do corrente, às 11 ½ horas da manhã, passou sobre

22 De acordo com Lavenère-Wanderley (1975, p.116) o ataque foi realizado por apenas dois *Potez TOE*, e dois *Waco*, além do *Corsair* da Aviação Naval. Contudo, conforme registro no Diário de Campanha do Grupo Misto de Aviação, a missão foi cumprida pelo *Amiot K-621*, pelos *Potez A-216*, *A-211* e *A-217*, pelos *Waco C-1* e *C-4*, além do avião da Marinha

23 Ordem Particular ao Grupo de Aviação nº 35, de 22 de julho de 1932. Acervo Revolução de 1932. Arquivo Histórico do Exército.

24 DONATO, Hernâni. *Dicionário das batalhas brasileiras*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001, p.144.

a sua usina hidro-eléctrica, instalada em Cubatão, município, de Santos, um hidroavião ‘Savoia-Marchetti’, da Marinha de Guerra do Brasil, acompanhado de um biplano, também militar, lançando sobre aquela usina, duas bombas, tendo uma delas ali produzido consideráveis estragos materiais e ferido quatro funcionários da requerente que ali se encontravam em hora e por motivo de serviço, sendo um deles súdito estrangeiro, cidadão canadense [...].²⁵

O ataque, desencadeado sob as ordens de Góes Monteiro, rendeu também uma nota diplomática da Embaixada da Inglaterra, que reclamou contra o bombardeio.²⁶

Um avião paulista foi localizado em Guaratinguetá, no dia 23 de agosto, e foi organizado um ataque ao campo de aviação daquela cidade com o objetivo de destruí-lo. Pela manhã um pelotão de bombardeio realizou o ataque, sem conseguir nenhum resultado. Na tarde do mesmo dia, porém, a missão foi repetida e, finalmente, o *Potez TOE A-116* paulista foi atingido em cheio por uma bomba, que explodiu e incendiou o avião.²⁷

Em 20 de setembro, visualizando um aumento da escalada dos bombardeios, Góes Monteiro solicitou ao ministro da Guerra mais bombas e uma aeronave pesada para dar continuidade aos bombardeios:

Criptograma nº 259B

Solicito vossas ordens vinda urgente Capitão Fontenelle avião pesado. Peço fineza informar numero de bombas cincoenta quilos prontas. Convém intensificar produção afim empregar avião pesado. [...].²⁸

O “avião pesado” a que se referia Góes Monteiro era um dos bombardeiros *Amiot*, baseados no Campo dos Afonsos, e às bombas tipo F de 55 kg (125 libras). Essas aeronaves, contudo, somente foram transladadas para a base de Resende em 27 do mesmo mês, não havendo oportunidade para empregá-las em missão de bombardeio antes do fim da revolta.

25 Jornal *Folha da Manhã*. Edição de 6 de agosto de 1932. Acervo da Biblioteca Nacional.

26 COUTINHO, op.cit., p.210.

27 INCAER. *História geral da aeronáutica brasileira*, v.2. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1990, p.352.

28 Criptograma nº 259-B do Destacamento de Exército Leste, de 20 de setembro de 1932. Acervo Revolução de 1932. Arquivo Histórico do Exército.

Uma faceta da campanha estratégica provocou grande polêmica desde o início: o bombardeio de cidades e alvos civis, mais uma premissa teórica defendida por Douhet e Trenchard, com o propósito de solapar o moral da população. Já nos primeiros dias do movimento, Góes Monteiro considerou a possibilidade de bombardear a retaguarda inimiga para enfraquecer seu poder de combate. Os alvos a serem batidos seriam instalações fabris, usinas, estações de energia, depósitos, entroncamentos ferroviários e outros considerados relevantes. O general Augusto Tasso Fragoso, chefe do EME, posicionou-se contra, ponderando junto ao ministro da Guerra que haveria uma escalada desnecessária na guerra e um sacrifício humano injustificável. Tal discordância de pontos de vista terminou por gerar uma incompatibilidade entre o protegido de Vargas e o chefe do EME, que resultou no pedido de demissão de Tasso Fragoso.²⁹

De qualquer forma, algumas missões de bombardeio estratégico a instalações foram desencadeadas, tanto pela Aviação Naval quanto pela Aviação Militar. Em meados de agosto, a aviação do Destacamento de Exército Leste recebeu ordem para atacar um desses alvos:

[...] IV – MISSÃO DA AVIAÇÃO:

a) – 1) – Bombardeio, a baixa altura, da mina elétrica a O. de Bom Jesus da Bocaina.

2) – Objetivos a atingir por ordem de urgência:

- usina elétrica;

- reuniões de tropas em Bom Jesus da Bocaina; [...]³⁰

A missão foi realizada pelo *Waco* A-217, tripulado pelos Tenentes Antônio Carlos da Silva Murici e Oswaldo Carneiro de Lima, e pelo *Waco* A-114, com o Capitão Henrique Dyot Fontenelle e Tenente Márcio de Souza e Mello. Durante a missão, o avião do Tenente Murici foi interceptado por três aeronaves constitucionistas, que foram repelidas pelo fogo de metralhadora desencadeado pelo Tenente Lima. Em seguida, foi realizado o ataque à usina elétrica com duas salvas de seis bombas que, no entanto, não causaram maiores estragos. A usina continuou funcionando normalmente.

Na última quinzena de setembro, a aviação federal apertou o cerco contra o Estado de São

²⁹ HILTON, op.cit., p.214.

³⁰ Ordem Particular à Aviação nº 72, de 12 de agosto de 1932. Acervo Revolução de 1932. Arquivo Histórico do Exército.

Paulo e realizou uma série de ataques a alvos estratégicos nas cidades de Campinas, Jundiaí, Rio Claro e Bragança Paulista. De uma maneira geral, os alvos eram estações ferroviárias, pátios de manobras, campos de pouso e composições ferroviárias. De todas essas cidades, Campinas foi a que sofreu mais, sofrendo bombardeios nos dias 18 (dois ataques), 20, 21 e 23 de setembro. Embora os alvos visados fossem de valor militar, a falta de precisão das bombas e o fato de os ataques serem desfechados de grande altitude fizeram com que a população civil fosse atingida, havendo mortes e ferimentos, inclusive em mulheres e crianças. O jornal campineiro *Correio Popular*, descreveu o primeiro ataque, realizado no dia 18, quando foi morto um menino de dez anos de idade:

[...] Na estação ferroviária de Campinas, o movimento era intenso às 11h30 da manhã de 18 de setembro de 1932. Famílias inteiras se deslocando de trem para a casa de parentes nos arredores da cidade [...]. O pequeno Aldo, de dez anos de idade, calçava os sapatos no hall da estação quando ouviu o ronco do motor ecoar nos céus. O menino jogou os sapatos para o lado e correu. Aviões ainda eram uma grande novidade naquele tempo. Sua mãe, Ada Chioratto, ainda tentou segurá-lo, mas o menino já havia desaparecido.

A bomba caiu ao seu lado. Aldo morreu instantaneamente, atingido por estilhaços no estômago. [...] No ataque deste domingo foram lançadas quatro bombas. A primeira varou o teto de zinco da Estação Mogiana e explodiu na viga de ferro do suporte, o que diminuiu seu impacto. A segunda matou o pequeno Aldo e feriu outras três pessoas, dois imigrantes italianos e um libanês, além de um outro menino, João Polli. [...]

A guerra se aproximava cada vez mais da cidade. A estação de Campinas, o principal entroncamento ferroviário do país, era um alvo em potencial. Os aviões, ainda precários, tinham pouco poder de fogo, mas causavam muitos estragos com as bombas e as rajadas de metralhadoras. Para a população civil era uma experiência aterrorizante. Durante a quinzena que engloba este domingo, Campinas sofreu diversos ataques aéreos. Foram 57 bombas lançadas sobre a cidade, que causaram duas mortes, 31 feridos e

onze mutilados. [...]”³¹

Esses bombardeios causaram profunda comoção entre os paulistas e geraram uma enxurrada de protestos. Refletindo a indignação coletiva, o jornal *O Estado de S. Paulo* manifestou a repulsa dos paulistas aos “inomináveis atos de selvageria da aviação ditatorial.”³² Os jornais da semana em que ocorreram os bombardeios registraram os protestos de diversas entidades, com o Instituto da ordem dos Advogados de São Paulo, Associação Comercial, Federação dos Escoteiros, dentre outras.³³

O governador paulista Pedro de Toledo emitiu uma proclamação à nação repudiando os ataques; entidades civis e a imprensa do estado apelaram para a opinião pública internacional.³⁴

Sobre os ataques a Campinas, no final de dezembro, a estação de radioamador clandestina LX-2, que transmitia informações para São Paulo a partir do Rio de Janeiro, irradiou para Santos um boletim de informações contendo protestos contra o bombardeio. O Serviço Rádio do Ministério da Guerra interceptou a mensagem:

Rádios interceptados em PTCR: nº 6
 PTU3 : Santos : Boletim noticioso:
 [...] em seis dias aviação ditatorial lança 38 bombas sobre cidade de
 Campinas. Cidade aberta. [...]”³⁵

Em outro boletim, os paulistas cogitaram, inclusive, abrir um processo judicial contra o Governo Provisório por “crime de guerra”:

Impotente para subjugar os soldados paulistas. A ditadura manda os seus aviões bombardear cidades abertas. Foi o que fizeram hontem os aviões ditatoriais sobre Campinas e Jundiahy. Sem a menor vantagem de ordem militar, ditadura patenteou nesse atentado como nos de Silveiras e Cruzeiro, os sentimentos que o anima nessa luta. São Paulo está elaborando o processo

31 CÉSAR, João Batista; MARTINS, José Pedro. Aldo, o menino que correu sorrindo para a morte. *Correio Popular*, Campinas, 13 ago. 1999. Encarte Criança nos 500 anos, p.2.

32 OS INOMINÁVEIS atos de selvageria da aviação ditatorial. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 set. 1932, p.1.

33 O BOMBARDEIO de Campinas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 set. 1932, p.1.

34 HILTON, op.cit., p.217.

35 Rádio interceptado em PTCR nº 6, protocolado no Ministério da Guerra em 26 de setembro de 1932. Acervo Revolução de 1932. Arquivo Histórico do Exército.

jurídico desses crimes [...].³⁶

Apesar das baixas e da inquietude provocadas entre os paulistas, as missões estratégicas tiveram efeito reduzido se comparadas às missões aerotáticas e pouco contribuíram para solapar o poder de combate dos rebeldes ou reduzir a capacidade de ação de sua força aérea.

Góes Monteiro resumiu o papel desempenhado pelo Grupo Misto de Aviação, quando oficializou o desligamento da unidade do Destacamento de Exército Leste, no dia 13 de outubro, pouco depois do fim da guerra paulista:

A feliz terminação da luta, impatrioticamente iniciada em 9 de julho, permite que eu hoje desligue do Destacamento do Exército do Leste o Grupo de Aviação, que lhe serviu desde 11 de julho.

[...]

Apanhada nos seus trabalhos de paz, atacada pelas maquinações estonteantes da guerra civil, a Aviação lançou-se galhardamente para a frente e, com verdadeira elegância, soube sofrer, soube lutar, soube vencer, repelindo os adversários em todos os encontros que teve. Para essa atuação útil não prendeu-se ao teorismo, idealizado para recursos que não logrou reunir. Aceitou as situações tais como se apresentaram, resolveu-as com os recursos existentes e dentro das circunstâncias ambientes em que se desenvolveram. Assim procedendo terminou a campanha gozando a confiança das armas irmãs e com a certeza de ter cumprido o seu dever. [...]

Por tais motivos, hoje dirigi meus agradecimentos à 5ª Arma, por intermédio do seu Chefe, general-Diretor de Aviação, e aqui deixo consignados os meus entusiásticos louvores ao bravo comandante do Grupo Misto de Aviação, Major Eduardo Gomes, pela competência técnica, calma e comprovada dedicação com que procurou auxiliar as operações do Destacamento de Exército Leste.

A esse Comandante autorizo estender este louvor a todos os seus

³⁶ Transcrição de mensagem rádio interceptada, de 17 de setembro de 1932. Acervo Revolução de 1932. Arquivo Histórico do Exército.

comandados, graduando-o de acordo com as missões desempenhadas e duração dos serviços prestados.

(a) Pedro Aurélio de Góes Monteiro

General-de-Divisão.³⁷

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No comando do Destacamento de Exército Leste, o general Góes Monteiro utilizou sua incipiente aviação procurando extrair dela o máximo de suas potencialidades. Conhecedor da aviação e dos conceitos e da teoria do Poder Aéreo, empregou as aeronaves sob suas ordens em missões de reconhecimento, de ataque tático e de ataque estratégico, ainda que essa modalidade fosse realizada de maneira limitada, o que Stanley Hilton classificou como “semiestratégico.”³⁸

Embora tenha obtido algumas vitórias pontuais, como a destruição do avião paulista no campo de aviação de Guaratinguetá, a tentativa de empregar o Poder Aéreo com caráter estratégico não foi bem sucedida, pelo menos nos moldes propostos por Douhet e Trenchard. Os bombardeios contra campos de aviação e instalações à retaguarda não impediram a diminuta aviação constitucionalista de continuar voando até praticamente a última semana do conflito, não reduziu o poder de combate ou a infraestrutura paulista, nem provocou o pânico a ponto de solapar a vontade de lutar do governo e da população em São Paulo. Ao contrário, o ataque contra alvos considerados sem valor militar e a morte e os ferimentos provocados em civis, inclusive mulheres e crianças, só fez aumentar o desejo de resistir contra o Governo Provisório de Vargas. O que levou São Paulo à derrota foi o esgotamento de seus recursos, e o bem executado bloqueio federal contra os limites do Estado, o que não contou, necessariamente, com o concurso da aviação.

Os ataques estratégicos contra cidades paulistas, notadamente contra Campinas, ao contrário, trouxeram mais prejuízos para a campanha do que vantagens práticas. Diante de uma enxurrada de protestos diplomáticos e de reclamações na imprensa³⁹, Góes Monteiro precisou negar ter ordenado qualquer ataque específico nesse sentido. Findo o conflito, porém, dezoito anos mais tarde, no Senado

37 Boletim nº 94, de 13 de outubro de 1932, do Destacamento de Exército Leste. Acervo Revolução de 1932. Arquivo Histórico do Exército.

38 HILTON, Op. Cit., p.217.

39 Ibid, p.217.

Federal, Góes assumiria a responsabilidade pelos ataques.⁴⁰

A aplicação do Poder Aéreo não foi eficaz por uma série de razões, dentre as quais a insuficiência de aeronaves e suas limitações técnicas, a doutrina de aviação francesa que privilegiava a defensiva e as missões aerotáticas, a falta de experiência das tripulações e a própria natureza do terreno e das operações, desenvolvidas no vasto território paulista. Em que pese a ineficiência dos ataques estratégicos, no entanto, a guerra de 1932 representou uma primeira tentativa de organizar e empregar a arma aérea do Exército Brasileiro segundo conceitos modernos e plantou a semente para a evolução e modernização da aviação que resultaria, uma década mais tarde, na criação da Força Aérea Brasileira. Efetivamente, o Brasil começava a voar e a combater nos céus e o general Góes Monteiro contribuiu para esse movimento.

FONTES

- Boletim nº 94, de 13 de outubro de 1932, do Destacamento de Exército Leste. Acervo Revolução de 1932. Arquivo Histórico do Exército.
- Criptograma nº 133 B, de 7 de agosto de 1932, do comandante do Destacamento de Exército Leste. Acervo Revolução de 1932. Arquivo Histórico do Exército.
- Criptograma nº 259-B do Destacamento de Exército Leste, de 20 de setembro de 1932. Acervo Revolução de 1932. Arquivo Histórico do Exército.
- Memória nº 4 para o Governo, de 11 de agosto de 1932, do comandante do Destacamento de Exército Leste. Acervo Revolução de 1932. Arquivo Histórico do Exército.
- Ordem Particular ao Grupo de Aviação nº 8, de 11 de julho de 1932, do Destacamento de Exército Leste. Acervo Revolução de 1932. Arquivo Histórico do Exército.
- Ordem Particular ao Grupo de Aviação nº 35, de 22 de julho de 1932. Acervo Revolução de 1932. Arquivo Histórico do Exército.
- Ordem Particular à Aviação nº 72, de 12 de agosto de 1932. Acervo Revolução de 1932.

40 BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, 22 set. 1950, p.6420.

Arquivo Histórico do Exército.

- Rádio interceptado em PTCR nº 6, protocolado no Ministério da Guerra em 26 de setembro de 1932. Acervo Revolução de 1932. Arquivo Histórico do Exército.
- Telegrama nº 195 B, de 27 de agosto de 1932, do comandante do Destacamento de Exército Leste. Acervo Revolução de 1932. Arquivo Histórico do Exército.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. *Diário do Congresso Nacional*, 22 set. 1950, p.6420.
- CÉSAR, João Batista; MARTINS, José Pedro. Aldo, o menino que correu sorrindo para a morte. *Correio Popular*, Campinas, 13 ago. 1999. Encarte Criança nos 500 anos.
- COUTINHO, Lourival. *O general Góes depõe...* Rio de Janeiro: Editora Coelho Branco, 1956.
- DARÓZ, Carlos. *Um céu cinzento: a história da aviação na Revolução de 1932*. Recife: EDUFPE, 2013.
- DONATO, Hernâni. *Dicionário das batalhas brasileiras*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.
- DOUHET, Giulio. *O domínio do ar*. Belo Horizonte: Itatiaia; Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 1988.
- HILTON, Stanley. *1932: a guerra civil brasileira*. São Paulo: Nova Fronteira, 1982.
- HOWARD, Michael. O conceito de Poder Aéreo: uma avaliação histórica. *Airpower Journal*, Edição Brasileira, 4º Trimestre 1996. Disponível em: <<http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apj-p/14tri96.htm>>. Acesso em: 15 out. 2008.
- INCAER. *História geral da aeronáutica brasileira*, v.2. Rio de Janeiro: Itatiaia, 1990.
- LAVENÈRE-WANDERLEY, Nelson Freire. *História da Força Aérea Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Brasileira, 1975.
- MOURA, Nero. *Um voo na história*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

- O BOMBARDEIO de Campinas. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 set. 1932, p.1.
- OS INOMINÁVEIS atos de selvageria da aviação ditatorial. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 set. 1932, p.1.
- WILLMOTT, Hedley Paul. *Primeira guerra mundial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.



O Brasil e a FNLA no processo de descolonização de Angola (1975)¹

Gisele Christini de Sousa Lobato²

Resumo: Durante a escalada do conflito em Angola ao longo de 1975, embora o Brasil mantivesse sua neutralidade, não exibindo publicamente nenhuma preferência entre os três movimentos que lutavam pelo poder, uma discreta missão brasileira veio se juntar às fileiras da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Este artigo pretende analisar a atuação de integrantes de unidades policiais de elite do Rio de Janeiro entre as tropas de Holden Roberto no segundo semestre de 1975 e apresentar algumas questões levantadas por essa aparente ambigüidade do Brasil.

Palavras-chave: Descolonização Angolana, Guerra Civil, Brasil, Diplomacia.

Abstract: During the escalation of the conflict in Angola throughout 1975, although Brazil evinced neutrality, and publicly displayed no preference amongst the three movements struggling for power, a discreet Brazilian mission came to join the ranks of the National Liberation Front of Angola (Frente Nacional de Libertação de Angola - FNLA). This paper aims to analyse the role of the elite Rio de Janeiro police units among the troops of Holden Roberto in the second semester of 1975 and gather some of the issues raised by this apparent ambiguity of Brazil.

Key Words: Brazil, Angolan Decolonization, Civil War. Diplomacy.

ANGOLA: DA LUTA PELA LIBERTAÇÃO A GUERRA CIVIL.

Quando a rebelião armada explodiu em Angola em 1961, muitos observadores acreditavam que – como resultado - o governo ditatorial de António de Oliveira Salazar cairia, levando ao início do processo de descolonização. No entanto, Salazar se recusou a negociar e levou Portugal a uma longa e extenuante guerra de guerrilha na África, que logo se espalhou para outras colônias, eclodindo na Guiné (1963) e em Moçambique (1964).

O Conflito continuou por mais de uma década e - após a sucessão de Salazar por Marcello

1 Publicado originalmente em Inglês na Revista Afriche i Orient, ano XIX, nº 3 – 2017. (p. 31 a 48) Tradução, formatação e revisão: Cesar Machado Domingues.

2 Gisele Lobato é licenciada em Comunicação Social pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Estudos Africanos pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Atualmente, é doutoranda do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História (PIUDHist).

Caetano - abriu caminho para uma revolução na sede do império. Insatisfeitos com seu avanço na carreira e desgastados por anos de conflito, um grupo de oficiais de baixa patente das Forças Armadas começou a se organizar para derrubar o regime. Em 25 de abril de 1974, integrantes do Movimento das Forças Armadas (MFA) tomaram as ruas na ‘Revolução dos Cravos’ e acabaram com a era do Estado Novo, não enfrentando praticamente nenhuma resistência. (Maxwell 1999: 51-55).

Embora o MFA reconhecesse que a solução para as guerras de Portugal no exterior teria que ser política, o General Antônio de Spínola, que assumiu a presidência da Junta de Salvação Nacional, queria evitar um processo abrupto. Ele imaginou um modelo federalista para o antigo império e se recusou a simplesmente transferir o Poder, argumentando em favor da realização de um plebiscito sobre a autodeterminação das colônias, mas apenas a partir do momento em que a democracia ali estivesse estabelecida. A proposta significaria adiar a independência indefinidamente, frustrando tanto os guerrilheiros - que se recusaram a se desarmar - quanto aos oficiais do MFA, que estavam ansiosos para resolver a situação. (Rodrigues 2010: 351-377). Sob pressão, o presidente cedeu e, em 27 de julho de 1974, promulgou a Lei Constitucional nº7/74, na qual era mencionado pela primeira vez que “o reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as suas consequências” incluía “a aceitação da independência dos territórios ultramarinos”. (Rodrigues 2010: 429-436).

Ao contrário da Guiné e Moçambique - onde havia um único herdeiro claro para assumir o Poder - em Angola, três forças distintas estavam disputando o controle do País: o Movimento para Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional para Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

Como a Lei nº7/74 – também conhecida como “Ato de Descolonização” não definia uma data para a independência, Spínola tentou usar essa margem para barganhar Poder e influenciar os eventos em Angola. Em 14 de setembro, o general reuniu-se em segredo com o presidente do Zaire, Mobutu Sese Seko, para discutir a situação. Eles chegaram a um acordo determinando a formação de um governo de transição que unisse a FNLA e a UNITA contra o MPLA de influência marxista. No entanto, as manobras de Spínola foram interrompidas em 30 de setembro, quando ele renunciou após o fracasso de um protesto organizado pela “maioria silenciosa”³ que buscava fortalecê-lo no Poder

³ Maioria silenciosa é a designação pela qual ficou conhecida em Portugal a iniciativa política de alguns setores conservadores da sociedade portuguesa, civil e militar, que decidiram organizar uma manifestação, em 28 de Setembro de 1974, de apoio ao então Presidente da República General Spínola. **(Nota do Tradutor.)**

(Rodrigues 2010: 457-469).

A saída de Spínola abriu caminho para a descolonização angolana. Os princípios para a partilha do poder foram definidos no Acordo de Alvor - assinado em 15 de janeiro de 1975 – que reconhecia a UNITA, a FNLA e o MPLA como os únicos representantes legítimos do povo de Angola e estabeleceu um governo de transição integrado pelos três movimentos de libertação e o pelo governo português, que deveriam guiar o país a data marcada para a independência; 11 de novembro de 1975. No entanto, o Acordo de Alvor não conseguiu assegurar uma estabilidade política. Menos de um mês após sua assinatura, a guerra civil começaria com um ataque do MPLA aos escritórios da Revolta do Leste (RDL), uma facção dissidente do movimento, liderada por Daniel Chipenda. Em questão de meses o conflito tomou conta do País. Em Julho, após uma série de combates, a FNLA foi expulsa de Luanda pelo MPLA e, logo em seguida, foi a vez da UNITA sair da capital. O governo de transição entrou em colapso. A posse de Luanda deu uma grande vantagem ao MPLA, pois a capital abrigava a estrutura administrativa do país e o controle sobre ela seria crucial para qualquer facção que pretendesse assumir a liderança nos quatro meses que faltavam até a data marcada para que Angola fosse oficialmente declarada independente de Portugal. Logo, os outros movimentos de libertação procuraram recuperar o terreno perdido. Acusando Portugal de proteger o MPLA, a FNLA anunciou em 20 de julho que iria marchar de seus territórios do norte para a capital. Seu líder Holden Roberto - deixou o Zaire no dia seguinte para comandar pessoalmente a operação e, em 24 de Julho, as tropas da FNLA tomaram a cidade de Caxito, localizada a 60 de Luanda.

Dias antes da declaração de Holden Roberto, houve uma reunião que influenciaria o próximo estágio da luta em Angola. Em 16 de julho, o Secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, conversou com Nathaniel Davis, da Divisão de Assuntos Africanos. Davis informou ao Secretário que o MPLA havia conseguido uma posição dominante após os confrontos naquele mês em Luanda. Kissinger, por sua vez, afirmou que decidira recomendar ao presidente Gerald Ford que os Estados Unidos ajudassem secretamente as forças não-comunistas envolvidas no conflito. Isso significava que os norte-americanos interviriam apoiando a UNITA e a FNLA, procurando evitar uma vitória do MPLA. Em 18 de julho, o Presidente Ford aprovou o programa clandestino para Angola, batizado de “Operação IA Feature”⁴. As negociações entre os Estados Unidos e o Presidente Mobutu do Zaire

⁴ Operação IA Feature foi uma operação secreta da CIA, autorizada pelo então presidente Gerald Ford em 18 de julho de 1975, para fornecer apoio aos militantes da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) de Jonas Savimbi e da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) de Holden Roberto durante a Guerra Civil Angolana.

resultaram em um plano de US\$ 32 milhões em apoio à FNLA e UNITA, um total de US\$ 16 milhões em equipamento militar e o recrutamento de mercenários para assessorar ambos os movimentos (Moreira de Sá, 2011: 205- 215).

Havia uma conexão de longa data entre o Zaire e a CIA, que havia atuado em 1965 para facilitar a ascensão de Mobutu ao poder. Do mesmo modo, o Zaire e a FNLA também já se relacionavam há muito tempo. A relação pessoal entre Holden Roberto e o presidente Mobutu Sese Seko era a espinha dorsal de um vínculo que datava do início dos anos de 1960. O Zaire forneceu apoio logístico e armas à FNLA e, em 1975, as tropas zairenses juntaram-se às fileiras do movimento na luta contra o MPLA. O Zaire estava ansioso para ver um governo amistoso instalado nas proximidades que garantisse a estabilidade do regime de Mobutu e sua influência regional (Guimarães 2001: 114-121).

Antes da materialização da ajuda americana, a FNLA já havia incorporado às suas fileiras um grupo de portugueses liderados pelo coronel Gilberto Santos e Castro⁵, comandante do Exército de Libertação de Portugal (ELP), grupo armado formado em Angola representando uma minoria de conservadores brancos. Os membros do ELP - ligado ao Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP), fundado por Spínola - incluíam ex-militares e antigos agentes da polícia secreta portuguesa: a PIDE / DGS (Calvão 1976: 162-163; Pimenta 2008: 416). Em troca de apoio no conflito angolano, Spínola esperava que a FNLA ajudasse no seu plano para recuperar o Poder em Portugal.⁶ Na época, o general estava exilado no Brasil, onde também negociou apoio à sua tentativa de golpe de Estado, mas suas tratativas com setores de Inteligência brasileiros foram rejeitadas pelo presidente Ernesto Geisel (Rodrigues 2014: 75-76; Gaspari 2014: 117-123).

Com o suporte da CIA, as fileiras da FNLA aumentaram entre o final de julho e o início de agosto, graças aos esforços de recrutamento feitos na Rodésia. Os Flechas, uma força de operações especiais ligada à recentemente abolida PIDE / DGS, tinham recuado de Moçambique após os acontecimentos de 25 de Abril, onde se reagruparam em Salisbury e planejaram atacar a Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO). O grupo, chefiado pelo major Álvaro Alves

A descoberta do programa pelo Congresso fez com que este impedisse o envolvimento dos Estados Unidos na Guerra Civil Angolana através da Emenda Clark em 27 de janeiro de 1976, proibindo a ajuda a grupos privados envolvidos em operações militares ou paramilitares em Angola. No entanto, mesmo com a aprovação dessa lei - de acordo com a analista de assuntos internacionais Jane Hunter - a intervenção norte-americana em Angola continuou, mantendo Israel como fornecedor de armas por procuração. **(Nota do tradutor)**

⁵ Irmão do ex-governador-geral de Angola, Fernando Santos e Castro, Gilberto Santos e Castro foi um dos fundadores e o primeiro líder dos 'Commandos', uma força especial de contra-guerrilha do Exército Português durante a Guerra Colonial (Oliveira 2012: 17-18).

⁶ Entrevista com Alpoim Calvão, "Centro de Documentação 25 de Abril", n.d.: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=eacalvao>.

Cardoso, também atraiu oficiais portugueses que desertaram em Moçambique. Esse “Comando” de Alves Cardoso foi mobilizado para reforçar as tropas de Roberto, e seus primeiros homens saíram de Salisbury para Johannesburgo em 29 de julho de 1975, seguindo de lá para Kinshasa. Tendo feito contatos iniciais na capital do Zaire, eles se deslocaram para Angola e se estabeleceram em Ambriz, a “capital militar” da FNLA (Marangoni 1998; Silva et al. 1978: 29-30).

A FNLA também recebeu apoio da África do Sul. Os estrategistas locais viram a oposição ao MPLA como essencial para garantir a estabilidade do Apartheid e para manter o controle sul-africano sobre a Namíbia. O envolvimento da África do Sul em Angola, embora inicialmente discreto, se ampliaria no verão de 1975. Estimulado pelos Estados Unidos, chegou ao ponto culminante em outubro daquele ano, com o início da Operação Savannah e a mobilização de tropas regulares para combater o MPLA (Guimarães 2001: 121-135; Moreira de Sá 2011: 230-236).

Paralelamente à escalada do envolvimento sul-africano, Cuba incrementou seu apoio ao MPLA, que já fazia uso de armas e treinamento fornecidos pela União Soviética. Havana iniciou a sua intervenção em Angola no final de Julho de 1975, após um apelo do líder do MPLA, Agostinho Neto. A presença cubana em Angola aumentou no segundo semestre de 1975, mas as tropas regulares de Fidel Castro só chegaram às vésperas da independência.⁷ A Operação Carlota, como foi chamada a intervenção cubana, permitiu ao MPLA manter seu controle sobre Luanda, afastando tanto a FNLA, que avançava do Norte com o apoio do Zaire, quanto aos sul-africanos, que vinham do Sul junto com a UNITA.

Segundo Gleijeses, os Estados Unidos e a África do Sul tinham objetivos diferentes quando se envolveram na Guerra Civil Angolana:

“Pretória pretendia manter o sistema do Apartheid em seu próprio território e eliminar qualquer ameaça ao seu domínio ilegal sobre a Namíbia, localizada entre África do Sul e Angola. As autoridades sul-africanas estavam bem conscientes da hostilidade do MPLA ao Apartheid e do seu compromisso em apoiar os Movimentos de Libertação da África Austral (pelo contrário, a UNITA e a FNLA tinham-se alinhado com a África

⁷ Não há consenso sobre a data de início da ajuda cubana. Veja Gleijeses (2002: 254) e Moreira de Sá (2011: 221). A literatura também diverge um pouco sobre o início da participação efetiva de tropas cubanas regulares, com estudos indicando datas que vão do final de outubro ao início de novembro. Veja Westad (2007: 231-234), Gleijeses (2002: 305) e Moreira de Sá (2011: 223-224).

do Sul). Embora as autoridades estadunidenses provavelmente soubessem que uma vitória do MPLA não ameaçaria **interesses estratégicos ou econômicos dos EUA**, o **Secretário de Estado Henry Kissinger acreditava que o sucesso em Angola poderia proporcionar um impulso de baixo custo ao prestígio dos EUA (e ao seu próprio prestígio), abalado pela queda do Vietnã do Sul. Ele incluiu a disputa africana na lógica da Guerra Fria, na qual a FNLA, amante da liberdade, e a UNITA esmagariam o MPLA apoiado pelos soviéticos** ”⁸.

Por outro lado, ainda segundo Gleijeses, o envolvimento cubano não pode ser explicado pela *Realpolitik*. O envio de tropas cubanas para Angola não apenas teria “desafiado” a hesitação soviética inicial, mas também colocou em risco as relações com o Ocidente no momento em que essas relações estavam melhorando. Para esse autor, a principal preocupação de Castro era com a “justiça racial”: “Ele entendia que a vitória do eixo EUA-África do Sul significaria a vitória do Apartheid e o reforço da dominação branca sobre a maioria negra na África Austral”⁹.

Hatzky também associa a relação Cuba-Angola com a invenção da nação “latino-africana” por Castro. Esta ideia estaria baseada nos “laços de sangue” entre os dois continentes criados através do tráfico de escravos:

“Esta tradição inventada justificava o regresso dos antigos escravos em circunstâncias invertidas (humanismo, solidariedade, internacionalismo) para lutarem juntos com seu “irmãos e irmãs” angolanos. contra o Colonialismo, o Imperialismo, o Apartheid e o Racismo. A questão da Raça era um pilar central da política internacional de Cuba ”¹⁰

Essa parceria gerou benefícios mútuos. Começou com o objetivo de fortalecer militarmente o MPLA e mais tarde também se estendeu ao âmbito da cooperação civil, fornecendo ao país africano

⁸ Gleijeses P. (2006) Moscow’s Proxy? Cuba and Africa 1975–1988, in «Journal of Cold War Studies», vol. 8, n. 4 (p. 5)

⁹ Gleijeses P. (2006. Op. Cit. (p.8)

¹⁰ Hatzky 2008. “Os Bons Colonizadores”: Cuba’s Educational Mission in Angola, 1976–1991, «Safundi: The Journal of South African and American Studies», vol. 9, n. 1 (p. 54)

pessoal técnico. Ao fazer isso, Cuba poderia garantir uma certa independência política do Bloco Soviético, expandindo a influência de Fidel Castro interna e externamente.¹¹ À meia-noite de 11 de novembro de 1975, como havia sido estabelecido no – já rompido - Acordo de Alvor, Portugal deixou Angola. A entrega formal foi executada pelo Alto Comissário Leonel Cardoso, que transferiu o poder para “o povo angolano” a bordo de um navio de guerra português. Com Luanda sob o seu controle, o MPLA declarou independência naquele mesmo dia. Paralelamente, a UNITA e a FNLA também emitiram uma Proclamação de independência em Huambo¹², mas o reconhecimento internacional do MPLA e o fraco apoio do Ocidente acabariam por consolidar o Poder nas mãos do movimento liderado por Agostinho Neto (Pimenta 2008: 418-419).

O CAMINHO PARA O RECONHECIMENTO BRASILEIRO DA INDEPENDÊNCIA ANGOLANA

Ao longo do processo de independência angolana - como Pinheiro resumiu adequadamente - o Brasil oscilou entre três posições nos debates internacionais sobre a descolonização: condenando a exploração econômica das colônias e suas conseqüências competitivas para os países em desenvolvimento; fazendo declarações gerais a favor da autodeterminação; e apoiando as Potências Coloniais a partir da necessidade de combater a difusão do Comunismo, mantendo também boas relações com Portugal (Pinheiro 2007: 85-86). O endosso do colonialismo no Brasil prevaleceu no início dos anos 1960, tendo surgido de uma estratégia diplomática adotada após a Segunda Guerra Mundial. A nação entrou no período do pós-guerra como uma forte aliada do Ocidente em sua cruzada anti-comunista, acreditando que relacionamentos amigável com as grandes potências abririam portas para a industrialização e o crescimento. Essa lealdade, no entanto, rendeu poucos frutos em termos de ajuda ao desenvolvimento, e vozes que defendiam uma solidariedade terceiro-mundista e o pragmatismo diplomático logo ganharam força (Saraiva 1996: 21-58).

A transição de uma estratégia para outra - do alinhamento com o Norte desenvolvido para a construção de relações Sul-Sul - marcou a história das Relações Internacionais brasileiras no século

11 Hatzky 2008. Op. Cit. (p. 55).

12 A cidade de Huambo, capital da província do mesmo nome e uma das maiores cidades de Angola, foi refundada em 21 de agosto de 1912, pelo alto-comissário General Norton de Matos, pois havia sido destruída durante a Segunda Guerra Luso-Ovimbundo. Denominada Nova Lisboa em 1928, recuperou o nome tradicional após a Declaração de Independência, em 1975. **(Nota do tradutor)**

XX. Isso refletia não apenas as mudanças no contexto global - com as perspectivas do Terceiro Mundo que começavam a questionar a bipolaridade imposta pela Guerra Fria¹³ - mas também o equilíbrio de poder entre os diferentes setores da sociedade brasileira. O fortalecimento daqueles que apoiavam um pragmatismo diplomático e o afastamento da briga entre Leste e Oeste veio à partir do governo de Jânio Quadros e João Goulart, no início dos anos 1960, e foi acompanhado por um crescente interesse em forjar laços mais estreitos entre o Brasil e a África.¹⁴ Durante este período, pela primeira vez, um impulso favorável a descolonização começou a ganhar espaço na agenda brasileira, superando obstáculos internos como a defesa vigorosa da amizade com Portugal, resultante da visão de Lusotropicalismo de Gilberto Freyre.¹⁵

O desenvolvimento dessa “Política Externa Independente, no entanto, foi interrompido pelo Golpe de 1964 e pela chegada dos militares ao poder. Com Humberto Castello Branco como Presidente (1964-1967), a adoção da “Doutrina de Segurança Nacional” formalizou as diretrizes de Política Externa concebidas e recomendadas pelos teóricos da Escola Superior de Guerra (ESG) desde a década de 1950.

No Brasil, o principal teórico da linha de pensamento da ESG foi Golbery do Couto e Silva. O objetivo de sua doutrina era transformar o Brasil em uma grande potência mundial, alinhada com a defesa dos valores ocidentais. A busca pelo desenvolvimento não foi deixada de lado, mas estava subordinada à segurança coletiva.

Golbery vislumbrava que o Brasil não estava completamente imune aos confrontos da Guerra Fria, dada a fragilidade de suas estruturas internas; por essa razão, argumentava que o país deveria procurar o apoio dos Estados Unidos. A preocupação dos brasileiros com a Guerra Fria pode parecer excessiva à primeira vista, já que o Mundo foi testemunha da abertura de um diálogo entre as duas superpotências após a Crise dos Mísseis Cubanos em 1962. No entanto, o problema estava na

13 Em 1961 foi realizada a Primeira Conferência dos Chefes de Estado ou de Governo dos Países Não Alinhados: a Conferência Bandung de 1955. Hobsbawm E. (1998), *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*, Companhia das Letras, São Paulo (p: 337-362).

14 Este período corresponde à adoção da Política Externa Independente (PEI). Sobre isso, Vizontini P. G. F. (1994), *O Nacionalismo Desenvolvimentista e a Política Externa Independente (1951-1964)*, in «Revista Brasileira de Política Internacional», vol. 37, n. 1).

15 A publicação de 1933 de Casa Grande e Senzala “desencadeou o revisionismo histórico no Brasil”, dando ao papel desempenhado pelos portugueses durante o período colonial uma interpretação mais favorável. Esta nova leitura levou a uma série de gestos de reaproximação, que culminaria com a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta em 1953. O documento alinhava formalmente as posições de Política Externa do Brasil com as do seu antigo colonizador. Sobre o lusotropicalismo, ver Gonçalves W. S. (2003), *O realismo da fraternidade Brasil-Portugal: do tratado de amizade ao caso Delgado*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa (p. 90-98) e Castelo C. (1998), *O modo português de estar no mundo: o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Edições Afrontamento, Porto.

transferência do conflito para o Terceiro Mundo. No cenário latino-americano, o principal temor era que Cuba se tornasse um centro de instabilidade. Outro ponto de interesse dos estrategistas brasileiros era o Atlântico, o que levou a uma revisão da política africana do país. Seguindo a lógica de Golbery, o Nordeste do Brasil era particularmente vulnerável. Apenas 1.600 milhas separam Dakar, no Senegal da cidade de Natal, que teve uma base norte-americana na Segunda Guerra Mundial. Uma ocupação da costa atlântica da África por forças hostis - isto é, forças comunistas - representaria uma ameaça à segurança brasileira. Foi neste contexto que a administração de Castello Branco se aproximou de Salazar, interessada principalmente em assegurar que Cabo Verde e Angola permanecessem no Bloco Ocidental (Saraiva 1996: 102-105; Gonçalves, Miyamoto 1993: 213-220). Entretanto, essa mudança na diplomacia brasileira seria temporária; o próprio Regime Militar voltaria à abordagem pragmática que havia sido interrompida pelo Golpe de 1964. Essa retomada começou no governo de Artur da Costa e Silva (1967-1969), e a busca por uma postura mais autônoma, menos dependente dos Estados Unidos, seria intensificada sob a administração de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). O Brasil entrou nessa nova fase com renovada confiança, graças ao vigoroso crescimento do chamado “Milagre Econômico” (Moniz Bandeira 1997: 97-108; Saraiva 1996: 126-129; Gonçalves, Miyamoto 1993: 221-226).

Nesse período, o Brasil chegou a ver a África como uma região onde poderia exercer maior influência, além do considerável peso dos países africanos nas organizações multilaterais. Mas os principais motivos por trás dessa “autonomia” brasileira eram comerciais. Expandir a presença do Brasil no mundo foi um imperativo dado pelo “Milagre Econômico”, que forjou uma Economia focada nas exportações e exigia uma gama mais ampla de parceiros para evitar o protecionismo dos países desenvolvidos. (Saraiva 1996: 135-160).

Entre outubro e novembro de 1972, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mário Gibson Barboza, liderou uma missão comercial que visitou nove países africanos. Barboza voltou com a convicção de que relações mais próximas com a África traziam grandes promessas comerciais. Durante sua viagem, no entanto, ficou igualmente claro que os interesses do Brasil na África seriam prejudicados pela continuidade das conexões com Portugal (Dávila 2011: 173-206). Mas essa mudança de posição enfrentou forte resistência do integrantes da chamada “Linha-dura”¹⁶ do Exército, que

16 O termo linha-dura (pelo inglês *hardline*) foi popularizado durante a Guerra Fria, para fazer distinguir os diferentes grupos que brigavam pelo poder na URSS. Seriam da linha-dura os membros do PCUS e da nomenklatura que defendiam posições pragmáticas, justificando sanções e medidas repressivas como forma de defender o regime, às vezes aproximando-

consideravam inaceitável o Brasil fazer algum gesto de solidariedade a movimentos marxistas, como os que surgiram da África lusófona (Saraiva 1996: 135-73).

O marco na decisão de apoiar os africanos em detrimento dos interesses portugueses foi a Crise do Petróleo iniciada em 1973. O Brasil, que importava cerca de 80% do petróleo que consumia, se viu extremamente vulnerável (Pinheiro 2007: 91-92). Seus principais fornecedores de petróleo eram os países árabes e africanos, que atuavam de maneira cada vez mais coordenada. A Guerra do Yom Kippur em 1973 e o surgimento da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) apenas fortaleceram essa integração. Os países membros africanos apoiaram seus colegas árabes, depois que seus territórios foram ocupados por Israel e por sua vez, foram apoiados pelos árabes na luta contra o colonialismo e o Apartheid.

Em novembro de 1973, dezessete países africanos decidiram incluir o Brasil no grupo dos que sofreriam sanções por suas posições na África (Saraiva 1996: 159-160). O risco de escassez de petróleo foi um forte argumento a favor da revisão da relação do país com Lisboa e fortaleceu a posição dos que clamavam por pragmatismo em detrimento da ideologia. Dessa forma, ainda durante o Governo Médici, o Brasil decidiu se distanciar de Portugal, mas a mudança oficial só ocorreu com Ernesto Geisel, que assumiu o cargo em março de 1974. Sua doutrina de política externa tornou-se conhecida como “Pragmatismo Ecumênico e Responsável”. Até 25 de abril, no entanto, o Brasil fez pouco mais do que pressionar Portugal ou oferecer-se para mediar o conflito (Saraiva 1996: 173). Essa demora em assumir uma posição indicava que o Ministério das Relações Exteriores foi pego de surpresa pela Revolução dos Cravos; e já não significaria muito abandonar a defesa de Lisboa quando os próprios portugueses começavam a desconstruir o seu império colonial.

Depois de 25 de abril, iniciou-se um período de desconfiança nas relações entre o Brasil e o novo governo português, que se intensificou à medida que a Revolução Portuguesa começou sua guinada à esquerda após a queda de Spínola (Carvalho 2010: 30). O Brasil tentou, sem sucesso, se apresentar como um possível intermediário dos diálogos entre Lisboa e os movimentos africanos de libertação. A diplomacia portuguesa, no entanto, negou essa possibilidade, levando o Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores) a buscar um caminho autônomo para desempenhar um papel de

se do stalinismo. Em oposição aos linha-dura, estariam os moderados ou reformistas. A linha-dura soviética arquitetou e executou o golpe de Estado contra Nikita Khrushchov em 1964 e também o golpe fracassado de agosto de 1991. O termo foi usado também no Brasil a partir do Golpe de 1964 para distinguir os mais militares mais “radicais” dos seus companheiros civis e militares mais moderados, também conhecidos como “castelistas” ou “grupo da Sorbonne”. **(Nota do Tradutor)**

destaque na descolonização da África lusófona (Carvalho 2010: 45-47). O preço pago pelo Brasil por sua ambivalência e inação antes de 25 de Abril foi a desconfiança por parte dos países africanos. Para conquistá-los, os diplomatas brasileiros precisavam mostrar sinais de que sua mudança de atitude não era de conveniência, mas um gesto sincero. Essa oportunidade surgiu com a indefinição em torno da situação angolana. A estratégia diplomática oficial do Brasil no final da descolonização angolana consistiu em estabelecer uma representação especial em Luanda, triangulando entre o MPLA, a FNLA e a UNITA. Quando o MPLA prevaleceu, o Brasil imediatamente reconheceu sua declaração de independência em 11 de novembro de 1975. Esse gesto não só colocou o governo brasileiro contra a posição dos Estados Unidos, mas também contra o discurso anti-comunista das alas mais radicais do seu próprio regime.

VESTÍGIOS DE PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NAS TROPAS DA FNLA

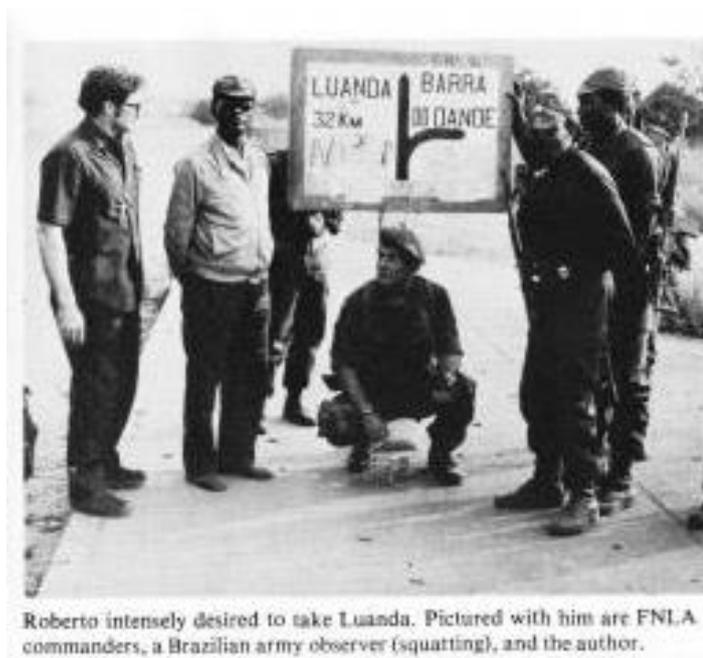
Os elementos que inspiraram o presente estudo encontram-se no relato do ex-agente da CIA John Stockwell. Seu livro *In Search of Enemies*, publicado em 1978, é uma exposição das atividades americanas em Angola, lideradas por ele. Nessa obra, encontramos a seguinte descrição de um suposto encontro com Holden Roberto ocorrido na cidade de Ambriz, em meados de 1975:

“Roberto veio da pista de pouso e apertou minha mão distraidamente. Ele usava calça comprida, uma jaqueta leve e um chapéu de golfe bege. Mal tive tempo de pegar um copo de água antes que ele me conduzisse a um dos novos microônibus Volkswagen e fossemos embora. Conosco havia três brancos: um português alto e largo chamado Chevier; um homem corpulento vestido com o uniforme completo com insígnias de major, asas de paraquedista e uma boina vermelha; e Falstaff. [...] Segundo Falstaff, quem estava de uniforme era um major do Exército Brasileiro, que lá estava aparentemente como um observador. E o que Falstaff e o Major brasileiro estavam fazendo em Ambriz? Falstaff ignorou essa questão, mudando de assunto. Mas a resposta era óbvia. O Brasil não estava desinteressado

no resultado do conflito angolano ”¹⁷

Na passagem acima, Stockwell menciona um encontro com dois brasileiros: o “homem corpulento” de uniforme, e Falstaff, apresentado algumas páginas antes como um jornalista que Holden Roberto havia contratado como assessor de imprensa da FNLA. Além desse trecho, o livro de Stockwell inclui uma fotografia na qual ele aparece ao lado de Holden Roberto, de comandantes da FNLA e um oficial de cócoras descrito como um “observador do exército brasileiro”. (Imagem abaixo).

18



Embora Stockwell tenha tomado o cuidado de usar o codinome Falstaff, o jornalista brasileiro que apoiou a FNLA em 1975 não estava comprometido com seu anonimato. Fernando Luís da Câmara Cascudo - nascido em uma família conservadora e anticomunista - posteriormente narrou sua experiência no livro *Angola: a Guerra dos Traídos*. Seu pai é o renomado folclorista Luís da Câmara Cascudo, um monarquista nas décadas de 1920 e 1930, que depois flertou com o Movimento Integralista Brasileiro (fundado em 1932), e se alinhava com a Regime Militar que vigorou a partir de 1964. (Silva 2003: XIII-XIV). Fernando Cascudo se descrevia como anticomunista e usava o termo “Revolução” para se referir ao Golpe de 1964 (Cascudo 1979: 33). Sua casa sempre foi freqüentada

17 Stockwell J. (1978), *In Search of Enemies*, Norton & Company, New York (p. 126)

18 Stockwell J. (1978) (p.161) **(Imagem inserida pelo editor)**

por oficiais militares, amigos de longa data da família.¹⁹

Fernando Cascudo chegou a Luanda no início de 1975. O chefe da Representação Especial do Brasil em Angola, Ovídio de Andrade Melo, mencionou a presença do jornalista no país em suas memórias. É assim que ele descreve um telefonema de Cascudo em março de 1975:

“Ele estava tentando obter informações cautelosamente mas se recusou a acreditar que o Brasil poderia ter chegado a Angola para ser imparcial, equilibrado ou neutro. Ele insistiu que, no fundo, o Brasil devia ter alguma preferência, uma vez que “o MPLA era comunista” e “a UNITA era um movimento insignificante criado pelos próprios portugueses para combater o MPLA”. Por processo de eliminação, ele chegara à conclusão de que “o Brasil só poderia estar apoiando Holden Roberto e a FNLA, mesmo se eu me recusasse a revelar essa preferência”²⁰

Em outra passagem, Melo refere-se a Cascudo como uma possível ameaça às pretensões de imparcialidade do Brasil em relação aos três movimentos de libertação:

“[...] Eu estava preocupado com o papel que ele, um jornalista brasileiro, assumiria com a FNLA. Ele deveria limitar-se a prestar o serviço profissional ao seu empregador, sem nunca se envolver em atividades partidárias. Seria ainda menos apropriado se os seus atos fossem tomados - em qualquer momento – como os de um funcionário em missão oficial, pois isso colocaria a Representação Especial contra os outros Partidos Angolanos e frustraria a política do Brasil”²¹

Fernando Cascudo negou em seu livro que ele tenha se envolvido politicamente no conflito angolano (Cascudo 1979: 32). No entanto, Eduardo Cascudo atualmente refere-se ao papel que o seu

¹⁹ Eduardo Luís da Câmara Cascudo, Entrevista pelo Skype, em 19 de fevereiro de 2015.

²⁰ Melo O. A. (2009), Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty, Fundação Alexandre Gusmão, Brasília. (p. 116-117)

²¹ Melo O. A. (2009), Op. Cit. (p. 117)

pai desempenhou em Angola como o de liderança no esforço de “guerra psicológica” da FNLA.²² De qualquer forma, as memórias do jornalista não dão pistas sobre a identidade do outro brasileiro descrito por John Stockwell em sua viagem a Ambriz. Tampouco o livro “Comandos especiais contra os cubanos” faz qualquer referência ao militar brasileiro citado por Stockwell. Os autores dessa obra - que também descreve a situação nos bastidores da FNLA nos meses que antecederam a independência, exaltando o papel dos comandos portugueses liderados pelo coronel Gilberto Santos e Castro - identificam-se como oficiais militares portugueses, mas um deles - o aviador Pedro Silva - era um mercenário brasileiro, segundo os registros do Itamaraty.²³

Pedro Alberto Rodrigues da Silva²⁴ estava entre o primeiro grupo de homens recrutados na Rodésia pelo major do exército português Álvaro Alves Cardoso para se juntar às fileiras da FNLA. Seu caminho para o combate em Angola é diferente do que foi percorrido pela maioria de seus colegas portugueses. Os registros do Itamaraty indicam que Pedro Silva frequentou a Academia da Força Aérea no Brasil, saindo em 1972, antes de concluir o curso. Em dezembro de 1974, a delegação brasileira em Moçambique relatou que ele havia entrado no país em 24 de maio de 1973 e trabalhado em missões católicas - primeiro perto de Nampula e depois em Niassa. Conversas com o cônsul brasileiro, na então cidade de Lourenço Marques²⁵, indicam que Pedro Silva planejava ir para a Rodésia, com a idéia de se unir a um dos grupos que se opunham aos movimentos guerrilheiros.²⁶ Nas suas memórias (Marangoni 1998) e nas entrevistas que concedeu como parte deste estudo, Pedro Silva declara que, entre deixar a Força Aérea Brasileira e o seu trabalho nas missões em Moçambique, foi para a França e serviu na Legião Estrangeira. Alega que essa mudança foi motivada pelo desejo de uma verdadeira experiência de combate, algo que parecia pouco provável se ele seguisse uma carreira militar no Brasil. Ele afirma que suas convicções anticomunistas motivaram seu alistamento no Brasil e eventualmente o levaram às linhas de frente na África; enquanto isso, sua temporada na Legião Estrangeira teve como objetivo prover experiência de infantaria, já que ele havia sido treinado

22 Eduardo Luís da Câmara Cascudo, Entrevista pelo Skype, em 19 de fevereiro de 2015.

23 Arquivo Nacional (NA), Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSIMRE), BR DFANBSB Z4 DPN PES 0353, Repercussão na imprensa portuguesa sobre fuzilamento de cidadão português em Moçambique, 09 de abril 1979.

24 Esse é o nome registrado nos arquivos brasileiros. Atualmente ele se identifica como Pedro Alberto Marangoni, o mesmo nome utilizado em suas memórias. Quando perguntado sobre isso, Pedro disse que “Marangoni” foi deixado de fora de seus dois primeiros passaportes e só foi incorporado mais tarde, “em tempo de paz”. Pedro Alberto Rodrigues da Silva, entrevista por e-mail, 28 de janeiro de 2015.

25 Lourenço Marques foi um explorador e comerciante português que viveu na África Oriental no século XVI e emprestou seu nome a cidade que até 1976 foi capital da colônia portuguesa de Moçambique. Após a Independência a cidade foi rebatizada como Maputo, atual capital de Moçambique. **(Nota do tradutor)**

26 AN, DSI-MRE, DFANBSB BR Z4 DPN PES 0353, Repercussão na imprensa portuguesa sobre fuzilamento de português em Moçambique, 09 de Abril de 1979.

apenas como piloto e paraquedista.²⁷

Silva relata que após a Revolução de 25 de abril de 1974, ele se juntou às milícias que atuavam no Niassa e lá permaneceu até setembro daquele ano, quando ele foi para a capital juntar-se aos levantes que se seguiram à assinatura do Acordo de Lusaka.²⁸ De lá foi direto para a Rodésia, onde fez contato com o grupo chefiado pelo Major Alves Cardoso, sendo posteriormente transportado para Angola (Marangoni 1998). Ele rejeita o rótulo “mercenário”, quando se refere às suas atividades na África, dizendo que suas motivações eram ideológicas e não orientadas para o lucro.²⁹ Em sua primeira entrevista, Pedro Silva confirmou que conheceu outros brasileiros em Ambriz. No entanto, evocando um “pacto de silêncio”, ele identificou apenas o homem citado no livro de Stockwell (1978) por um codinome: “Major André”.³⁰ Silva negou que o Major André fosse do Exército Brasileiro, como acreditava o agente da CIA, mas disse que não forneceria nenhuma informação que ainda não fosse pública; no máximo, poderia confirmar ou negar o que lhe fosse apresentado.

Menções de um “Major André” aparecem nos livros de Pedro Silva e de Fernando Cascudo, embora sem referência à sua origem. Nas memórias do jornalista, por exemplo, encontra-se:

“No dia 2 de setembro, Holden Roberto recebeu uma mensagem em sua agência em Kinshasa, segundo a qual uma operação militar em grande escala do MPLA aconteceria nos próximos dias na região de Caxito. [...] todas as tropas foram colocadas em alerta, especialmente na região de Caxito, em torno de Tentativa e Mabubas, onde o ataque era esperado. O grupo do major André foi reforçado com cinco membros, especialistas em explosivos, que imediatamente entraram em ação, minando os caminhos mais perigosos [...]”³¹

O jornalista também escreve que Holden Roberto “admirava e respeitava” esse “Major André”, descrito como um homem que:

²⁷ Pedro Alberto Rodrigues da Silva, entrevista pessoal, Espírito Santo do Pinhal (SP), 22 de janeiro de 2015.

²⁸ O Acordo – ou Acordos - de Lusaka foi assinado em setembro de 1974, em Lusaka na Zâmbia, entre o Estado Português e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) reconhecendo formalmente o direito do povo de Moçambique à independência e estabelecendo que a independência completa de Moçambique seria proclamada no dia 25 de junho de 1975. **(Nota do Tradutor)**

²⁹ Pedro Alberto Rodrigues da Silva, entrevista pessoal, Espírito Santo do Pinhal (SP), 22 de janeiro de 2015.

³⁰ Idem.

³¹ Cascudo F. L. C. (1979), Angola: a guerra dos traídos, Bloch Editores, Rio de Janeiro (p. 91-92)

“vem de longe [mas que está] completamente integrado à luta, com grande conhecimento de guerrilha urbana e rural”, e como “um militar que suportou os mais brutais combates, demonstrando destemor em cada passo do seu caminho”³²

Após a sua primeira entrevista, Pedro Silva encontrou uma referência online ligando o nome real do Major André às suas atividades em Angola. Como a informação poderia ser considerada pública, ele abandonou o referido “pacto de silêncio” em todos os depoimentos subsequentes. A mesma referência levou a uma entrevista com o ex-presos político José Carlos Tórtima, na qual ele descreve seus torturadores:

“O mais ideológico de todos foi Boneschi, um fervoroso anticomunista. Ironicamente, ele acabou morrendo por isso. Ele foi mercenário de Angola para lutar contra o MPLA [...], onde sofreu uma grave doença renal que o matou.”³³

O torturador mencionado por Tórtima é o detetive-inspetor José Paulo Boneschi, da Polícia Civil do Rio de Janeiro, que ingressou no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em 1955.³⁴ Antes de iniciar sua carreira como policial, Boneschi frequentou a Academia Militar das Agulhas Negras, mas nunca completou o curso de treinamento de oficiais do Exército.³⁵ Em termos ideológicos, Boneschi é descrito por Pedro Silva como “geneticamente anticomunista”, “sério” e “disciplinado”.³⁶

Em 04 de julho de 1969, Boneschi liderou a formação do Grupo de Operações Especiais (GOESP) no Rio de Janeiro. Inicialmente o grupo era composto por apenas 12 homens. Em 1971, o GOESP passou a se chamar Serviço de Recursos Especiais (SERESP) e passou a contar com 38 agentes. O grupo é considerado a primeira unidade da polícia brasileira a treinar atiradores de elite,³⁷

32 Cascudo F. L. C. (1979). Op. Cit. (p. 118)

33 “Nada foi pior o que o período do DOI-Codi, diz ex-presos político”, “O Estado de São Paulo”, 16 de agosto de 2013. O presente estudo não conseguiu confirmar a causa da morte do inspetor.

34 Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), prontuário 37.175, José Paulo Boneschi.

35 Paulo César Amendola, entrevista por e-mail, 04 de fevereiro de 2015.

36 Pedro Alberto Rodrigues da Silva, entrevista por e-mail, 29 de janeiro de 2015.

37 Apesar da mudança oficial, o termo “GOESP” nunca caiu de uso e aparece nos documentos aqui citados e em entrevistas

tinha uma ligação direta com a Secretaria de Segurança Pública (SSP) do antigo Estado da Guanabara e foi criada em um momento em que as ações de guerrilha urbana estavam em ascensão no Brasil.

Os membros do grupo, ao contrário dos policiais comuns, eram treinados para lidar com armamento pesado e explosivos. Paulo César Amendola, ex-coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro, ingressou na unidade em 1975. Ele lembrou a sua fundação da seguinte forma:

“Boneschi, como líder desse grupo de elite, começou a recrutar voluntários em várias agências de segurança: Polícia Civil, Polícia militar e Corpo de Bombeiros. Os melhores foram selecionados e depois enviados para a Brigada Paraquedista a fim de realizar um curso de treinamento intensivo de dois meses em operações especiais. Aqueles que passaram foram imediatamente incorporados ao GOESP. A primeira turma se formou em 1969, depois veio outra em 1970 e a última em 1972. Todos os membros eram idealistas, patrióticos e extremamente dedicados ao treinamento especializado e à execução adequada de operações fora do trabalho normal da polícia - Operações Especiais que exigiam um tipo diferente de agente, com excepcional capacidade física, técnica, tática, e preparação psicológica ”.³⁸

A identificação de Boneschi possibilitou a localização de um documento no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), que menciona sua presença em Angola. Nele, o 1º Exército solicita que o Serviço de Segurança Pública (SSP/RJ) forneça informações sobre o tempo gasto por seis agentes em Angola, onde supostamente lutaram ao lado da FNLA. A notícia da missão foi supostamente fornecida por um informante da Brigada de Paraquedistas, que a obteve em conversa com um membro do GOESP chamado Athayde Histemberg Martins. Segundo o 1º Exército, “um membro da FNLA, nome desconhecido, teria vindo ao Brasil para fazer os contatos necessários diretamente com o Investigador Boneschi”.³⁹

Os homens que se juntaram à FNLA estavam todos ligados ao GOESP, mas o documento

com ex-agentes do SERESP. A história desses esquadrões de elite pode ser consultada em Reznik L. (2008), 200 anos da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, Ideorama, Rio de Janeiro. (p 207-211).

38 Paulo César Amendola, entrevista por e-mail, 04 de fevereiro de 2015.

39 APERJ, DOPS, n5 85-87, Assessoramento da FNLA por policiais brasileiros, 06 de janeiro de 1976.

indica que eles não estavam em Angola em negócios oficiais. “Cada membro solicitou licença de sua divisão e se apresentou para a FNLA como voluntário”.⁴⁰ Dos seis agentes que passaram algum tempo em Angola no segundo semestre de 1975, o documento cita – além de Boneschi, outros quatro indivíduos: Theobaldo Lisboa, Adalberto Ricardo Contani, Euclério Sant’anna de Souza e José Lopes. O primeiro foi secretário do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a serviço do SSP desde o início dos anos 1970. O segundo era policial militar, e os dois últimos policiais civis. Segundo Paulo Cesar Amendola, o sexto membro do GOESP que atuou em Angola foi o policial civil Waterloo Vilela da Silva.⁴¹

Dos seis citados, Boneschi e Lisboa são mais conhecidos pelo seu trabalho sob a Ditadura. Ambos são identificados como agentes diretos de repressão a serviço do DOPS no Rio de Janeiro. Seus nomes estão na lista de torturadores elaborada pelo Projeto Brasil: Nunca Mais.⁴² Esse relatório indica que, além de trabalhar para o DOPS, Boneschi também teria participado de sessões de tortura no Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e no Batalhão da Polícia do Exército (BPE) no Rio de Janeiro.

O pedido de informações do 1º Exército afirma que Boneschi foi recrutado diretamente por um agente da FNLA enviado para o Brasil e Paulo Amendola corrobora isso em seu depoimento:

“Parece que o presidente da FNLA enviou um emissário ao Rio de Janeiro para recrutar especialistas em explosivos com experiência em operações de combate. Os membros foram treinados para trabalhar com explosivos e neutralizar bombas. Parece também que a FNLA precisava de especialistas nessa área [...]. Essas operações eram focadas na demolição de pontes e outros objetivos; instalação e / ou desativação de minas, etc.”⁴³

O documento do 1º Exército também declara que Boneschi foi sozinho para Angola e que os demais membros da missão se juntaram a ele cerca de um mês depois. Embora não tenha sido

40 Idem.

41 Paulo César Amendola, entrevista por e-mail, 04 de fevereiro de 2015.

42 Arquidiocese de São Paulo, Projeto “Brasil: Nunca Mais” Tomo II Volume 3, “Relatório Projeto Brasil Nunca Mais”, 1985: http://bnmdigital.mpf.mp.br/doceader/REL_BRASIL/967.

43 Paulo César Amendola, entrevista por e-mail, 04 de fevereiro de 2015.

possível identificar a data exata da chegada de Boneschi em Ambriz, o cruzamento de fontes reunidas durante esta investigação indica que a possibilidade mais provável é julho de 1975.

O sigilo em torno da missão do GOESP em Angola, como evocado por Pedro Silva na sua primeira entrevista, também é mencionado pelo Coronel Amendola:

“A missão em Angola começou e se desenvolveu em total sigilo, e a possibilidade da sua realização não foi debatida fora do grupo envolvido, por isso que só tenho informações muito resumidas sobre isso. A pouca informação concreta que recebi veio do próprio Boneschi, pouco antes do início da viagem para a África”.⁴⁴

Outras fontes sugerem que o diplomata responsável pela Representação Especial do Brasil em Luanda não estava ciente da presença dos brasileiros na FNLA. Em suas memórias, quando menciona que membros das forças armadas brasileiras foram vistos circulando com o grupo de Holden Roberto, Ovídio de Andrade Melo se limita a citar o livro de John Stockwell (Melo 2009: 144-145). Quando Melo era o chefe da diplomacia brasileira em Angola, as menções de propaganda do MPLA a “mercenários brasileiros” não pareciam convencer o diplomata. Embora ele não tenha descartado completamente esses relatórios, sua correspondência a Brasília evidencia uma busca por explicações alternativas. O trecho de um telegrama enviado para o Ministério das Relações Exteriores é sintomática:

“O comunicado da FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola) [...] diz hoje que <unidades zaienses e mercenários de Portugal, Brasil, África do Sul e outros lugares>. foram forçados a recuar. Referências a mercenários brasileiros são recorrentes e podem não ser totalmente infundadas. Pode ser devido à presença de Câmara Cascudo e seus cúmplices nesta aventura ao lado dos homens de Holden, ou à presença dos portugueses se passando por “brasileiros”.⁴⁵

44 Paulo César Amendola, entrevista por e-mail, 04 de fevereiro de 2015.

45 Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), 2084, telegrama confidencial 563, Luanda, 09 de dezembro de 1975.

Em seu livro, John Stockwell afirma que a CIA recrutou mercenários não apenas em Portugal, mas também no Reino Unido, França e Brasil. Diz ele que o recrutamento brasileiro cabia ao vice-diretor da CIA, Vernon Walters, que havia servido como adido militar em Brasília nos anos 60 (Stockwell 1978: 184). A CIA teria até enviado um emissário a Brasília na tentativa de recrutar “sargentos negros” que pudessem falar português, um pedido recusado por Geisel.⁴⁶ Embora atualmente não seja possível rejeitar a ideia de que os Estados Unidos possam ter enviado mercenários brasileiros para a guerra em Angola, a perplexidade de Stockwell ao descrever a presença de Boneschi em Ambriz indica que pelo menos ele não era um recruta da CIA. Pedro Silva, por sua vez, nega que os policiais brasileiros se juntaram à FNLA como mercenários:

“Eles não eram mercenários porque executavam uma missão proferida por um superior. Se eles tivessem ido lá como mercenários, eles não teriam recebido ordens de rádio para voltar ao Brasil na época da independência - uma ordem que eles seguiram imediatamente, embora de má vontade.”⁴⁷

Amendola também refuta essa hipótese, preferindo o termo “extra-oficial” para definir a natureza da jornada realizada pelos agentes do GOESP:

“A equipe partiu para uma missão ‘extra-oficial’, envolta em sigilo na época. Posso dizer que o Secretário-Geral do Departamento de Segurança Pública estava ciente disso, assim como o Diretor-Geral do serviço de inteligência ”.⁴⁸

Outros indícios também excluem a possibilidade de Boneschi ter viajado para Angola de forma totalmente independente. Um deles está no pedido de informação enviado pelo 1º Exército ao SSP, afirmando que o inspetor Boneschi estava elaborando “um relatório sobre a missão em Angola, para enviar ao SNI [Serviço Nacional de Informações]”.⁴⁹ Outro fator é a escala do GOESP, pois – como

46 O espião desiludido, “Jornal do Brasil”, 20 de agosto de 1978. em Gaspari E. (2014), A Ditadura Encurralada, Intrínseca, Rio de Janeiro. (p.142)

47 Pedro Alberto Rodrigues da Silva, entrevista por e-mail, 30 de janeiro de 2015.

48 Paulo César Amendola, entrevista por e-mail, 21 de fevereiro de 2015.

49 APERJ, DOPS, n5 85-87, Assessoramento à FNLA por policiais brasileiros, 06 de janeiro de 1976.

dito anteriormente - a unidade tinha menos de 40 membros nos anos de 1970 e, assim sendo, como poderia conceder tantas licenças simultâneas a múltiplos agentes sem que isso prejudicasse suas atividades regulares ou levantasse suspeitas? Esses fatores tornam possível afirmar que provavelmente a missão desses agentes junto a FNLA era do conhecimento de alguns dos seus superiores. Ao mesmo tempo, a versão elaborada para o 1º Exército e o “pacto de silêncio” mencionado por Pedro Silva sugerem que houve alguma tentativa de camuflar a atividade do grupo. Ou seja, quando partiram para Angola, eles não estava em uma missão oficial, mas provavelmente numa atividade “semi-oficial” ou “extra-oficial”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Como foi dito na primeira metade deste artigo, o Golpe de 1964 alinhou a política externa brasileira com o contexto da Guerra Fria e a luta contra o comunismo, da qual Angola se tornou um “ponto quente”⁵⁰ em 1975. No entanto, as condições políticas e econômicas prevaletentes levaram o Brasil a optar por uma abordagem pragmática da diplomacia, em detrimento das preocupações daqueles que temiam a ascensão de um movimento marxista no outro lado do Atlântico. A posição oficial do Brasil nos últimos estágios do processo de descolonização angolano era manter-se equidistante de cada uma das três facções que disputavam o Poder, culminando com o reconhecimento da independência declarada pelo MPLA quando ele passou a prevalecer sobre seus rivais. No entanto, como demonstrado aqui, apesar da posição de neutralidade de Brasília, há fortes indícios de que um grupo de agentes ligados à ditadura brasileira reforçou as tropas da FNLA no segundo semestre de 1975.

Embora este estudo não tenha inicialmente descartado a possibilidade dos agentes da polícia terem ido a Angola como mercenários independentes, as informações recolhidas durante esta pesquisa apontam para uma conclusão diferente. Entre elas estão:

- a) O número de agentes enviados para Angola em relação ao tamanho do grupo a que pertenciam, numa proporção que dificilmente poderia passar despercebida pelos seus superiores;

50 Em inglês: Hotspot, que geopoliticamente poderia ser resumido como uma local ou região estrategicamente importante e foco de tensão. **(Nota do Tradutor)**

- b) A existência de um documento indicando que o líder da missão estava preparando um relatório para o Serviço Nacional de Inteligência;
- c) Testemunhas que apontam para conluio entre os integrantes da missão e seus superiores; e
- d) O sigilo sob o qual a missão foi concebida e executada.

No entanto, as fontes localizadas até agora são insuficientes para contextualizar adequadamente essa missão. Embora possam sugerir que a operação não foi completamente autônoma e que houve um esforço para ocultá-la, elas não rastreiam toda a extensão da cadeia de comando. Essa lacuna impossibilita, por exemplo, negar a sinceridade da postura de neutralidade do Brasil. Não se pode descartar a possibilidade de que a missão junto à FNLA tenha sido realizada sem o conhecimento dos altos escalões responsáveis pela tomada de decisões sobre Angola. Nesse caso, é preciso ponderar a hipótese de que os setores mais radicais da ditadura brasileira tinham autonomia suficiente para desenvolver seus próprios esforços diplomáticos paralelos. Dado o contexto político da época, somos levados a acreditar que esta última opção é a mais provável. O ano de 1975 é marcado pelo recrudescimento da “anarquia militar” no cenário político brasileiro, devido principalmente aos resultados desfavoráveis obtidos pelo partido do governo (Arena) nas eleições de 1974⁵¹. O confronto entre os setores da chamada “Linha Dura” e a autoridade do Presidente não terminaria até 1977, quando Geisel se impôs e demitiu seu ministro do Exército, o general linha-dura Sylvio Frota. (Gaspari 2014: 14).

Em sua obra sobre a Ditadura Militar Brasileira, Elio Gaspari denominou essas forças como “Porões” e seus agentes de “tigrada”. Na análise do autor, a força dos setores de repressão está diretamente ligada à negação da tortura e à proteção dos torturadores que marcaram o Regime Militar Brasileiro:

“A negação da tortura pela retórica do regime catapulta a tigrada da condição de infratora a de intocável. Quando ela mostra

51 Em novembro de 1974 foram eleitos os novos membros do Congresso Nacional do Brasil renovando-se um terço do Senado Federal e todos os assentos da Câmara dos Deputados. Foi a primeira eleição realizada durante o governo Ernesto Geisel. Essas eleições foram marcadas por uma expressiva vitória do partido de oposição (MDB) que conquistou 16 das 22 cadeiras em disputa no Senado Federal, enquanto os governistas da Arena ganharam apenas 06. **(Nota do tradutor)**

que pode fazer algo que o governo nega e condena, não é mais possível saber por onde passa a linha que separa o que é permitido do que é proibido. O Porão ganha o privilégio de uma legitimidade excepcional.”⁵²

No período após a derrota política de 1974, insatisfeitos com o plano de Geisel de promover a distensão do regime, as bases da repressão desafiaram diretamente a autoridade presidencial. Quando o operário siderúrgico Manoel Fiel Filho morreu em um violento interrogatório no início de 1976, os serviços de inteligência deliberadamente não relataram o caso a Geisel (Gaspari 2014: 212-213). Como mencionado anteriormente, em junho de 1975, o SNI insistiu em manter conversações com o General Spínola sobre um possível apoio brasileiro à sua tentativa de tomar o Poder em Portugal, ignorando a determinação do Presidente (Gaspari 2014: 117-123).

Como no episódio envolvendo Spínola, o apoio da Polícia à FNLA pode significar que a autonomia do “Porão” não se restringiu à violência contra o inimigo político interno, mas também se aventurou internacionalmente. Além de corresponder ao anticomunismo dos setores mais radicais do Regime, a missão na África também poderia servir ao propósito de desafiar a autoridade de Geisel.

Outra questão pendente é entender melhor as redes militares que se espalharam pelo Atlântico Sul nas margens do Bloco Ocidental durante Guerra Fria, uma vez que as fontes aqui examinadas sugerem que os agentes brasileiros foram recrutados diretamente pela FNLA, e não pelos Estados Unidos.

Durante o governo dos Médici, o Brasil havia ensaiado uma aproximação com Kinshasa. Em 1972, o Zaire estava entre os países africanos visitados pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mário Gibson Barboza. No mesmo ano, o Brasil abriu sua embaixada no país, gesto que teve reciprocidade em 1974.⁵³ Contudo, ao decidir reconhecer a Independência declarada pelo MPLA, o Itamaraty contrariou a política de Mobutu para Angola, e os dois países só voltaram a se reaproximar nos anos de 1980.

Com base no que hoje é conhecido, é mais provável que a conexão entre os brasileiros e a

⁵² Gaspari E. (2002), A ditadura escancarada, Companhia das Letras, São Paulo. (p.22-23)

⁵³ República Democrática do Congo, “Ministério das Relações Exteriores”, <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4956-republica-democratica-do-congo>

FNLA não tenha ocorrido através do Zaire ou dos Estados Unidos, mas via Portugal. É necessário lembrar que, em 1975, Spínola comandou o Movimento de Libertação de Portugal (MDLP)⁵⁴ durante seu exílio no Rio de Janeiro. Ali, como já mencionado neste trabalho, ele fez contatos com agentes do SNI, e o MDLP esteve envolvido no conflito angolano em apoio à FNLA. É natural assumir, portanto, que a presença de Spínola no Brasil pode ter ligado os brasileiros ao grupo de Holden Roberto. Nesse sentido, o combate à “ameaça comunista” ao lado da FNLA, e não à UNITA, poderia ser atribuído mais à conexão dos brasileiros com os exilados portugueses do que a uma preferência específica pela política de Holden Roberto.

Essas questões apontam para a necessidade de novos estudos para esclarecer o apoio brasileiro à FNLA em 1975. Tal entendimento não apenas lançaria mais luz sobre o papel do Brasil na independência angolana, mas também aprofundaria nosso conhecimento sobre a dinâmica interna da ditadura brasileira e da própria Guerra Fria.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- CALVÃO A., (1976), De Conacry ao M.D.L.P.: dossier secreto, Intervenção, Lisboa
- CARVALHO T., (2010), Do lirismo ao pragmatismo. A dimensão multilateral das relações luso-brasileiras (1974 - 1976), Master's thesis, ISCTE-IUL
- CASCUDO F. L. C., (1979), Angola: a guerra dos traídos, Bloch Editores, Rio de Janeiro
- CASTELO C., (1998), O modo português de estar no mundo: o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961), Edições Afrontamento, Porto
- DÁVILA J., (2011), Hotel Trópico: o desafio da descolonização africana, 1950-1980, Paz e Terra, São Paulo
- GASPARI E., (2002), A ditadura escancarada, Companhia das Letras, São Paulo
- _____, (2003), A ditadura derrotada, Companhia das Letras, São Paulo
- _____, (2014), A ditadura encurralada, Intrínseca, Rio de Janeiro

54 O Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP), foi um movimento clandestino de resistência à crescente influência do Partido Comunista Português e dos vários grupos de Extrema-Esquerda, formalmente constituído em 05 de maio de 1975 e dissolvido em 31 de Março do ano seguinte. Embora fosse liderada, a partir do Brasil, pelo General António de Spínola, toda a sua estrutura encontrava-se sediada em Madrid. **(Nota do Tradutor)**

- GLEIJESES P., (2002), *Conflicting Missions: Havana, Washington and Africa, 1959-1976*, The University of North Carolina Press, Chapel Hill
- _____, (2006), *Moscow's Proxy? Cuba and Africa 1975-1988*, in «*Journal of Cold War Studies*», vol. 8, n. 448
- GONÇALVES, W. S. (2003), *O realismo da fraternidade Brasil-Portugal: do tratado de amizade ao caso Delgado*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa
- GONÇALVES, W.S. e MIYAMOTO, S. (1993), *Os militares na política externa brasileira: 1964-1984*, in «*Estudos Históricos*», vol. 6, n. 12
- GUIMARÃES, F. A. (2001), *The Origins of the Angolan Civil War: Foreign Intervention and Domestic Political Conflict*, Macmillan Press, London
- HATZKY, C. (2008), “Os Bons Colonizadores”: Cuba’s Educational Mission in Angola, 1976-1991, «*Safundi: The Journal of South African and American Studies*», vol. 9, n. 1
- HOBBSAWN, E. (1998), *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*, Companhia das Letras, São Paulo
- MARANGONI, Pedro A. (1998), *A opção pela espada: os comandos especiais na linha de frente em defesa do mundo ocidental, PMC*, [Local desconhecido]
- MAXWELL, K. (1999), *A construção da democracia em Portugal*, Editorial Presença, Lisboa
- MELO, Ovídio A. (2009), *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty*, Fundação Alexandre Gusmão, Brasília.
- MONIZ BANDEIRA L. A. V. (1997), *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização: II rivalidade emergente*, Editora SENAC, São Paulo
- MOREIRA DE SÁ T. (2011), *Os Estados Unidos e a descolonização de Angola, Dom Quixote*, Alfragide
- OLIVEIRA H. N. (2012), *Cinco Cruzes de Guerra Colectivas (1ª Classe) a Unidades “Comando” da Guerra de África*, in «*Pro Phalaris*», n. 6
- PIMENTA F. T. (2008), *Angola, os brancos e a independência*, Edições Afrontamento,

Porto

- PINHEIRO L. (2007), Ao vencedor, as batatas: o reconhecimento da independência de Angola, in «Estudos Históricos», n. 39
- REZNIK L. (2008), 200 anos da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, Ideorama, Rio de Janeiro
- RODRIGUES L. N. (2010), Spínola, A Esfera dos Livros, Lisboa
- _____ (2014), António de Spínola no exílio: a estadia no Brasil, in «História (São Paulo)», vol. 33, n. 1
- SARAIVA J. F. S. (1996), O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias), Editora da Universidade de Brasília, Brasília
- SILVA P., F., ESTEVES F. e MOREIRA, V (1978), Angola: Comandos especiais contra os cubanos, Braga Editora, Lisboa
- SILVA M. (2003), Dicionário Crítico Câmara Cascudo, Perspectiva, São Paulo
- STOCKWELL J. (1978), In Search of Enemies, Norton & Company, New York
- VIZENTINI P. G. F. (1994), O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente (1951-1964), in «Revista Brasileira de Política Internacional», vol. 37, n. 1
- WESTAD O. A. (2007), The Global Cold War, Third World Interventions and the Making of Our Time, Cambridge University Press, Cambridge and New York.

La Batalla del Hambre: Movilización Militar, condiciones de vida y experiencias de miseria durante la Guerra Civil Española. (1936-1939)¹

Claudio Hernández Burgos²

Resumo: Dentro da extensa bibliografia sobre a Guerra Civil, a forma como os espanhóis vivenciaram o conflito constitui um dos temas menos explorados pelos pesquisadores. Embora nos últimos anos novas abordagens da História Militar e da História da guerra tenham avançado neste campo, a verdade é que as transformações políticas, sociais, culturais e emocionais experimentadas por combatentes e civis durante o período a Guerra Civil ainda não foram abordadas com a profundidade necessária. Este artigo analisa as experiências de guerra, examinando em particular o impacto que as condições de vida tiveram em sua construção. Para isso, é dada atenção à frente e à retaguarda, entendidas como espaços interconectados, fluidos e de contornos variáveis. Por um lado, o texto enfoca as experiências de combatentes que vieram para a Frente de Combate, avaliando como questões como qualidade, variedade e regularidade da comida influenciaram seu humor e contribuíram para forjar sua experiência de guerra. Por outro lado, o artigo explora a situação de ambas as retaguardas, ressaltando a importância adquirida pelos suprimentos e a deterioração das condições de vida da população civil no decorrer da guerra.

Palavras-chave: Guerra Civil Espanhola, Frente, Retaguarda, Condições de Vida, Mobilização

Resumen: Dentro de la extensa bibliografía sobre la Guerra Civil, la manera en que los españoles experimentaron el conflicto constituye uno de los temas menos explorados por los investigadores. Pese a que en los últimos años los nuevos enfoques de la historia militar y de la historia de la guerra han avanzado en este campo, lo cierto es que las transformaciones políticas, sociales, culturales y emocionales experimentadas por combatientes y civiles durante el periodo bélico todavía no han sido abordadas con la profundidad necesaria. Este artículo dirige la mirada a las experiencias de guerra, examinando de manera particular la incidencia que las condiciones de vida tuvieron en

¹ Publicado originalmente em Revista Universitaria de Historia Militar, Vol. 8, Nº 16 (2019). (pp. 207-228)

² Professor Assistente na Universidad de Granada.

la construcción de las mismas. Para ello se presta atención al frente y a la retaguardia, entendidos como espacios interconectados, fluidos y de contornos cambiantes. De una parte, el texto se centra en las vivencias de los combatientes que acudieron al frente, evaluando de qué manera cuestiones tales como la calidad, la variedad y la regularidad de la alimentación influyeron sobre su estado de ánimo y contribuyeron a forjar su experiencia bélica. De otra parte, el artículo explora la situación de ambas retaguardias, señalando la importancia adquirida por los abastecimientos y el deterioro de las condiciones de vida de la población civil con el trascurso de la guerra.

Palabras-clave: Guerra Civil, frente, retaguardia, experiencias, condiciones de vida, movilización

INTRODUCCION

Si, como se ha señalado recientemente, “entre los temas más descuidados de la bibliografía de la Guerra Civil cabe destacar la economía de guerra”, las consecuencias de esta sobre las condiciones de vida de los combatientes y civiles que vivieron el conflicto han permanecido en un plano secundario de la investigación.³ Solo en los últimos años se ha profundizado de manera más decidida en el análisis de las transformaciones experimentadas por los combatientes durante la contienda, los componentes emocionales e identitarios que dieron forma a sus vivencias en las trincheras o los heterogéneos condicionantes que marcaron la existencia de la sociedad civil durante el periodo.⁴ Unos avances que evidencian una nueva manera de entender la historia militar y la historia de la guerra, donde las experiencias han ido ganando peso.⁵ De hecho, las experiencias individuales y colectivas que se configuraron durante la Guerra Civil española constituyen una pieza clave para entender no solo el propio conflicto, sino el régimen al que dio vida y las políticas de memoria que impulsó.⁶ Desde la violencia a la configuración de una nueva realidad cotidiana, pasando por el establecimiento de los cimientos del modelo económico autárquico y las primeras experiencias de hambre y escasez, numerosos elementos tuvieron su origen en los años de la guerra.

3 Carlos BARCIELA LÓPEZ y M^a Inmaculada LÓPEZ ORTIZ: “Una nación en crisis y dos economías enfrentadas. La historiografía económica de la Guerra Civil Española”, *Studia Histórica Historia Contemporánea*, 32 (2014), p. 198.

4 Por ejemplo: Xosé Manoel NÚÑEZ SEIXAS: ¡Fuera el invasor! Nacionalismos y movilización bélica durante la guerra civil española, Madrid, Marcial Pons, 2006; y, más recientemente, Miguel ALONSO IBARRA: “Guerra Civil Española y contrarrevolución. El fascismo europeo bajo el signo de la santa cruz”, *Ayer*, 109 (2018), pp. 269-295.

5 David ALEGRE LORENZ: “Nuevos y viejos campos para el estudio de la guerra a lo largo del siglo XX: un motor de innovación historiográfica”, *Hispania Nova*, 16 (2018), pp. 164-196; y James MATTHEWS, “The Wartime Mobilization of Spanish Society, 1936-1944”, en *id.* (ed.): *Spain at War. Society, Culture and Mobilization*, Londres y Nueva York, Bloomsbury, 2019, pp. 1-12.

6 Javier RÓDRIGO: *Cruzada, Paz, Memoria. La Guerra Civil en sus relatos*, Granada, Comares, 2013.

El objetivo de este trabajo es examinar el papel que las condiciones de vida desempeñaron en la conformación de las experiencias bélicas a ambos lados de las trincheras para evaluar la influencia de la miseria y la escasez sobre sus comportamientos y estrategias de supervivencia, así como las continuidades entre dichas experiencias y la realidad de una posguerra marcada por el hambre. Frente a otras miradas que abordan de manera exclusiva la realidad del frente o de la retaguardia, en este texto se presta atención a ambas esferas, al considerarlas como espacios continuamente cambiantes y conectados a través del flujo constante de recursos materiales, individuos o información. Para desgranar las experiencias de soldados y civiles se utilizan informes y observaciones oficiales, pero también cartas y testimonios escritos, cuya percepción subjetiva de los acontecimientos, aunque insuficiente para conocer la vivencia de la guerra en toda su amplitud, descubre los miedos, deseos, preocupaciones y expectativas que le dieron forma.⁷ En primer lugar, la atención se centra en las trincheras con el propósito de explorar de qué manera las diferencias en las condiciones de vida de los combatientes de ambos bandos influenciaron su estado de ánimo, actitudes y acciones. El segundo apartado, en cambio, explora cómo afectaron el progresivo deterioro de los abastecimientos y la extensión de la escasez a quienes se encontraban lejos del frente. Para ello, se analiza la importancia concedida por ambos bandos al abastecimiento y los discursos propagandísticos elaborados para la retaguardia, evaluando hasta qué punto esta situación representó para muchos ciudadanos una primera “experiencia de hambre” que tendría su continuidad en la “España de la Victoria”.

LAS CONDICIONES DE VIDA Y LOS COMBATIENTES: MISERIA, DESMORALIZACIÓN Y SUPERVIVENCIA EN LAS TRINCHERAS.

Las experiencias de los combatientes se fueron construyendo merced a una multiplicidad de elementos de naturaleza muy heterogénea. Los sentimientos de camaradería trenzados junto a los compañeros de armas, el impacto de la violencia, el espíritu de aventura o el entusiasmo que caracterizó las actitudes de numerosos hombres jóvenes durante los primeros compases de la guerra fueron forjando mentalidades y conciencias marcadas por el signo de la lucha armada.⁸ Los elementos ideológicos, identitarios, emocionales y afectivos no pueden ser desplazados del análisis por más que

⁷ Bernd ULRICH y Benjamin ZIEMANN: *German Soldiers in the Great War: Letters and Eyewitness Accounts*, Barnsley, Pen & Sword, 2010. Véase también Verónica SIERRA BLAS: “Escribir en campaña: cartas de soldados desde el frente”, *Cultura escrita & Sociedad*, 4 (2007), pp. 95-116.

⁸ Sobre la multiplicidad de factores: Francisco J. LEIRA CASTIÑEIRA: “Movilización militar y experiencia de Guerra Civil. Las actitudes sociales de los soldados del ejército sublevado”, en Lourenzo FERNÁN-DEZ PRIETO y Aurora ARTIAGA REGO (eds.): *Otras miradas sobre golpe, guerra y dictadura. Historia para un pasado incómodo*, Madrid, La Catarata, 2014, pp. 150-178.

insistamos en el carácter forzado de la movilización, en el pragmatismo e individualismo de muchos combatientes y en su falta de compromiso político.⁹ Explicar estas experiencias requiere reconocer su complejidad, su heterogeneidad y su construcción en un contexto marcado por el clima de exaltación y por la radicalización de los discursos y políticas de ambos bandos.¹⁰ Por esta razón, tampoco puede olvidarse la influencia de los componentes materiales. Las condiciones de vida - en términos de hambre, escasez y otras deficiências - dieron forma a muchas de las vivencias experimentadas por los combatientes durante su estancia en las trincheras. El testimonio del escritor y voluntario antifascista George Orwell resultaba esclarecedor: “La guerra, para mí, significaba el rugido de los proyectiles y fragmentos de acero saltando por el aire, pero, significaba, sobre todo, barro, piojos, hambre y frío”.¹¹ Como él, los soldados que combatieron a las órdenes de los mandos rebeldes y republicanos sufrieron la miseria, la carencia de alimentos y las enfermedades derivadas de la falta de higiene continuada. Reconocer la centralidad que las condiciones de vida adquirieron para los combatientes resulta esencial para analizar cómo experimentaron la miseria, de qué manera dieron sentido y relataron el hambre y la escasez padecidas y, por último, qué acciones y estrategias llevaron a cabo para tratar de aliviarlas.¹²

La comida es uno de los factores más cruciales en el sostenimiento del esfuerzo bélico y, por consiguiente, en la consecución de la victoria sobre el enemigo.¹³ En conflictos de larga duración que, como el español, se enmarcan dentro de la era de la “guerra total”, la cuestión de los abastecimientos adquirió enorme relevancia.¹⁴ La alimentación condicionó el estado de ánimo de los combatientes, pero también la producción y las políticas económicas de ambos bandos, y no solo para garantizar el abastecimiento propio, sino para propiciar la extenuación del enemigo hasta su completa derrota.¹⁵

9 La postergación de los elementos ideológicos queda evidenciada en Michael SEIDMAN: *A ras de suelo. Historia social de la República durante la Guerra Civil*, Madrid, Alianza, 2003. Una tendencia que, aunque con matices, se mantiene en Lourenzo FERNÁNDEZ PRIETO y Aurora ARTIAGA REGO: “Introducción. Soldados para el frente: más allá de los alféreces provisionales y los comisarios políticos”, *Ayer*, 111 (2018), pp. 13-21, esp. pp. 13-18.

10 Véanse Claudio HERNÁNDEZ BURGOS: “Bringing back Culture: Combatant and Civilian Attitudes during the Spanish Civil War, 1936-1939”, *History: The Journal of the Historical Association*, 101-346, pp. 448-463 y Miguel ALONSO IBARRA: “Vencer es convencer. Una aproximación a la fascistización del combatiente sublevado y la construcción del consenso en la España franquista (1936-1939)”, en Miguel Ángel DEL ARCO BLANCO, Francisco COBO ROMERO y Claudio HERNÁNDEZ BURGOS (eds.): *Fascismo y modernismo: política y cultura en la Europa de entreguerras (1918-1945)*, Granada, Comares, 2016, pp. 107-122.

11 George ORWELL: *Homage to Catalonia*, Nueva York, Penguin, 1937, p. 21

12 Se extrapola aquí la distinción entre «miedo», «discurso del miedo» y «acciones relacionadas con el miedo» realizada por Joanna BOURKE: *Fear: A Cultural History*, Londres, Virago, 2005.

13 Ina ZWEINIGER-BARGIELOWSKA: “Introduction”, en Id., Rachel DUFFETT y Allan DROUARD (eds.): *Food and War in Twentieth Century Europe*, Farham, Ashgate, 2011, pp. 3-4.

14 Sobre el concepto de “guerra total” Robert CHICKERING: “Total War: The Use and Abuse of a Concept”, en Manfred F. BOERNEKE, Stig FÖRSTER y Robert CHICKERING (eds.): *Anticipating Total War: The German and American Experiences, 1871-1914*, Cambridge, Cambridge University Press, 1999, pp. 13-28.

15 Para el caso español, véase Robert CHICKERING, “Introduction”, en Martin BAUMEISTER y Stephanie SCHÜLER-SPRINGORUM (eds.): “If you tolerate this...” *The Spanish Civil War in the Age of the Total War*, Frankfurt, Campus Verlag, 2008, pp. 28-42.

A ambos lados de las trincheras, los mandos militares fueron inmediatamente conscientes de la necesidad de garantizar un abastecimiento conveniente de las tropas y tomaron numerosas medidas al respecto. Aunque todavía queda mucho por indagar en este campo, los estudios disponibles hasta la fecha señalan las notables diferencias existentes entre la zona republicana y la rebelde. El derrumbe del Estado, el proceso de fragmentación interna y la desorganización inicial que caracterizaron el territorio controlado por la República contrastaron con la severa disciplina política y administrativa impuesta por los mandos insurgentes. Una situación que, unida a la ineficacia de la ayuda internacional, el paulatino declive del bando republicano y el progresivo avance de las tropas rebeldes, aumentó las dificultades para el abastecimiento de los combatientes y propició un significativo deterioro de las condiciones de vida entre los integrantes del Ejército Popular.¹⁶ Por supuesto, la escasez y el hambre afectaron a combatientes de ambos bandos, pero con el transcurso de la guerra las condiciones de vida se volvieron especialmente dramáticas en las trincheras republicanas.¹⁷

En uno de los aspectos donde quedaron más evidenciadas las diferencias entre ambos ejércitos fue en la soldada de los combatientes. La paga de los soldados republicanos fue muy superior a la recibida por los rebeldes, quintuplicando el salario de pre-guerra.¹⁸ En noviembre de 1936 varios desertores republicanos manifestaron ante las autoridades rebeldes que entre sus antiguos camaradas reinaba la felicidad “por la paga y la libertad de que creen disfrutar”. El brigadista estadounidense James Neugass decía sentirse satisfecho puesto que “cada diez días cobro 150 pesetas”.¹⁹ Los integrantes del Ejército Popular llegaron a recibir en determinados momentos 10 pesetas al día, frente a los 50 céntimos de sus adversarios.²⁰ No es de extrañar que en los primeros meses de guerra los salarios se convirtieran en un aliciente para la movilización de voluntarios y que incluso hubiera quienes alistaran a sus hijos por este motivo.²¹ Sin embargo, con el avance de la contienda los soldados republicanos dejaron de cobrar sus pagas con regularidad y vieron cómo la inflación y el valor real de las mismas afectaron a su poder adquisitivo, motivando numerosas quejas, puesto que de ellas

16 Pablo MARTÍN ACEÑA: “La economía de la guerra civil. Perspectiva general y comparada”, en Pablo MARTÍN ACEÑA y Elena MARTÍNEZ RUIZ (eds.): *La economía de la guerra civil*, Madrid, Marcial Pons, 2006, p. 17; y Carlos BARCIELA: “La economía y la guerra”, *Pasado y Memoria*, 8 (2009), pp. 19-20.

17 Michael SEIDMAN: “Las experiencias de los soldados en la Guerra Civil española”, *Alcores*, 4 (2007), pp. 101-123. Una visión crítica al respecto puede verse en Joan SERRALLONGA URQUIDI: “El amparo que nunca existió: los civiles en la zona rebelde durante la Guerra Civil española de 1936 a 1939”, *Revista Universitaria de Historia Militar*, 7:13 (2018), pp. 527-544, esp. 540.

18 Pedro CORRAL: *Desertores. La Guerra Civil que nadie quiere contar*, Barcelona, Debate, 2006, p. 86.

19 Archivo General Militar de Ávila (AGMAV), Zona Nacional (ZN), Caja 2500, Carpeta 11, “Situación general manifestada por prisioneros y desertores”, 21-11-1936; y James NEUGASS: *La guerra es bella. Diario de un brigadista americano en la Guerra Civil española*, Barcelona, Papel de Liar, 2008, p. 101.

20 James MATTHEWS: *Soldados a la fuerza. Reclutamiento obligatorio durante la Guerra Civil, 1936-1939*, Madrid, Alianza, 2013, p. 170.

21 George ORWELL: *op. cit.*, p. 14.

dependía una mejor alimentación.²² Un combatiente republicano relataba en una de sus cartas los estragos que estaba padeciendo porque le adeudaban el dinero correspondiente a cuatro meses de paga. Por su parte, otro soldado alicantino se lamentaba de las “calamidades” sufridas, ya que al no tener “ni un cêntimo” no podían afrontar el pago de “50 ptas. Mensuales” que debían darle al cabo de la unidad “para mejorar las comidas”.²³

La intranquilidad por las pagas evidenciaba hasta qué punto a muchos hombres les preocupaba la alimentación casi tanto como los ataques del enemigo. Una buena comida, por básica que resultara, podía tener efectos vivificantes sobre la moral de la tropa. Para el soldado del bando rebelde José Llordés el desayuno que pudo degustar en Talavera de la Reina a base de café, leche condensada y pan frito le llenó de satisfacción: “nos parecía que desayunábamos como príncipes”.²⁴ El 18 de diciembre de 1937, Neugass plasmó en su diario la alegría por el hecho de que, además de la comida, le hubieran suministrado chocolate y tabaco, y concluía: “Moral alta. Cigarrillos, más chocolate, más comida caliente, más un sitio para dormir alejados del frío. Es lo único que importa”.²⁵ A lo largo de la guerra, muchos combatientes hicieron referencia a la celebración de banquetes abundantes junto a sus camaradas. En los instantes iniciales de la contienda, un soldado rebelde mostraba su satisfacción por recibir “carne, bacalao, café, botes de leche condensada, harina, pan, tocino o azúcar” entre otros alimentos. Otros combatientes republicanos relataban cómo habían comprado “un cordero” y organizado “un banquete en la playa”.²⁶ Y, ya en marzo de 1937, la 31ª Brigada Mixta tuvo la oportunidad de celebrar “un buen almuerzo consistente en pan, queso y coñac”.²⁷ Sin embargo, como se desprende de la misma importancia que le otorgaban los combatientes, se trataba de episodios excepcionales dentro de una realidad caracterizada por la escasez.

En efecto, desde los primeros instantes de la contienda, surgieron problemas en los abastecimientos. Aunque la situación todavía no revestía grandes dificultades, en octubre de 1936 los mandos republicanos emplazados en el frente de Guadalajara hicieron constar el “decaimiento físico y moral” de las tropas encargadas de la defensa de Sigüenza por la falta de alimentos. Paralelamente,

22 Jordi MALUQUER DE MOTES I BERNET: “Inflación y guerra: la revolución del nivel general de precios en las dos España (1936-1939) en Enrique FUENTES QUINTANA (dir.): Economía y economistas españoles en la Guerra Civil, Barcelona, Galaxia Gutenberg, 2008, p. 1128-1132; y Michael SEIDMAN: A ras de suelo..., pp. 112-113.

23 AGMAV, Zona Republicana (ZR), Caja 611, carpeta 2, 1938 y carpeta 7, s. d.

24 José LLORDÉS: Al dejar el fusil. Memorias de un soldado raso en la guerra de España, Barcelona, Ariel, 1968, p. 135.

25 James NEUGASS: op. cit., p. 129.

26 Los ejemplos en José LLORDÉS: op. cit., p. 65; Javier CERVERA GIL: “Historias mínimas: las cartas en la Guerra Civil española”, Hispania Nova, 15 (2017), pp. 141-142, <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/HISPNOV/article/view/3483/2119>

27 Archivo de la Guerra Civil Española (AGCE), PS-Madrid, 595, caja 3506, citado en James MATTHEWS: Soldados..., p. 173.

algunos informes de la zona rebelde alertaban de las “deficiencias” y la “falta de algunos productos” entre las tropas.²⁸ Incluso había quienes apuntaban que entre las razones de su evasión a territorio republicano se encontraba el hecho de que la comida era “muy mala” y el tabaco “poco y malo”.²⁹ Con el transcurso de los meses, las condiciones de vida de los combatientes se endurecieron y, aunque el hambre y la escasez se extendieron a ambos lados de las trincheras, todo parece indicar que los integrantes del Ejército Popular las sufrieron en mayores proporciones. Aunque algunos informes de la “retaguardia roja” aseguraran que “tendría que variar mucho la situación para que el hambre fuera un factor decisivo”, la realidad es que desde los últimos meses de 1937 y los primeros de 1938 las condiciones de vida en el frente republicano sufrieron un deterioro muy acusado.³⁰ “La comida ya no es tanta, escasea”, observaba un soldado republicano a inicios de 1938.³¹

Las cartas enviadas por los combatientes corroboraban el empeoramiento de su situación. Juan Navarro, integrante de la 85ª Brigada Mixta, le confesó a un amigo que tenía “muchas ganas de salir de aquí” porque llevaban “nueve días sin pan” y les iban a “matar de hambre”. Otro combatiente republicano, convencido de que las condiciones del bando enemigo eran más benignas, afirmaba que “los que quedamos en este lado estamos pasando más que la tierra”. “Nos están saliendo telarañas en el cielo de la boca” exponía otro soldado situado en el frente de Andalucía.³² La situación se volvía más dramática en las fases de combate. Durante la batalla de Teruel, los mandos del Ejército Popular recortaron considerablemente la ración de pan de sus unidades, pasando de 400 a 300 gramos, e incluso hubo soldados que permanecieron varios días sin alimentarse.³³

La escasez de las raciones recibidas por las tropas constituía el principal motivo de sus quejas. El soldado Jesús Company, perteneciente al Ejército de Andalucía, confesaba a sus familiares que su menú diario se componía exclusivamente de un “trozo de bacalao que es más pequeño que una onza de chocolate” por la mañana y “de almuerzo dos pedazos fritos”. Su compañero de armas Francisco González denunciaba que a su unidad solo le daban “un café a las diez de la mañana y la comida a las cuatro de la tarde” y “ya nada hasta el otro día”.³⁴ Pese a todo, no resultaba infrecuente que la

28 AGCE, Servicio de Información General de Frentes (SIGF), carpeta 680, “Parte de un oficial de enlace en el frente de Guadalajara”, 1-10-1936.

29 AGMAV, ZN, Servicio de Información y Policía Militar (SIPM), Caja 2907/1, s. d.; y AGCE, SIGF, Caja 731, “Declaración del evadido Julio Jiménez Sánchez”, diciembre de 1936.

30 AGMAV, ZN, caja 1222, carpeta 71, “Información del enemigo”, 19-4-1938.

31 Citado en: Javier CERVERA GIL: op. cit., p. 142.

32 AGMAV, ZR, caja 611, carpeta 2, “Carta de Juan Navarro García a Francisco Cánovas Fernández”, 1938 y “Carta de Diego Díaz a Francisco Valero”, 1938, carpeta 3, “Carta de Antonio Tena a Dolores Tena (Cuevas de Almanzora)”, 1938.

33 David ALEGRE LORENZ: La batalla de Teruel. Guerra Total en España. Madrid, La Esfera de los Libros, 2018, pp. 249-250; Pedro CORRAL: op. cit., p. 177.

34 AGMAV, ZR, caja 611, carpeta 3 “Carta de Jesús Company a Angelina Fernández Hueso (Fiñana)”, 1938 y “Carta de

parquedad de las raciones acabara por transformarse en una total ausencia de alimentos. Así, mientras un combatiente de la 86ª Brigada Mixta relataba a sus familiares que llevaban “5 días sin tomar nada por las mañanas”, otro soldado emplazado en el parque móvil de Guadix (Granada) afirmaba estar “pasando más hambre que la hóstia”, porque no recibían desayuno.³⁵ Ante este panorama, no resulta sorprendente que algunos hombres afirmaran que era “imposible tirar” con el suministro recibido o que no llegaran a entender cómo podían trabajar “hasta las 8 de la mañana” con solo “cuatro garbanzos y unas cuantas acelgas”.³⁶

Pero la escasez de las raciones no era el único motivo de descontento entre los combatientes del Ejército Popular. La insuficiente variedad y baja calidad de los alimentos recibidos tenían importantes efectos desmoralizadores, en la medida en que el acto de comer constituye una práctica cultural que no se reduce a la mera ingesta de calorías.³⁷ Según un capellán falangista, un desertor republicano le confesó al llegar a territorio rebelde que hacía “cuatro días que no probaban el pan” y que en su unidad sobrevivían “solo con arroz”.³⁸ El soldado Ildefonso Vargas decía estar harto de recibir una alimentación monótona, puesto que comían “a base de lentejas y arroz solo con agua”. La misma impresión ofrecía otro combatiente que afirmaba no recibir “nada más que garbanzos y lentejas y eso, como ya hemos comido tantas, ya las tenemos aborrecidas”.³⁹ La pobre calidad del rancho también era objeto de censura. La escasez de carne de consumo habitual provocó que en muchas unidades se suministrara carne de burro, despertando las críticas de algunos combatientes que muchas veces optaban por no comerla, asegurando que “con solo mirarla le entran a uno ganas de vomitar”.⁴⁰

Así lo resumía el soldado Lorenzo Salas:

Aquí donde estamos no hay nada que ver ni que comer, solo el rancho y muy malo pues los garbanzos y las lentejas, que son los dos

Francisco González de la 223ª BM a Domingo Llamas Segura, 147 BM”, 1938.

35 AGMAV, ZR, caja 611, carpeta 3, “Carta de E. Martínez de la 86 BM a Luis Izquierdo Cartagena (Murcia)”, 1938, y “Carta de Antonio Escribano, mecánico del parque móvil del destacamento de Guadix a Emilia Graña, El Viso (Córdoba)”, 1938.

36 AGMAV, ZR, caja 611, carpeta 3, “Carta de Miguel Mula Carrasco, apartado 20 Huélago escribe a Francisca Peña Morales, Uleila del Campo” y “Carta de M Conde (Hospital Militar de Baza) a Vicente Conde Romero, Madrid”, 1938.

37 Mark ROODHOUSE: “Popular Morality and the Black Market in Britain, 1939–1955”, en Frank TRENTMANN y Flemming JUST (eds.): *Food and Conflict in Europe in the Age of the Two World Wars*, Nueva York, Palgrave Macmillan, 2006, pp. 243-265

38 Enrique CABRERIZO PAREDES: *Memorias de un cura en nuestra Guerra Civil (1936-1939)*, Guadalajara-ra, Ayuntamiento de Durón, 1992, p. 36

39 AGMAV, ZR, caja 611, carpeta 4, “Carta de Ildefonso Vargas a Mercedes Navajas, Pulpí (Almería)”, noviembre de 1938 y carpeta 7, Carta de Manuel Torregrosa a Matilde Alarich, Villafranqueza (Alicante)”, s. d.

40 Citado en James MATTHEWS: *Voces de la trinchera. Cartas de combatientes republicanos en la Guerra Civil española*, Madrid, Alianza Editorial, 2015, p. 87.

únicos platos, saben a húmedo y por añadidura mucho más duros que los chinos del río. Además, sin aceite, pues solo suministran a 40 hombres 900 gramos. El pan que aquí nos traen parece hecho de ceniza [...] crudo y poco, pues los chuscos son mucho más pequeños. Por no haber ni hay agua, pues vienen todos los días a traernos agua y nos dan media cantimplora, pues para dos o tres [...].⁴¹

Afectados por la irregularidad de sus pagas y por las deficiencias en el abastecimiento, fueron muchos los combatientes que recurrieron a una amplia variedad de estrategias para mejorar su dieta o aliviar el hambre. A pesar de estar habitualmente prohibida para no desperdiciar munición, la caza de pequeños animales, como perdices o conejos, fue un medio típico para ello.⁴² Del mismo modo, la pesca de peces, ranas o cangrejos fue un recurso habitual en las zonas próximas a los ríos, incluso haciendo uso de granadas de mano.⁴³ Como en otros conflictos armados, la extensión del hambre provocó que muchos soldados recurrieran a alimentos considerados tabú en tiempos normales, de tal modo que la carne de caballo, burro o gato formaron parte habitual de la dieta de algunos hombres.⁴⁴ Asimismo, muchos combatientes optaron por fumar otro tipo de hierbas y hojas ante la poca disponibilidad de tabaco, cuya producción estaba controlada por los rebeldes.⁴⁵ Otras estrategias de supervivencia como el contrabando o el robo de mercancías controladas por Intendencia resultaban más arriesgadas, pero también eran comunes. Un combatiente informó por carta a sus familiares de su intención de “mangar unas patatas” y tres días más tarde confirmó que había logrado su objetivo. Por su parte, el brigadista James Neugass confesó haber empleado un destornillador para hacer un agujero en el recinto donde las autoridades almacenaban los víveres y hacerse de este modo con una lata de leche condensada.⁴⁶

La proximidad del frente a una determinada población se presentaba como una oportunidad para conseguir comida. Al llegar a Seseña, el combatiente José Llordés acudió a las tiendas del

41 AGMAV, ZR, caja 611, carpeta 3, “Carta de “Lorenzo Salas Martínez BMJ a Juan Cañas Baudet de la 105 BM”, octubre de 1938.

42 La prohibición en AGCE, Sección Militar, Orden General del 441 Batallón, 11 Brigada Mixta, 30-8-1938. Sobre estas prácticas: Michael SEIDMAN: *La victoria Nacional. La eficacia contrarrevolucionaria en la Guerra Civil*, Madrid, Alianza, 2012, p. 140.

43 *Ibidem*, pp. 138-142; James MATTHEWS: *Soldados...*, p. 244.

44 Véase Ina ZWEINIGER-BARGIELOWSKA: *op. cit.*, pp. 5-6.

45 James MATTHEWS, *Soldados...*, pp. 176-177.

46 Los casos en Javier CERVERA GIL: *op. cit.*, p. 142; y James NEUGASS: *op. cit.*, p. 221. El recurso al robo por parte de los soldados en Brandon SCHECHTER: “The State’s Pot and the Soldier’s Spoon: Rations (Päek) in the Red Army”, en Wendy Z. GOLDMAN y Donald FOLTZER (eds.): *Hunger and War: Food Provisioning in the Soviet Union during the Second World War*, Bloomington, Indiana University Press, 2015, pp. 133- 134

centro del pueblo, donde además de alimentos “vendían vinos y licores”, sabedores de que los soldados se “gastaban buenas pesetas” en este tipo de productos.⁴⁷ En las zonas agrícolas, algunos combatientes aprovechaban para coger frutas o verduras de las cosechas de los agricultores, pero en otras ocasiones utilizaban sus pagas para adquirir estos bienes. Los mandos republicanos del Ejército de Levante denunciaron el intercambio de productos alimenticios entre sus fuerzas y elementos de la población civil. En concreto, señalaban que en la plaza del pueblo se habían estado vendiendo naranjas y que algunos soldados habían obtenido “grandes cantidades de aceite” intercambiándolas “por gallinas, corderos, huevos y otros productos”.⁴⁸ No obstante, el contacto con la población civil no siempre se producía de manera tan pacífica. Los combatientes de ambos bandos recurrieron al pillaje y al saqueo de cosechas, ganado y viviendas para avituallarse, llegando en algunos momentos a cometer importantes excesos, como en Teruel, donde los comisarios republicanos reprocharon a sus hombres que hubieran sustraído objetos como paraguas o despertadores, carentes de utilidad en aquel contexto.⁴⁹ Saqueos, robos, contrabando, sucedáneos, picaresca... En su conjunto, los mecanismos que activaron los combatientes en un contexto extraor-dinario como el de la contienda dibujaban prácticas que serían habituales en la pos-guerra. Para muchos, las experiencias de hambre y miseria en las trincheras también eran el prólogo de las que vivirían a partir de 1939.

EL TERMÓMETRO DE LA GUERRA: ABASTECIMIENTOS, PROPAGANDA Y HAMBRE EN LA RETAGUARDIA

En 1937, un periódico rebelde pedía a la población su contribución al esfuerzo bélico y concluía con el siguiente mensaje: “No consintamos que la temperatura de la reta guardia se nos enfríe”.⁵⁰ En los conflictos armados las retaguardias actúan como termómetros de la contienda, de cuyo nivel depende en buena medida cuanto sucede la primera línea del frente. De ahí que ambos bandos emplearan importantes dosis de esfuerzo y de tinta en hacer llamamientos al sacrificio de la población civil para la consecución de la victoria. Con el golpe de Estado, los civiles vieron súbitamente alteradas sus vidas, obligándoles a adaptarse a las nuevas disposiciones derivadas del estado de guerra y a la pérdida de libertades.⁵¹ Lejos del frente, el miedo, la violencia, las pasiones

47 José LLORDÉS: op. cit., p. 95.

48 AGMAV, ZR, caja 600, carpeta 6, “Informes sobre intercambio de productos alimenticios efectuado por fuerzas de aviación del 6º Batallón. Zona Republicana”, 19-2-1939.

49 AGMAV, ZR, caja 481, carpeta 4, documento 4; Michael SEIDMAN: “Las experiencias...”, pp. 104-105.

50 Ideal, 2-5-1937.

51 Tammy M. PROCTOR: *Civilians in a World at War, 1914-1918*, Nueva York, New York University Press, 2010, 76-119.

políticas o el hambre también hicieron acto de presencia. La retaguardia se convirtió de inmediato en una trinchera paralela donde, a pesar de las diferencias, los contornos que la separaban del frente nunca fueron nítidos. En este sentido, la vida de los civiles estuvo sometida a un ininterrumpido proceso de transformación social, política, económica o cultural. Las dinámicas de ocupación y conquista, las alteraciones simbólicas, la presencia de nuevos resortes de poder y la incidencia de nuevos sujetos transformaron por completo la existencia cotidiana de los españoles que no empuñaban un arma.⁵²

El mantenimiento de una retaguardia activa y solidaria dependía fundamentalmente del abastecimiento. Ambos bandos siempre fueron conscientes de ello y dedicaron una atención preferencial a la producción de recursos y a la alimentación de los civiles. Sin embargo, los investigadores parecen coincidir en que una vez más las diferencias entre sublevados y republicanos fueron sustanciales y que quienes vivieron la guerra en territorio rebelde se vieron menos afectados por la escasez y el hambre.⁵³ Desde los primeros meses de la contienda, los mandos rebeldes se percataron de la necesidad de imponer una fuerte disciplina económica que pusiera todos los recursos disponibles al servicio del triunfo militar.⁵⁴ La regulación y el incremento de la producción agraria se convirtieron en objetivos fundamentales para el sostenimiento de la lucha armada. Aunque los rebeldes contaban con una población agrícola inferior, las amplias reservas trigueras - especialmente en la región de Castilla - y el control de territorios de gran riqueza agrícola - como la vega de Granada - constituían una buena base para el incremento de la producción.⁵⁵ Transcurridos pocos días de la sublevación militar, la Junta de Defensa Nacional dictó una orden mediante la que se establecía un servicio de prestación personal en cada municipio para recoger las cosechas “de los que no habían titubeado en acudir al llamamiento patriótico”.⁵⁶ A estas medidas se sumaron otras, como la creación de la Comisión de Agricultura y Trabajo Agrícola, el Decreto de Ordenación Triguera que originó el Servicio Nacional del Trigo en 1937 o el Servicio Nacional de Reforma Económica y Social de la Tierra, que perseguía, entre otros objetivos, “la parcelación y concentración parcelaria”.⁵⁷

52 Javier RODRIGO: “Presentación. Retaguardia: un espacio en transformación”, *Ayer*, 76 (2009), pp. 13-36, esp. 15-17; y también Maureen HEALY: *Vienna and the Fall of the Habsburg Empire. Total War and Everyday Life in World War I*, Cambridge, Cambridge University Press, 2004, p. 5.

53 Michael SEIDMAN: *La victoria nacional...*, pp. 103-202; y con ciertos matices Elena MARTÍNEZ RUIZ: “El campo en guerra. Organización y producción agraria”, en Pablo MARTÍN ACEÑA y Elena MARTÍNEZ RUIZ (eds.): *op. cit.*, pp. 107-159.

54 Una visión general sobre la política económica del bando insurgente en José A. SÁNCHEZ ASIAIN: *Economía y finanzas en la guerra civil española*, Madrid, Real Academia de la Historia, pp. 82 y ss.

55 Michael SEIDMAN: *La victoria nacional...*, pp. 107-108; Francisco COBO ROMERO: *Revolución campesina y contrarrevolución franquista en Andalucía: conflictividad social, violencia política y represión franquista en el mundo rural andaluz, 1931-1950*, Granada, Editorial de la Universidad de Granada, 2004, pp. 287-288.

56 Boletín Oficial de la Junta de Defensa Nacional de España, n.º 3, “Orden del 29 de julio de 1936”, Burgos, 20-7-1936.

57 Boletín Oficial del Estado (BOE), n.º 6, “Circular”, 20-10-1936; BOE n.º 309, “Decreto-Ley de Ordenación Triguera”, 25-8-1937; BOE, n.º 562, “Ley de Recuperación Agrícola”, 8-4-1938; Carlos BARCIELA: “Producción y política

Al margen del potencial propagandístico de estas medidas, tales disposiciones - unidas a la mayor disponibilidad de recursos como consecuencia de la conquista territorial - garantizaron una mejor situación del sector agrícola y un abastecimiento más regular de la población. Todo ello, además, supuso la colocación de los primeros mimbres de la autarquía económica en el campo, que permitió a los sublevados premiar a sus apoyos sociales a través de la revocación de las medidas republicanas, la devolución de tierras a los damnificados por la reforma agraria, el castigo de determinados sectores sociales y la permisividad hacia los terratenientes en lo referente a la ocultación de cupos trigueros y participación en el mercado negro.⁵⁸

La férrea disciplina impuesta por los mandos rebeldes sobre la economía generó algunas dificultades importantes. La decisión de controlar la producción de trigo no fue bien recibida por muchos labradores, y las autoridades locales no tardaron en hacerse eco de las deficiencias. A finales de 1938, la falta de harina y de pan afectó a varios pueblos de la provincia de Cádiz.⁵⁹ Las jerarquías alavesas se quejaban de la carencia de harina “por estar intervenida por la Intendencia Militar”⁶⁰ Mientras, en la provincia de Ávila un informe señalaba la “urgente necesidad de trigo” que precisaba la localidad de El Barco para la fabricación de pan.⁶¹ En algunas áreas, la incautación del cereal por el Servicio Nacional del Trigo generó protestas por parte de los afectados. En San Enrique de Guadiaro (Cádiz) varios vecinos fueron “amenazados con la cárcel” tras protestar ante el jefe militar de aquella guarnición para solicitarle que “les devolvieran algo” del trigo confiscado, ya que estaban “pasando mucha hambre”.⁶²

En muchas poblaciones el abastecimiento no constituía un problema grave, pero se notaba un encarecimiento de los productos básicos. Un prisionero procedente de la retaguardia rebelde señalaba en 1938 que el estado económico de esta era “más o menos como el de antes de la guerra”, aunque “con un ligero aumento del precio” en algunos bienes. Otro evadido calificaba de “normal” la situación de los abastecimientos, pero criticaba “la escasez de algunos productos y el aumento de algunos

cerealista durante la guerra civil española (1936-1939)”, en Gonzalo ANES et al, (eds.): Historia económica y pensamiento social. Estudios en homenaje a Diego Mateo del Peral, Madrid, Alianza Editorial, 1983, pp. 649-676; Elena MARTÍNEZ RUIZ: op. cit. pp. 144-145.

58 Sergio RIESCO: “Una reflexión sobre la contrarreforma agraria como medio represivo”, Hispania Nova. 6 (2006), <http://hispanianova.rediris.es/6/dossier/6d019.pdf> [consultado por última vez el 4-10-2018]; Miguel Ángel DEL ARCO: Hambre de siglos. Mundo rural y apoyos sociales del franquismo en Andalucía Oriental (1936-1951), Granada, Comares, 2007, esp. Capítulo 3.

59 Michael SEIDMAN: La victoria nacional..., p. 117.

60 Archivo General de la Administración (AGA), Gobernación, caja 44/2790, “Memoria del Gobierno Civil de Álava”, 1938.

61 AGA, Agricultura, Servicio Nacional del Trigo, caja 61/13493, “Urgente necesidad de trigo en El Barco (Ávila)”, 6-4-1938.

62 AGCE, SIGF, caja 727, Visitas a frentes. Información relativa a distintas áreas geográficas, “Información de Málaga”, 1938.

precios”.⁶³ Los informes internos elaborados por los mandos del Ejército Popular también recogieron algunas deficiencias. Uno de ellos definía la vida en Sevilla como “caríssima”, y denunciaba que la falta de productos farmacéuticos era tan grave que había llegado a causar la muerte de varias personas.⁶⁴ En otro se afirmaba que la situación en toda la “España nacionalista” era “muy crítica”, porque la recolección de cereales “es muy precaria” y “el pan ha subido de precio”.⁶⁵ En muchos casos, ante la falta de pan o el aumento de los precios, se culpó a los acaparadores. Una denuncia anónima dirigida a Franco exponía que los comerciantes de Burgos “estaban abusando enormemente de la elevación de precio de las subsistências”, anteponiendo sus intereses particulares a los nacionales.⁶⁶

La propaganda utilizó frecuentemente esos mismos argumentos, dirigiéndose contra los “desaprensivos”, los “malos españoles” y contra ese “mal endémico” de los “intermediarios que lo llenan todo, lo intervienen todo, encareciendo la producción y el consumo”, a la par que los periódicos se llenaban de largas relaciones de multas a “los aparadores y los mercaderes codiciosos que medran ilícitamente encareciendo sin razón las cosas de adquisición indispensable”.⁶⁷

No obstante, en líneas generales, la impresión ofrecida por la propaganda dibujaba una retaguardia plenamente satisfactoria. Los campos, “antes refugio de las alimañas del marxismo” recobraban “esa grata poesía que emana de la honradez sencilla de las gentes que los puebla y del trabajo que los fertiliza”, gracias a “la protección decidida de los hombres que están moldeando la nueva España”. “En nuestra retaguardia”, afirmaba otro artículo de prensa, “la vida es normal [...] las familias no pudientes disfrutan de subsidios y no carecen de nada”.⁶⁸ Las autoridades sublevadas compartían también esta imagen. Las jerarquías abulenses consideraban “favorables” los abastecimientos de la provincia, las de León calificaban la situación como “satisfactoria” y las de Orense como “plenamente satisfactoria”.⁶⁹ Por supuesto, estas impresiones no siempre se correspondían con la realidad y factores como el hambre o las enfermedades tenían una incidencia importante entre los habitantes de la retaguardia rebelde.⁷⁰

63 AGCE, SIGF, caja 731, “Declaración del prisionero Manuel González Ralero”, 18-1-1938 y “Declaración del prisionero Alfonso Fernández de Córdoba y Parrilla”, 29-1-1938.

64 AGCE, SIGF, caja 731, “Síntesis de informaciones recibidas por este negociado”, 23-3-1938

65 AGCE, Servicio de Información Especial Estratégico (SIEE), caja 722, “Boletín de Propaganda del SIEE”, 27-7-1938.

66 AGMAV, ZN, caja 2374, carpeta 3, “Denuncia anónima de autoridades en Burgos dirigida a Francisco Franco”, 7-11-1936.

67 ABC (Sevilla), 10-9-1937 y 31-3-1937. La publicación de las multas en: ABC (Sevilla), 7-4-1937, 27-12-1938 y 20-1-1939.

68 ABC (Sevilla), 6-11-1937 y 8-12-1937.

69 AGA, Gobernación, caja 44/2791. “Memoria del Gobierno Civil de Ávila”, 1938 y caja 44/2791, “Memoria del Gobierno Civil de León”, 1938 y “Memoria del Gobierno Civil de Orense”, 1938.

70 Algunos ejemplos en: Nicholas CONI: *Medicine and Warfare. Spain, 1936-1939*, Nueva York, Routledge, 2007, pp. 81-98.

Pero, al establecer comparaciones con el estado cada vez más deteriorado de la zona republicana, el panorama era más alentador. Frank Thomas, integrante de la Legión de Voluntarios Extranjeros, mostró su sorpresa por la abundancia de recursos que encontró a su llegada a Salamanca. En su recorrido por la España meridional controlada por los rebeldes, la periodista Eleonora Tennant encontró los comercios “como de costumbre”, en los que el pan o las patatas tenían precios inferiores a los de Inglaterra.⁷¹ Las informaciones recabadas por los republicanos corroboraban la benigna situación de algunas localidades. En octubre de 1937, un huído del campo rebelde declaró que en la “zona facciosa” no se carecía “absolutamente de nada en cuanto a artículos de consumo” debido a “la riqueza del territorio que poseen”. Meses más tarde, otro desertor aseguraba que allí “los medios de subsistencia son abundantes” y que los precios no habían “experimentado un alza considerable en relación a los de antes de la guerra”.⁷² Por su parte, los servicios de información republicanos describían el mercado de Zaragoza como “bien abastecido, sobre todo de pollos y conejos”.⁷³ Una impresión similar a la de San Sebastián, donde se aseguraba que la población estaba “bastante satisfecha” por la existencia de “mercaderías de toda especie [sic] ofreciendo en general la ciudad un aspecto de normalidad y orden”.⁷⁴

En algunas ocasiones, la normalidad que atravesaba determinadas localidades en la retaguardia rebelde alcanzaba perfiles llamativos en un contexto bélico. En Palencia, la población parecía haberse “acostumbrado” a la contienda, dado que había “siempre lleno en los cafés y en los salones de espectáculos”.⁷⁵ El eco de los cañones tampoco daba la impresión de perturbar la normalidad de Zaragoza, donde “los locales de espectáculos” estaban “frecuentadísimos”, durando “el jolgorio hasta el amanecer”.⁷⁶

Aunque no era algo exclusivo de la retaguardia rebelde, las actitudes frívolas de quienes acudían a los cafés, teatros, cines, salas de fiestas y bares contravenían el espíritu de sacrificio que trataba de imponerse y los llamamientos a la austeridad no tardaron en producirse. Los periódicos animaron a la población a “respirar al compás de los anhelos de los combatientes”, absteniéndose

71 Frank THOMAS: *Brother against Brother: Experiences of a British Volunteer in the Spanish Civil War*, Thrupp, Sutton Pub, 1998, pp. 43-44; Eleonora TENNANT: *Spanish Journey: Personal Experiences of the Civil War*, Londres, Eyre & Spottiswoode, 1936, pp. 23-24.

72 AGCE, SIGF, caja 731, “Declaración del evadido Miguel Aguilera López”, 6-10-1937 y “Declaración de Alfonso Maceiras”, 17-1-1938.

73 AGMAV, ZR, caja 227, Carpeta 2, “Informe sobre una visita a zona nacional”, s.d.

74 AGCE, Servicio de Información, caja 728, “Informe sobre diferentes provincias”, 1938.

75 *Diario Palentino*, 24-9-1938, citado en: María Jesús EGIDO HERRERO et al.: “La vida cotidiana en Palencia durante la guerra civil”, Publicaciones de la Institución Tello Téllez de Meneses, 60 (1989), pp. 270-271.

76 AGCE, SIGF, caja 728, “Informe sobre diferentes provincias”, 1938

“de muchas cosas supérfluas”. Desde Unión Radio Sevilla, el general Queipo de Llano insistió en la conveniencia de evitar los “banquetes y vinos de honor”, tan reñidos con la situación que vivía el país.⁷⁷ Medidas como el “Día del Plato Único”, el “Día sin Postre” o las limitaciones impuestas en los restaurantes sobre el número de platos que podían servir persiguieron esta misma finalidad.⁷⁸ En algunas localidades de Navarra, el delegado de Orden Público llegó a decretar el cierre “de tabernas, cafés, casinos y círculos de recreo” para mostrar la solidaridad con el frente.⁷⁹ Pese a todo, las imágenes de normalidad constituían muchas veces estrategias de desmoralización que trataban de demostrar el orden y la prosperidad reinante en la retaguardia rebelde, en contraste con el caos y la ruina eco-nómica de la “zona roja”.

En efecto, el territorio controlado por los republicanos sufrió un paulatino deterioro en las condiciones de vida a lo largo de la guerra. La República contaba con una ventaja inicial en armamento, textiles y bienes manufacturados, y poseía más naranjas, aceite y arroz que sus enemigos.⁸⁰ Esta situación le permitió mantener bien abastecido su territorio durante los primeros meses, incluyendo la capital, que recibía regularmente víveres desde las localidades más próximas.⁸¹ Sin embargo, la realidad no era tan favorable. La República únicamente controlaba el 30% de los productos agrícolas y las grandes reservas de trigo del país estaban en manos rebeldes. Además, pese a la preocupación de las autoridades por garantizar el sostenimiento de la producción y el abastecimiento de los civiles, lo cierto es que, con el paso de los meses, la economía sufrió un declive notable. Si bien es cierto que su distribución fue muy desigual y no todos los habitantes se vieron afectados por ellas, el establecimiento de las colectivizaciones originó cambios en la estructura agraria, favoreció el acceso a la propiedad de muchos campesinos sedientos de tierra, provocó enfrentamientos entre diferentes facciones políticas y generó ciertas alteraciones en las relaciones sociales.⁸² Una situación que, unida a la escasez de abonos, la falta de mano de obra o la dificultad de alimentar a una masa de población urbana muy numerosa hizo que las condiciones de vida empeoraran rápidamente en la retaguardia.

A la altura de septiembre de 1936, las autoridades republicanas detectaban “fallos” en el

77 ABC (Sevilla), 14-11-1937 e Ideal, 16-10-1936.

78 Carlos GIL ANDRÉS: *Lejos del frente. La guerra civil en la Rioja Alta*, Barcelona, Crítica, 2006, pp. 258-266.

79 AGCE, SIEE, caja 722, “Síntesis de noticias recibidas por este negociado”, 21-4-1938.

80 Rafael ABELLA: *La vida cotidiana durante la Guerra Civil. La España republicana*, Barcelona, Planeta, 2004 [1975], p. 274; Michael SEIDMAN: *La victoria nacional...*, p. 44.

81 Joan SERRALLONGA, Manuel SANTIRSO y Just CASAS: *Vivir en guerra. La zona leal a la República*, Barcelona, El Espejo y la Lámpara, 2013, pp. 36-37.

82 Edward MALEFAKIS: “La revolución social”, en Íd. (dir.): *La Guerra Civil española*, Madrid, Taurus, 2006, pp. 399-424; Julián CASANOVA: “Las colectivizaciones en el campo: hechos e ideas”, en Enrique FUENTES QUINTANA (dir): *Economía y economistas...*, pp. 455-474; Walter L. BERNECKER: *Colectividades y revolución social: el anarquismo en la guerra civil española, 1936-1939*, Barcelona, Crítica, 1982.

abastecimiento en algunas regiones del País Vasco. Dos meses más tarde, los comestibles empezaban a escasear en los establecimientos madrilenos.⁸³ Aunque debemos tener en cuenta las diferencias entre las diferentes zonas de la retaguardia, las dificultades eran cada vez mayores. La incapacidad de los comités revolucionarios y las limitaciones de la Comisión Nacional de Abastecimientos - creada a inicios de octubre de 1936 - para gestionar adecuadamente los recursos disponibles motivaron la aparición de organismos provinciales y municipales que restringiesen el poder de los comités. Una medida que más adelante se complementó con la creación de la Dirección General de Abastecimientos, con el objetivo de garantizar un mayor control del Gobierno en materia de abastos.⁸⁴ Sin embargo, el avance de las tropas rebeldes - apoyadas por las fuerzas fascistas -, el progresivo aislamiento de Madrid y el rápido deterioro de las condiciones de vida llevaron a los gobernantes a establecer el racionamiento de productos energéticos y alimenticios, incluyendo el arroz y el pan.⁸⁵ Las temidas colas se apoderaron de la España republicana, mientras las autoridades trataron de ocultar su existencia asegurando que formaban parte de los intentos enemigos por desprestigiar al Gobierno, por mucho que resultaba imposible negar su presencia.⁸⁶

A inicios de 1937, los mandos rebeldes recibieron informaciones que afirmaban que en la ciudad de Bilbao se había establecido un “racionamiento riguroso y escaso de pan, azúcar, café y leche”, y que las “interminables colas” para obtener alimentos formaban parte del paisaje habitual de la urbe, “no obstante la vigilancia rigurosa que ejerce el Gobierno Vasco en evitación de tan bochornoso espectáculo”.⁸⁷ En Santander, Málaga, Murcia o Valencia la situación se reproducía, originando críticas por la falta de víveres o los elevados precios. Desde la ciudad de Alicante, un periódico anarquista denunciaba en sus páginas que “las patatas no se ven ni con lupa. El pescado ha pasado a ser un alimento de banqueiros”.⁸⁸ En algunas ciudades, como Barcelona o Madrid, las críticas trascendieron la prensa y se produjeron manifestaciones de protesta. En la capital, por ejemplo, 90

83 AGCE, caja 715, Partes oficiales, Frente Norte, “Nota dictada por el Gobernador Civil”, 27-9-1936; Ainhoa CAMPOS POSADA: “Comer o no comer: la cuestión del abastecimiento en Madrid”, en Gutmaro GÓMEZ BRAVO (ed.): *Asedio. Historia de Madrid en la guerra civil (1936-1939)*, Madrid, editorial complutense, 2018, p. 445.

84 Gaceta de Madrid, “Decreto del Ministerio de Industria y Comercio de 3 de octubre de 1936”, 4-10-1936. Gaceta de la República, “Decreto del Ministerio de Hacienda y Economía de 27 de mayo de 1937”, 28-5-1937.

85 El racionamiento de pan en Gaceta de la República, “Decreto de la Presidencia del Consejo de Ministros de 5 de marzo de 1937”, 7-3-1937. Julio ARÓSTEGUI y Jesús MARTÍNEZ: *La Junta de Defensa de Madrid*, Madrid, Comunidad de Madrid, 1984, p. 156.

86 Véase Miguel Ángel SOLLA GUTIÉRREZ: *La República sitiada. Trece meses de Guerra Civil en Cantabria (julio de 1936-agosto de 1937)*, Santander, Ediciones de la Universidad de Cantabria, 2010, pp. 202-203. Para Madrid Ainhoa CAMPOS POSADA: “Resistir es fácil con la tripa llena: escasez y derrotismo en el Madrid de la Guerra Civil”, en Daniel OVIEDO SILVA y Alejandro PÉREZ OLIVARES (eds.): *Madrid, una ciudad en guerra, 1936-1948*, Madrid, La Catarata, 2016, p. 102;

87 AGMAV, ZN, caja 71, “Informe sobre el estado político y social de Bilbao”, 1937.

88 La cita en Rafael ABELLA: *La vida cotidiana durante la Guerra Civil. La España republicana...*, p. 230.

mujeres fueron detenidas en diciembre de 1938 por pronunciarse públicamente contra la situación de los abastecimientos en una zona céntrica de la ciudad.⁸⁹

La carestía y el desabastecimiento se extendieron por toda la retaguardia, provocando que el mercado negro se incrementara enormemente. Los dirigentes comunistas conocían las deficiencias del racionamiento y admitían que era “muy difícil de llevar a efecto fuera de las zonas urbanas” por las facilidades que encontraban los campesinos para mover sus mercancías.⁹⁰ Así, a la par que se tomaban medidas específicas contra los delitos relacionados con las subsistencias, la prensa se llenaba de llamamientos contra el acaparamiento y la mala gestión de los recursos.⁹¹ Un soldado del Ejército Popular emplazado en la retaguardia valenciana escribió a su hermano contándole que, en su visita a la localidad donde se encontraban, el “Gobernador” había mostrado su enfado porque en un “pueblo lleno de grano [...] la población pasa hambre.”⁹²

Para muchos los únicos responsables de sus penurias eran los comités. Rafael Hortelano se quejaba por carta a su hermano combatiente de que en Cieza (Murcia) “entre unos y otros” se “reparten todo”, porque había muchos “enchufados en la Comisaría de Abastos”. Aurora Olmedilla le confesó a su marido que en Cuenca no se podía “sembrar nada [...] porque luego se lo llevan”.⁹³ En el área de Figueras, los campos estaban abandonados, porque muchos “labradores no están dispuestos a trabajar para que después se les robe la cosecha”.⁹⁴ No resulta extraño que, ante tal situación, algunos llegaran a considerar que los dirigentes de la retaguardia eran “más fascistas que los que tenemos en frente”.⁹⁵

Las protestas no carecían de fundamento. Desde inicios de 1937 las condiciones de vida de la población sufrieron un retroceso significativo. Las impresiones recogidas por los dirigentes republicanos sobre la ciudad de Málaga en enero de ese año calificaban la situación de los abastecimientos como “mala” y alertaban de que los civiles carecían de artículos indispensables como “la carne, los embutidos, el arroz, el tocino, huevos, cerdo, etc.”.⁹⁶ Ese mismo mes, las autoridades mencionaban “las grandes dificultades para el abastecimiento normal” que sufría la ciudad de Alicante.

89 Archivo del Komintern, RGASPI. F. 495. Op. 12. Д. 160, página 106.

90 Archivo del Komintern, RGASPI. F. 495. Op. 12. Д. 160, página 9. Véase también Joan SERRALLONGA, Manuel SANTIRSO y Just CASAS: op. cit., p. 36.

91 Ejemplos en: Frente Libertario, 3-1-1937 y 7-2-1937. Véase también: Ainhoa CAMPOS POSADA: “Resistir es fácil...”, p. 105; y Milagrosa ROMERO SAMPER: “Hambre y retaguardia. Protesta social en el Madrid de la Guerra Civil”, Estudios de Seguridad y Defensa, 2 (2013), pp. 159-190, esp. 182-185.

92 AGMAV, ZR, caja 611, carpeta 3, “Carta de Tomás Fernández a Antonio Fernández Luengo”, 1938.

93 AGMAV, ZR, caja 611, carpeta 3, “Carta de Rafael Hortelano, Cieza (Murcia) a José Hortelano Vázquez, 76ª Brigada Mixta”, 1938 y “Carta de Aurora Olmedilla a Bermudo Cuesta Reguero”, Cuenca, 1938.

94 AGMAV, ZR, caja 2504, carpeta 5, “Información recibida en este Cuartel General”, 10-2-1938.

95 AGMAV, ZR, caja 611, carpeta 3, “Carta de José Sánchez Lorite a Josefa Padilla”, Canena (Jaén), 1938.

96 AGMAV, ZR, caja 2504, carpeta 11, “Información sobre Málaga y sus frentes”, 31-1-1937.

En junio de 1937, un nuevo informe hacía referencia a la “gran escasez de víveres” que afectaba a Murcia y Albacete, “faltando últimamente hasta el arroz”.⁹⁷

La caída del frente norte y la posterior fragmentación del territorio republicano agravaron la situación. En agosto de ese año, la dieta proporcionada por el abastecimiento suponía un 70% de lo necesario para vivir, pero en diciembre de 1938 tan solo alcanzaba a cubrir un 36%.⁹⁸ En algunas áreas los problemas se acrecentaron debido a la llegada de refugiados que huían de la violencia rebelde o que eran evacuados de las zonas de combate. Para julio de 1938 las autoridades republicanas admitían que resultaba “imposible llevar un control de los refugiados” en Cuenca, donde la población se había “cuadruplicado”.⁹⁹ A la altura de noviembre de 1938 Cataluña había incrementado en un 25% sus habitantes, provocando que la comida fuera más escasa y la ayuda humanitaria no resultara suficiente.¹⁰⁰ Ese mismo mes algunas informaciones sobre la provincia de Alicante señalaban que en el mercado ya no podían adquirirse “los alimentos más necesarios [...] comenzando a darse casos de muertes por inanición”.¹⁰¹

Los últimos meses de la República resultaron dramáticos. La caída de Cataluña agravó los problemas de abastecimientos de Madrid, pero también de otros puntos de la retaguardia republicana. En marzo de 1939, una evadida al campo rebelde calificó la situación de Almería como “desesperada”, asegurando que tanto allí como en Murcia y Valencia se carecía “de lo más necesario para la vida”.¹⁰² El 1 de abril se liquidaba de manera oficial la contienda y las autoridades se encontraban una población hambrienta a la que repartieron 860.000 raciones.¹⁰³ Las hostilidades armadas cesaron, no así la miseria. La nueva nación emergida de las ascuas de la contienda alumbraba una realidad de violencia, injusticia y hambre.

CONCLUSIONES

Tan solo unos meses después de que la guerra llegara a su término, un observador bri-tánico

97 AGMAV, ZR, caja 2500, carpeta 3, “Información de Alicante”, 6-1-1937 2 “Información de las provincias de Murcia y Albacete”, 8-6-1937.

98 María Isabel DEL CURA y Rafael HUERTAS: Alimentación y enfermedad en tiempos del hambre, España 1937-1947, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2007, pp. 56-57.

99 AGMAV, ZR, caja 1123, carpeta 35, “Informe de la situación de Cuenca”, 6-7-1938.

100 Joan SERRALLONGA: Refugiats i desplaçats dins la Catalunya en guerra, 1936-1939, Barcelona, Base, 2004, p. 150; Gabriel PRETUS: La ayuda humanitaria durante la Guerra Civil (1936-1939), Granada, Coma-res, 2015, pp. 69-70.

101 AGMAV, ZN, caja 250, carpeta 7, “Informe facilitado por las personas evadidas del campo rojo de Alicante”, 29-11-1938.

102 AGMAV, ZN, caja 2915, carpeta 23, “Informe de Elena Sánchez Martín de Fuentevaqueros (Granada) evadida de Valencia”, 8-3-1939.

103 ABC, 1-4-1939 y 2-4-1939.

aseguraba, en referencia a la situación económica y social del país, que pronto se producirían grandes disturbios populares puesto que:

“el descontento se está extendiendo por todas partes. La falta de comida, su coste cuando está disponible y la mala distribución de los alimentos existentes están colocando a la gente en un estado cercano a la desesperación. Un cuarto de la población de España está prácticamente muriéndose de hambre.”¹⁰⁴

El régimen franquista - que durante la contienda había presumido de la normalidad y la abundancia reinantes en su retaguardia - empezaba a presenciar con impotencia cómo la realidad de miseria del país le sobrepasaba y sus promesas de pan y lumbre para todos los españoles quedaban incumplidas. A las pocas semanas de haber concluido la contienda, el hasta entonces abominado racionamiento - “esa señal infamante del período rojo, vestigio de socialización” - quedaba establecido en España.¹⁰⁵ El engranaje autárquico sumaba de este modo un nuevo elemento de control social y de gestión del hambre que conviviría con los ciudadanos hasta 1952. Las nuevas medidas económicas y el intervencionismo fueron oficialmente justificadas como el resultado inevitable del lamentable estado en el que había quedado el país tras casi tres años de “dominación marxista”. Al presentar un paisaje de campos destruidos, industrias devastadas y arcas vacías, el régimen esperaba que sus esfuerzos por subsanar los problemas y alimentar a los españoles fueran socialmente valorados y que, como había ocurrido en el aspecto político o moral, la imagen de la República quedara completamente estigmatizada.¹⁰⁶

Como tantos mitos manejados por la dictadura, la alusión a la “mala herencia republicana” fiaba su eficacia a los miedos y expectativas de una parte de la sociedad. En este ámbito, las experiencias forjadas durante la contienda resultaron fundamentales. Estas, como ocurre con toda experiencia, estuvieron tramadas por ambigüedades, subjetividades y contradicciones, por la relación entre lo racional y lo irracional, entre las emociones y el pragmatismo que marcaron sus vivencias en el día a día.¹⁰⁷ Y en su construcción, las condiciones de vida constituyeron una pieza clave. En el

¹⁰⁴ The National Archives of United Kingdom, Foreign Office, 371/23168. “Situation in Spain”, 9-10-1939.

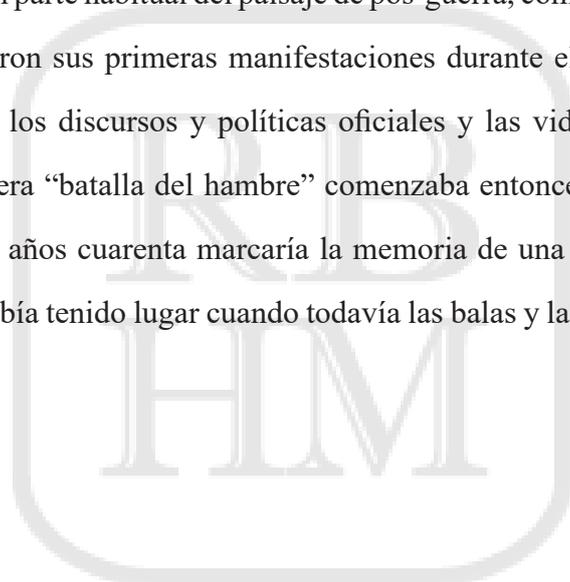
¹⁰⁵ La cita en Rafael ABELLA: Por el Imperio hacia Dios. Crónica de una posguerra, Barcelona, Planeta, 1978, p. 13 El establecimiento del racionamiento en: BOE, 17-5-1939, “Orden Ministerial de 14 de mayo de 1939”.

¹⁰⁶ Miguel Ángel DEL ARCO BLANCO: op. cit.; Claudio HERNÁNDEZ BURGOS: “El discurso de la mi-seria: relatos justificativos y percepciones populares del hambre durante la posguerra” en Miguel Ángel DEL ARCO BLANCO (ed.), Los “años del hambre”. Historia y Memoria de la posguerra franquista, Madrid, Marcial Pons, 2019 (en prensa).

¹⁰⁷ Ben HIGHMORE: Everyday Life and Cultural Theory: An Introduction, Londres, Routledge, 2002, pp. 1-2.

frente, la moral y el estado de ánimo de los combatientes se vieron fuertemente condicionadas por la alimentación recibida. Para muchos hombres, su paso por las trincheras representó el primer contacto con el hambre y la miseria. En la retaguardia, el progresivo desabastecimiento obligó a ambos bandos a tomar medidas para frenar el deterioro de las condiciones de vida de la sociedad civil, pero fue en el territorio controlado por el Ejército Popular donde se vivió una situación más dramática. La República acabó asfixiada por el hambre.

Las vivencias de la contienda representaron un prólogo de lo que sería la pos-guerra. La falta de alimentos, la elevación de los precios o el racionamiento fueron realidades presentes en la España de los años cuarenta. En la guerra también quedaron delineados los primeros cimientos de la autarquía, sus instituciones y su funcionamiento excluyente y represivo. Y prácticas y estrategias de supervivencia que formarían parte habitual del paisaje de pos-guerra, como los robos o la participación en el mercado negro, tuvieron sus primeras manifestaciones durante el periodo bélico. A partir de 1939, el hambre recorrería los discursos y políticas oficiales y las vidas cotidianas de la mayoría de la población. La verdadera “batalla del hambre” comenzaba entonces para muchos españoles, y la escasez y carestía de los años cuarenta marcaría la memoria de una generación. Pero la primera experiencia de la miseria había tenido lugar cuando todavía las balas y las bombas formaban parte del día a día de la población.



A atuação da Missão Militar Francesa na formação da doutrina militar do Exército Brasileiro: sistematização do ensino equestre, desenvolvimento histórico das academias militares e aperfeiçoamento do Serviço de Saúde do Exército.

José Luiz Vargas de Mendonça¹,

Francisco Celso Lourido Barreto Júnior², Márcio Camillo da Silva³

RESUMO

Este artigo consiste em uma breve análise da missão francesa no Brasil no período entre guerras (1919-1940) e na exposição de seus benefícios. O trabalho procura evidenciar os aspectos fundamentais para a formação da doutrina militar do Exército Brasileiro, as influências na sistematização do ensino equestre, o processo de desenvolvimento histórico das academias militares e o aperfeiçoamento do Serviço de Saúde do Exército.

Palavras-chave: Missão Militar Francesa; doutrina; Exército Brasileiro; benefícios; academias militares; saúde.

ABSTRACT

This article consists of a brief analysis of the French military mission in Brazil between wars (1919-1940) and the presentation of its benefits. The paper aims to highlight the fundamental aspects for the consolidation of the military doctrine of the Brazilian Army, the influences on the systematization of equestrian education, the historical development of the military academies and the improvement of the Army Health System.

Keywords: French military mission in Brazil; doctrine; Brazilian Army; benefits, Military Academies; health.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de cunho histórico-militar aborda as consequências de um acordo bilateral

¹ Aluno do 3º Ano do Ensino Médio - Colégio Militar de Manaus. Contato: jlv.m.ind@hotmail.com

² Professor de História Militar e Filosofia – Colégio Militar de Manaus. Contato: celsolourido@gmail.com

³ Professor de Língua Portuguesa e Produção Textual – Colégio Militar de Manaus. Contato: mscamillo72@gmail.com

entre França e Brasil firmado em setembro de 1919 que formalizava a Missão Militar Francesa, cujo principal objetivo era a instrução militar em um país que ainda não havia consolidado as diretrizes de seu exército. Liderada primeiramente pelo General Maurice Gamelin da França, a missão mostrou-se promissora desde o início quando o conhecimento de estudos militares dos oficiais franceses começou a ser adaptado à realidade brasileira. As relações franco-brasileiras foram fortalecidas com o acordo e o resultado alcançado estava além do objetivo principal, ou seja, houve a sólida elaboração da doutrina militar fundamentada na disciplina e na ética.

Entende-se por doutrina militar⁴ o conjunto de conceitos, princípios, normas, métodos, processos e valores, que tem por finalidade estabelecer as bases para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

A contextualização histórica é primordial para entender as consequências da atuação francesa. O final da Primeira Guerra Mundial revelou ao Brasil a necessidade de intervenção externa para modernização das tropas e para instrução militar, uma vez que o Exército se apresentava ultrapassado.

O reflexo da Missão Militar Francesa está enraizado na história militar das forças armadas e na história da nação brasileira. Nesse sentido, a apresentação dos mais notáveis benefícios desse período serve de base para o entendimento dos valores prezados pelo Exército e da importância dessa Missão para o País.

O DESENVOLVIMENTO DA MISSÃO E SEUS BENEFÍCIOS PARA O BRASIL

De acordo com Hubert Lyautey, militar francês que se destacou nas guerras coloniais, “o papel do Exército colonial não era meramente a conquista de colônias, mas também a reconstrução espiritual da França”⁵. Com esse intuito a Missão Militar Francesa (MMF) desembarcou no Brasil em 1919.

Contratada para completar o projeto de modernização do Exército Brasileiro de 1919 a 1940, a Missão Militar Francesa teve grande influência na formação dos oficiais, em especial no campo doutrinário. As técnicas transmitidas visavam ao aperfeiçoamento do Estado-Maior, dotando-o de meios para agir sobre o conjunto de oficiais, ampliando-lhes a autoridade. Foi necessário, entretanto, adaptar os ensinamentos dos franceses à realidade nacional. Assim, a atuação militar francesa contribuiu para a formação da doutrina do Exército brasileiro, sistematização do ensino equestre,

4 C 20-320: Glossário de Termos Expressões para uso no Exército. Ministério da Defesa: 2009.

5 HANDEL, Michael. **Clausewitz and modern strategy**. Abingdon: Frank Cass, 1986, p. 300.

desenvolvimento histórico das academias militares e aperfeiçoamento do Serviço de Saúde do Exército.

A notícia da vinda de uma missão estrangeira para auxiliar no desenvolvimento do Exército Brasileiro não foi bem recebida inicialmente⁶. Houve muitas discussões sobre a decisão até se esclarecer o objetivo das atividades: não seria a imposição da doutrina militar francesa, na verdade, significava uma nova formulação da doutrina brasileira que, baseando-se nas características francesas, teria seus próprios meios de implementação adaptados à realidade brasileira. Afinal, diferenças culturais, econômicas, geográficas, históricas e políticas urgiam por essa necessidade.

Implantada pelo General Gamelin, responsável por elaborar as primeiras diretrizes a serem cumpridas, a Missão Militar Francesa, de êxito incomparável, auxiliou no fundamento das condições de funcionamento do Exército. De maneira geral, a missão procurou (e mostrou-se capaz de) difundir o conhecimento europeu sobre estudos militares, bélicos, estratégicos, de saúde, e de engenharia, com o objetivo de transformar os anos de desatenção com as atividades militares e o despreparo profissional, já enraizados na mentalidade militar, em capacidade de atuação e alteração de estilo.

Consequência disso foi a transformação de um corpo atuante tradicional comandado pelo empirismo em uma organização objetiva, cujas ações de comando, agora regidas pelo estudo analítico da situação e estratégias bélicas, indicavam um caráter ofensivo e dinâmico. Reflexo do comportamento francês durante a Primeira Guerra Mundial definido pelas palavras do comandante do Exército na época, Marechal Foch: “A vontade de conquistar é a primeira condição da vitória”⁷.

A dinamização da doutrina militar tirou as limitações da instrução das proximidades do quartel e levou-a a campos cujos aspectos topográficos atendiam às demandas de um treinamento especializado. A partir de então, tornou-se realidade a sistematização do ensino equestre e do adestramento.

O desejo pela implementação da equitação militar no Brasil é existente desde o final da Guerra da Tríplice Aliança, quando D. Pedro II decidiu contratar portugueses para difundir a doutrina equina de Baucher, prática francesa, e estabelecer as bases de coudelaria do Exército. Porém, apenas em 1922, com influência das forças armadas francesas, foi criado o Centro de Formação de Oficiais Instrutores de Equitação que resultara na atual Escola de Equitação do Exército (EsEqEx)⁸. Vieram

6 NETO, Jonas Correia. **Missão Militar Francesa**. Revista DaCultura, Ano V, Nº8.

7 FOCH, Ferdinand. **The Principles of War**. New York: Henry Holt Company, 1920.

8 EsEqEx. **A Origem**. EsEqEx, 2017. Disponível em: <<http://www.esqex.eb.mil.br/historico>>. Acesso em 3 de junho de 2018.

como instrutores de equitação os comandantes Gipon e De Marrail, que tinham responsabilidades como transmitir o conhecimento de adestramento clássico e implementar uma doutrina disciplinada e profissional no Exército Brasileiro.

A equitação representa concretamente os valores do Exército porque exige disciplina, discernimento, conduta ética e moral. A perfeição da atividade é alcançada no equilíbrio entre um dos aspectos necessários à sua realização, por isso o significado do sistema de equitação desenvolvido durante a Missão Militar Francesa vai além da sua praticidade de combate e estratégica. Está intrínseca nos pilares que sustentam a doutrina militar brasileira. É duvidoso afirmar existência prévia de uma disciplina militar rígida nas forças armadas brasileiras que prezasse por uma formação profissional valorizadora da ética e da moral como se tornou após a intervenção francesa no país⁹.

Os oficiais franceses formados em instituições renomadas, como a Escola Militar Especial de Saint-Cyr¹⁰ e a Escola Politécnica Francesa, também contavam com a experiência de combate que traziam diretamente dos campos de batalha da Primeira Guerra Mundial. Essa capacitação permitiu a rápida tradução e elaboração dos regulamentos militares de instrução a cavalaria, infantaria, comunicações, inspeção e revista, desfiles e formaturas, e direção das escolas militares, criando uma atmosfera favorável ao desenvolvimento das academias militares.

O impacto no desenvolvimento histórico das academias militares foi sentido nas salas de aula e teve início em 1931, com a criação da Diretoria Geral do Ensino, órgão responsável pelas decisões sobre as escolas e pela promoção de uma nova organização educacional. A partir disso, os oficiais franceses ficaram encarregados da direção da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), da Escola de Intendência e da Escola Superior de Guerra, da instrução aos pilotos da Escola de Aviação Militar do Exército, da edição das diretrizes do ensino militar, da organização das escolas e do plano de formação de oficiais. Às grades curriculares das instituições de preparo foi adicionado o ensino de História Militar.

O conhecimento absorvido nas escolas, depois de adaptados à realidade brasileira, era apresentado pelos brasileiros já instruídos e por oficiais franceses às organizações militares (Estado-Maior, altos órgãos e grandes comandos de área e operacionais). Aumentou-se a qualidade do ensino militar e a demanda por instituições com novas atribuições surgiu. Dessa forma, houve a criação da

⁹ RODRIGUES, Fernando da Silva. **Renovação e Revoltas: a Escola Militar do Realengo entre a Primeira Guerra Mundial e a Revolução de 1930.** Revista Territórios e Fronteiras V.2 N.2 – Jul/Dez 2009.

¹⁰ NETO, Manuel Domingos. **Gamelin, o Modernizador do Exército.** Ten. Mund., Fortaleza, v. 3, n. 4, jan/jun. 2007.

Escola de Educação Física do Exército para melhor capacitação física do corpo militar, da Escola de Engenharia Militar, atual Instituto Militar de Engenharia (IME), para ensino do conhecimento aplicado das ciências exatas e do Conselho de Defesa Nacional, cujo objetivo era a melhor definição das operações do Exército em busca da segurança do País.

As relações bilaterais franco-brasileiras na área da saúde militar datam de antes da Missão Militar Francesa. Em 1908, veterinários militares franceses conseguiram permissão para estudar a cavalaria do Exército Brasileiro e estabelecer os fundamentos do ensino da médica veterinária¹¹. Em 1918 foi organizada a Missão Médica, que objetivava a construção de um hospital brasileiro em território francês. O desfecho dessa Missão fortaleceu as relações políticas entre os dois países e favoreceu o início da Missão Militar Francesa.

A “Escola de Aplicação Médico-Militar”¹², criada em 1910, passou ao comando dos franceses em 1921. A medida visava suprir a falta de cirurgiões, bacteriologistas, radiologistas e outros especialistas da Saúde nos quadros do Exército. A administração dos cursos de preparação e instrução focavam na medicina e técnicas médicas aplicadas ao plano militar, a exemplo das instruções de bacteriologia e química aplicadas à higiene militar e cirurgia de guerra. Os conhecimentos aplicados na área de saúde atingiram o Laboratório Militar de Bacteriologia e o Laboratório Químico Farmacêutico Militar, possibilitando o preparo dos compostos químicos e farmacêuticos necessários ao Serviço de Saúde do Exército.

Renovações sucessivas do Contrato da Missão revelam a implementação da nova doutrina militar como árdua e demorada¹³. Os esforços para exercício das transformações na doutrina militar brasileira foram gradativos e exaustivamente mostraram resultados. A participação da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial provou para o mundo que o Brasil tinha forças armadas organizadas, de formação profissional capaz de atuar no campo de batalha. Se “a cobra fumou”, os anos de permanência e trabalho sobre o Exército foram frutíferos.

O sucesso da Missão não dependeu do acaso. O planejamento e preparo do corpo militar francês se mostrou capaz de cumprir os objetivos estabelecidos no contrato de 1919, cujas consequências continuam nítidas quase cem anos após o início da Missão.

11 CARDOSO, Rachel Motta. **A Higiene Militar: um Estudo Comparado entre o Serviço de Saúde do Exército Brasileiro e o Cuerpo de Sanidad do Exército Argentino (1888-1930)**. Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2013. p. 212

12 Ibid., p. 238

13 MIALHE, Jorge Luís. **O Contrato da Missão Militar Francesa de 1919: direito e história das relações internacionais**. Cadernos de Direito, Piracicaba, v. 10(18): 89-119, jan.-jun. 2010.

A profissionalização da equitação condicionou o destaque da atividade também fora do contexto militar: a prática esportiva. O Brasil conquistou três medalhas olímpicas no hipismo e conta, atualmente, com atletas militares integrantes da equipe olímpica.

O resultado da instrução e desenvolvimento de academias militares foi a consolidação das instituições de excelência do Exército, a exemplo do Instituto Militar de Engenharia, organização de nível superior reconhecida internacionalmente por sua excelência. Sem a intervenção francesa não haveria a autonomia regulamentada do Ensino Militar, que abriu portas para o estabelecimento do Sistema Colégio Militar do Brasil.

Promissor para o Brasil e relevante para a França foi esse período. O país pós-Versalhes estava enfraquecido politicamente e sua liderança frágil encontrou a oportunidade adequada para restabelecer influência diplomática.

CONCLUSÃO

Os feitos da missão não receberam devida atenção no período em que se realizaram e, apesar de se mostrarem pouco debatidos atualmente, é necessário reconhecer que a instrução militar francesa foi responsável por estabelecer a modernização do Exército Brasileiro e consolidar suas bases, uma vez que estimulou o desenvolvimento interno das academias militares, proporcionando formação e melhor capacitação intelectual e física do corpo militar brasileiro. Consolidou o ensino da equitação militar profissional no país, consequência dos cursos de adestramento e hipismo; aperfeiçoou os conhecimentos práticos e teóricos nas áreas de saúde clínica e veterinária, permitindo maior qualidade na atuação do Serviço de Saúde Militar.

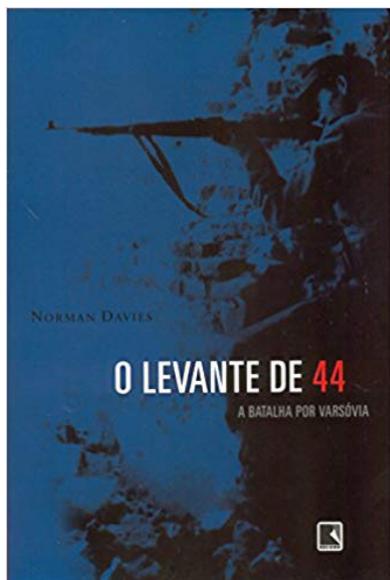
É importante ressaltar que os vinte anos de atuação no Brasil foram extremamente importantes para o intercâmbio cultural e fortalecimento das relações diplomáticas internacionais entre os dois países. A situação de parceria perdura. Em 2008, um acordo bilateral estabeleceu parceria estratégica na área de Defesa, englobando atuação militar e alta tecnologia como o submarino nuclear, sistemas de defesa territorial e comunicações.

Portanto, os benefícios decorrentes da Missão Militar Francesa se mostram parte do processo histórico de formação da identidade militar no Brasil e se refletem na atual situação das relações político-econômicas entre Brasil e França.

REFERÊNCIAS

- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **A Parceria Estratégica Brasil-França na Área da Defesa**. Univem/Unesp- Marília/SP, 2009.
- BELLINTANI, Adriana Iop. **Relações França-Brasil: o legado da Missão Militar Francesa (1920-1940) para o Exército Brasileiro**. Meridiano 47, 17: e17005, 2016
- CARDOSO, Rachel Motta. **A Higiene Militar: um Estudo Comparado entre o Serviço de Saúde do Exército Brasileiro e o Cuerpo de Sanidad do Exército Argentino (1888-1930)**. Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ: Rio de Janeiro, 2013.
- CARDOSO, Rachel Motta. **O Serviço de Saúde do Exército no período entre guerras**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de História. 2010
- **C 20-320: Glossário de Termos Expressões para uso no Exército**. Ministério da Defesa: 2009
- MARCUSSO, Marcus Fernandes. **A Modernização da Educação Militar Brasileira: a Experiência da Escola Militar do Realengo (1913-1922)**. Trilhas pedagógicas, v. 1, n. 1. Ago. 2011, p. 65-79
- MIALHE, Jorge Luís. **O Contrato da Missão Militar Francesa de 1919: direito e história das relações internacionais**. Cadernos de Direito, Piracicaba, v. 10(18): 89-119, jan.-jun. 2010.
- NETO, Jonas Correia. **Missão Militar Francesa**. Revista DaCultura - Ano V, N°8
- NETO, Manuel Domingos. **Gamelin, o Modernizador do Exército**. Ten. Mund., Fortaleza, v. 3, n. 4, jan/jun. 2007.
- NOGUEIRA, Jefferson Gomes. **Educação Militar no Brasil: um breve histórico**. Revista Camine: Caminhos da Educação, França, v. 6, n. 1, 2014.
- RODRIGUES, Fernando da Silva. **Renovação e Revoltas: a Escola Militar do Realengo entre a Primeira Guerra Mundial e a Revolução de 1930**. Revista Territórios e Fronteiras V.2 N.2 – Jul/Dez 2009.
- ROSADO, David Manuel Pascoal. **A Instituição Castrense: Estrutura e Função numa Sociedade em Mudança**. Revista Militar N° 2448 - Janeiro de 2006, pp 85 - 0.
- SILVA, Alisson Bordwell da. **Contribuição da Escola de Equitação do Exército Brasileiro para as Polícias Militares**. Rio de Janeiro: EsEqEx. 2017.

Livro em Destaque



Em 1º de agosto de 1944, ante a aproximação do Exército Soviético, os habitantes da capital da Polônia se insurgiram contra a ocupação nazista. No entanto, a esperança polonesa logo se transformou em decepção, pois a tropas do ditador Josef Stalin estacionaram a poucos km da cidade e esperaram os nazistas massacrarem os insurgentes poloneses do “Exército da Pátria”, que respondia ao Governo Polonês exilado em Londres. Após 63 dias de combates e aproximadamente 200 mil poloneses mortos, os poucos insurgentes sobreviventes se renderam. Logo depois os soviéticos retomariam a ofensiva e entrariam na cidade em ruínas. O levante de 44, de Norman Davies, é uma narrativa brilhante deste que é um dos mais dramáticos episódios da história do século XX.

SOBRE O AUTOR



Ivor Richard Norman Davies é um renomado historiador britânico-polonês, autor de diversas obras sobre a história da Europa, da Polônia e do Reino Unido e considerado como um dos mais proeminentes especialistas na História do Leste Europeu. Durante mais de duas décadas foi Professor na Universidade de Londres, tendo atuado como docente também nas universidades de Columbia, Hokkaido, Stanford e Harvard, entre outras.

FICHA TÉCNICA:

Título: O LEVANTE DE 44: A BATALHA POR VARSOVIA

Título original: RISING' 44: "THE BATTLE FOR WARSAW"

ISBN: 9788501070128

Encadernação: Brochura

Formato: 16 x 23

868 páginas

Ano de edição: 2006

Preço Médio: R\$ 35,00 na Estante Virtual





Revista Brasileira de
**História
Militar**

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.